

**Universidade Federal de São Carlos**  
**Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**  
**Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional**

**Livia Celegati Pan**

**POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR, GRADUAÇÃO EM TERAPIA  
OCUPACIONAL E O ENSINO DE TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL NO BRASIL**

**São Carlos**

**2014**

**Universidade Federal de São Carlos**  
**Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**  
**Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional**

**Livia Celegati Pan**

**POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR, GRADUAÇÃO EM TERAPIA  
OCUPACIONAL E O ENSINO DE TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional pelo Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, na linha de pesquisa Redes Sociais e Vulnerabilidade, sob orientação da Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes.

**São Carlos**

**2014**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P187pe

Pan, Livia Celegati.

Políticas de ensino superior, graduação em terapia ocupacional e o ensino de terapia ocupacional social no Brasil / Livia Celegati Pan. -- São Carlos : UFSCar, 2014. 224 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Ensino superior. 2. Ensino superior – políticas. 3. Instituições federais de ensino superior. 4. Terapia ocupacional social. 5. Terapia ocupacional. I. Título.

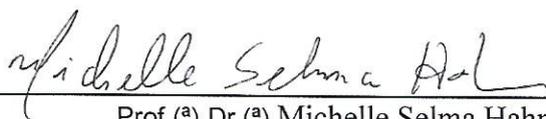
CDD: 378 (20<sup>a</sup>)

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO(A)  
ALUNO(A) LIVIA CELEGATI PAN, DEFENDIDA PUBLICAMENTE EM 28 DE  
FEVEREIRO DE 2014.



---

Prof. (a) Dr. (a) Roseli Esquerdo Lopes  
Orientador(a) e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos



---

Prof. (a) Dr. (a) Michelle Selma Hahn  
Universidade Federal de São Carlos



---

Prof. (a) Dr. (a) Fátima Côrrea Oliver  
Universidade de São Paulo



---

Prof. (a) Dr. (a) Marta Carvalho de Almeida  
Universidade de São Paulo

Homologado na CPG-PPGTO na  
\_\_\_\_\_ª Reunião no dia

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Apoio:**

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)**

*“O mundo não é. O mundo está sendo.”*

*Paulo Freire*

Aos docentes e terapeutas ocupacionais do Brasil  
e aos que virão a ser, sobretudo, àqueles  
que não se conformam com o *status quo* da profissão.

## **Agradecimentos**

Inspirada por Guimarães Rosa: “o real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” e por Beto Guedes: “todo amor é sagrado e o fruto do trabalho é mais que sagrado”, agradeço com todo o meu amor àqueles que estiveram comigo durante todo o processo e concretização desse trabalho:

À Ró, pela oportunidade de trabalharmos mais uma vez juntas, pela orientação que, em muito, ultrapassou os limites do trabalho acadêmico, pela confiança, investimento e incentivo e, principalmente, por todo cuidado e afeto.

Aos meus pais, gratidão que não cabe em palavras, por serem tanto; pelo amor, incentivo e apoio incondicionais.

Aos meus irmãos tão queridos: Thaís e Hugo, por todo apoio, apesar da distância.

Aos meus sobrinhos Caio e Luiza pelos momentos de amor e alegria mais sinceros.

Aos amigos de São Carlos, pela amizade construída e pelo sentimento de ter vivido com vocês os melhores momentos. Ao Rafa, pelo ombro amigo sempre disponível; à Ana Carol, pela parceria; à Bia, pela cumplicidade; à Lica, por sua luz; à Bruna, pela sensibilidade e delicadeza; ao Gustavo, pela leveza e à Gi, pela alegria.

À Pati Borba, grande amiga, por sua disponibilidade, escuta e sábios conselhos, além de todo incentivo.

À Ana Cláudia, minha amiga-irmã, por estar sempre presente.

À Carlinha, pela semente plantada ainda durante a minha graduação.

Às professoras Michelle, Marta e Fátima pela leitura cuidadosa e pelas preciosas contribuições dadas no exame de qualificação, que muito contribuíram para a finalização desse trabalho.

Aos coordenadores e representantes dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES, pela disponibilidade e disposição em colaborar com a pesquisa.

Aos colegas do Metuia/UFSCar, pelos encontros sempre potentes e enriquecedores.

Aos professores e colegas do PPGTO/UFSCar por todas as discussões e reflexões durante as aulas.

À Ione e à Saori pela convivência harmoniosa no dia a dia.

Às amigas mineiras Ana Helena, Aline, Isadora, Bruna, Marília, Verônica, Renata, Isabella e Bianca, pelos muitos bons momentos compartilhados.

À todos (muitos) que não estão citados nominalmente aqui, mas que acompanharam e estiveram comigo nessa trajetória.

Institucionalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio e financiamento.

À vida e sua generosidade, por isso e por tudo.

## RESUMO

As políticas de ensino superior recentemente adotadas no Brasil, em especial o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde, promoveram a ampliação de cursos e vagas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e o redirecionamento da formação de profissionais que atuam na área da saúde, respectivamente, com implicações também para a formação de terapeutas ocupacionais. O presente trabalho buscou compreender o processo de implantação e o rebatimento do REUNI e do Pró-Saúde com relação aos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES e aos seus Projetos Político-Pedagógicos, traçando um panorama geral de como vem sendo desenvolvido o ensino de terapia ocupacional nessas instituições, desde esse enfoque; igualmente, buscou identificar a discussão explícita na graduação, por meio de conteúdos curriculares, acerca da terapia ocupacional social, em particular. Para a efetivação do estudo, além da composição do referencial teórico para as análises no âmbito do ensino superior e da terapia ocupacional no Brasil, foram realizadas entrevistas com os coordenadores dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES em funcionamento, entre 2012 e 2013, e o levantamento documental dos seus Projetos Político-Pedagógicos. Pela sistematização e análise de dados, verificou-se que o REUNI teve um grande impacto para a área, tendo sido fundamental para o processo de expansão de vagas públicas na terapia ocupacional, principalmente, para regiões do país que, até então, não possuíam esse curso de graduação em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública. Por outro lado, o Pró-Saúde não foi uma presença significativa na grande maioria dos cursos estudados; seus reflexos na área foram indiretos. De forma geral, os cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, contudo, a flexibilização curricular promovida por estas, assim como as normativas impostas para os cursos considerados “da área da saúde”, têm influenciado o ensino de terapia ocupacional e repercutido negativamente em subáreas que não se delinham apenas no setor saúde, como é o caso da terapia ocupacional social. Os conteúdos dessa subárea se inserem de forma muito minoritária nos currículos dos cursos e, em boa parte deles, não é especificamente abordada. Conclui-se pela necessidade de rediscussão, no interior da terapia ocupacional, dos elementos norteadores da formação graduada, sobretudo, em referência à defesa, ou não, de um profissional com perfil generalista.

**Palavras-chave:** Políticas de Ensino Superior, Instituições Federais de Ensino Superior, Terapia Ocupacional, Terapia Ocupacional Social

## Abstract

The higher education policies recently adopted in Brazil, especially the Support Program to Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities – REUNI and the National Program of Reorientation of the Professional Training in Health – Pró-Saúde, have promoted the expansion of courses and vacancies in Federal Institutions of Higher Education (IFES) and has redirected the formation of professionals those work in health area respectively, with implications also for the training of occupational therapists. This study aimed to understand the deployment process and the folding down of the REUNI and Pró-Saúde with relation to undergraduate courses in occupational therapy from IFES and its Political Pedagogical Projects, tracing a general overview of how the teaching of occupational therapy has being developed in those institutions, since when those Programs have been implemented. Also it searched to identify the explicit discussion in undergraduate of the social occupational therapy in particular, through curriculum contents. For the realization of this study, besides the composition of the theoretical reference for analysis in the scope of the higher education and occupational therapy in Brazil, it was realized interviews with coordinators of undergraduate courses in occupational therapy from IFES in operation between 2012 and 2013, and the documentary survey of their political-pedagogical projects. By the systematization and analysis of data it was found that the REUNI had a big impact to the area, having been fundamental to the expanding process of public vacancies in occupational therapy, mainly to regions of the country those didn't have this undergraduate degree in a public institution of higher education yet. On the other hand, the Pro-Saúde wasn't a substantial presence in most of the courses studied and their repercussions in the area were indirects. In a general way, the undergraduate courses in occupational therapy from IFES are in line with the National Curricular Guidelines, however, curricular flexibility promoted by them, as the normative imposed for courses deemed of the health area, have influenced the teaching of occupational therapy and reflected negatively on subareas those are not only of the health sector, such as social occupational therapy. The contents of this subarea are little inserted in the curriculum of courses and the most of them it is not specifically discussed. It is concluded by the need for rediscussion inside the occupational therapy of the guiding elements of undergraduate education especially in reference to the defense, or not, of a professional with generalist profile.

**Keys words:** Higher Education Policies, Federal Institutions of Higher Education, Occupational Therapy, Social Occupational Therapy

## **Lista de Abreviaturas**

ABRATO – Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais

ATOBR – Associação de Terapeutas Ocupacional do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

CEETO – Comissão de Especialistas de Ensino de Terapia Ocupacional

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

DNC – Diretrizes Curriculares Nacionais

FFTO – Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

GERES – Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior

ICS – Instituto de Ciências da Saúde

IES – Instituições de Ensino Superior

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IUR – Instituto Universitário de Reabilitação

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

Pró-Saúde – Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde

ProUni – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das  
Universidades Federais

SESu/MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

USP – Universidade de São Paulo

UFPb – Universidade Federal da Paraíba

UnB – Universidade de Brasília

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPEl – Universidade Federal de Pelotas

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal do Sergipe

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

## **Lista de Quadros, Figuras e Gráficos**

Quadro 1: Panorama geral dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES.

Quadro 2: Panorama geral das matrizes curriculares dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES.

Quadro 3: Formação específica em terapia ocupacional nos cursos de graduação em terapia ocupacional da IFES.

Quadro 4: Formação em terapia ocupacional social nos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES e recursos humanos específicos.

Quadro 5: Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional, por categoria administrativa - 1991/2013.

Quadro 6: expansão do número de vagas nos cursos de graduação em terapia ocupacional já existentes nas IFES.

Quadro 7: novos cursos de graduação em terapia ocupacional criados pelo REUNI.

Figura 1: Distribuição dos cursos de graduação em terapia ocupacional vinculados a IFES antes do REUNI.

Figura 2: Distribuição dos cursos de graduação em terapia ocupacional vinculados a IFES posteriormente ao REUNI.

Gráfico 1: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFPE por áreas de conhecimento.

Gráfico 1.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFPE.

Gráfico 2: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFMG por áreas de conhecimento.

Gráfico 3: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFPR por áreas de conhecimento.

Gráfico 3.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFPR.

Gráfico 4: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UNIFESP por áreas de conhecimento.

Gráfico 4.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UNIFESP.

Gráfico 5: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UnB por áreas de conhecimento.

Gráfico 5.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UnB.

Gráfico 6: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFPA por áreas de conhecimento.

Gráfico 7: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFES por áreas de conhecimento.

Gráfico 7.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFES.

Gráfico 8: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional do IFRJ por áreas de conhecimento.

Gráfico 8.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional do IFRJ

Gráfico 9: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional do UFRJ por áreas de conhecimento.

Gráfico 9.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFRJ.

Gráfico 10: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFSM por áreas de conhecimento.

Gráfico 10.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFSM.

Gráfico 11: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFPb por áreas de conhecimento.

Gráfico 12: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFS por áreas de conhecimento.

Gráfico 12.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFS.

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>16</b>
<b>1. Ensino Superior e Terapia Ocupacional.....</b>	<b>20</b>
1.1. O Ensino Superior no Brasil .....	20
1.2. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.....	29
1.3. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde 32	
1.4. A Terapia Ocupacional.....	39
1.5. Terapia Ocupacional Social.....	50
<b>2. Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>55</b>
<b>3. Os Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições Federais de Ensino Superior.....</b>	<b>58</b>
3.1. Universidade Federal de Pernambuco .....	58
3.2. Universidade Federal de São Carlos .....	67
3.3. Universidade Federal de Minas Gerais.....	77
3.4. Universidade Federal do Paraná.....	86
3.5. Universidade Federal de São Paulo .....	94
3.6. Universidade Federal do Triângulo Mineiro .....	105
3.7. Universidade de Brasília .....	112
3.8. Universidade Federal do Pará.....	121
3.9. Universidade Federal do Espírito Santo.....	127
3.10. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.....	136
3.11. Universidade Federal do Rio de Janeiro .....	145
3.12. Universidade Federal de Santa Maria.....	153
3.13. Universidade Federal da Paraíba .....	159
3.14. Universidade Federal de Pelotas .....	165
3.15. Universidade Federal de Sergipe .....	169
<b>4. A Graduação em Terapia Ocupacional e o Ensino de Terapia Ocupacional Social no Brasil.....</b>	<b>176</b>

<b>5. O Rebatimento das Atuais Políticas de Ensino Superior para os</b>	
<b>Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional no Brasil.....</b>	<b>191</b>
5.1. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.....	191
5.2. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde.....	199
<b>Conclusões .....</b>	<b>204</b>
<b>Referências .....</b>	<b>208</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>213</b>

## **Apresentação**

Dizer de onde parto para a realização deste trabalho que aqui apresento é também dizer um pouco da minha curta trajetória na terapia ocupacional.

Em 2008, ingressei no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e, em 2010, passei a integrar o Metuia/UFSCar, grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processo de ruptura das redes sociais de suporte (BARROS et al., 2002).

No mesmo ano, adentrei o universo da pesquisa acadêmica, no mesmo grupo, ao ser convidada pela professora Roseli Esquerdo Lopes para desenvolver a pesquisa de iniciação científica “O Ensino de Terapia Ocupacional Social nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, depois, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)<sup>1</sup>, sob sua orientação. Posteriormente, parte deste trabalho se transformou no meu Trabalho de Conclusão de Curso.

A realização dessa pesquisa permitiu-me entrar em contato com um tema até então restrito à minha vivência: a graduação em terapia ocupacional no Brasil. A partir disso comecei a aprofundar meus estudos sobre a história da terapia ocupacional, principalmente sua implantação no Brasil, e dos seus processos formativos.

As diferenças no modo como os cursos estudados desenvolviam a formação profissional em terapia ocupacional e, em especial, na área da terapia ocupacional social, que de maneira geral ocupava espaços minoritários naqueles currículos, assim como o grande foco dado para a área da saúde e de seus conteúdos considerados básicos, advindos das ciências biológicas, causaram-me um certo desconforto.

---

<sup>1</sup> Processo nº 2011/01246-8

Paralelamente a esse processo, em 2011, participei de eventos da área: VI Encontro Latino-Americano de Escolas e Docentes de Terapia Ocupacional, XII Congresso Brasileiro e IX Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional e VIII Congresso Argentino de Terapia Ocupacional, os quais me levaram a refletir sobre os processos formativos de terapeutas ocupacionais e do lugar ocupado pela área, e mais especificamente pela terapia ocupacional social, no cenário nacional e da América Latina.

Esse caminho de iniciação à pesquisa, fomentou a necessidade e a vontade de por ele continuar, o que me foi possibilitado pelo ingresso no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos em 2012.

Assim, já no mestrado, continuando sob orientação da Profa. Roseli Esquerdo Lopes, pontuamos a expansão rápida e considerável no país de cursos de graduação em terapia ocupacional vinculados a Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como uma tendência de discursos em torno da necessidade de reformulação nos processos formativos na área.

Diante desse panorama e dos nossos interesses de estudo, nos perguntamos o quanto as atuais políticas de ensino superior estabelecidas estariam influenciando esse processo, duas em especial: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), que têm como proposta a expansão de cursos de graduação e vagas em universidades federais e o redirecionamento da formação de profissionais para o setor saúde, respectivamente.

Ainda, nesse meu percurso, buscando enriquecer minhas reflexões sobre o ensino superior e também acerca da terapia ocupacional e, sobretudo, como forma de complementar a minha formação geral, cursei as disciplinas: Filosofia e Teoria de Currículo da Educação Superior, na Faculdade de Educação da UNICAMP, com a professora Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira e Bases Conceituais para uma Terapia Ocupacional Crítica, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da

Reabilitação da USP, com as professoras Sandra Galheigo, Fátima Oliver e Elizabeth Lima.

Deste modo, delineou-se o projeto de pesquisa de mestrado “Políticas de Ensino Superior, Graduação em Terapia Ocupacional e o Ensino de Terapia Ocupacional Social no Brasil”<sup>2</sup>, com o objetivo de estudar os rebatimentos destas políticas de ensino superior nos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES e nos seus Projetos Político-Pedagógicos, e, também, compreender como esses cursos vêm desenvolvendo a formação profissional na área e, mais especificamente, na subárea da terapia ocupacional social.

Na primeira seção deste trabalho, item 1, apresentamos parte do aporte teórico que construímos ao longo do processo de mestrado, resumindo, primeiramente, a história do ensino superior no Brasil, notadamente da instituição universitária, e de algumas das principais políticas voltadas para esse setor, chegando aos programas REUNI e Pró-Saúde, foco desta pesquisa, onde expomos as suas diretrizes.

Na seção seguinte, descrevemos o percurso metodológico da pesquisa empírica, que consistiu das seguintes etapas: a) levantamento dos cursos de graduação em terapia ocupacional do país em funcionamento, entre 2012 e 2013, e sua classificação de acordo com a categoria administrativa, identificando aqueles vinculados à IFES; b) levantamento dos coordenadores dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES, apresentação do projeto de pesquisa e convite à participação; c) elaboração do roteiro da entrevista a ser feita com cada um dos coordenadores; d) realização das entrevistas, seguidas de sua transcrição, textualização e correção; e) levantamento documental dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES; g) organização, leitura, sistematização e análise dos dados coletados.

---

<sup>2</sup> Que obteve o apoio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2012/13593-7, para a sua realização.

Na seção 3, são apresentados detalhadamente cada um dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES, de acordo com a ordem cronológica de criação dos mesmos. Procurou-se manter uma estrutura comum para a apresentação dos cursos, também porque seus Projetos Político-Pedagógicos não se diferiam substancialmente, mas, sobretudo, para que todos pudessem contar com o mesmo espaço.

Na seção 4, delinea-se um panorama geral da graduação em terapia ocupacional e do ensino de terapia ocupacional social no Brasil, sintetizando e discutindo os dados apresentados na seção anterior.

Na última seção do trabalho, explicitamos o rebatimento das políticas de ensino superior em pauta para a graduação em terapia ocupacional no país, demonstrando o impacto do REUNI, que promoveu uma grande expansão de vagas e cursos públicos, e a influência indireta do Pró-Saúde na tendência de reformulação dos processos formativos na área.

# 1. Ensino Superior e Terapia Ocupacional

## 1.1. O Ensino Superior no Brasil

No Brasil, a instituição universitária surgiu tardiamente, em comparação com outros países da América Latina, principalmente devido às diferenças nos processos de colonização, estes colonizados por espanhóis e aquele por portugueses (CUNHA, 1980).

Apesar disso, estudiosos da educação brasileira mostram que o grau de ensino que maior prestígio teve desde a colonização do Brasil foi o superior, sendo, portanto, as suas instituições promotoras o ente de maior destaque e o mais almejado na história da nossa educação, em detrimento de investimentos no ensino básico (BITTAR, 2007).

Desde o período colonial, havia instituições promotoras de ensino superior, ligadas, basicamente, à Companhia de Jesus, com cursos de Artes e Teologia, com os objetivos de formar padres para as atividades missionárias, quadros para o aparelho representativo e também para ilustrar a elite dominante. Havia, ainda, a possibilidade desses estudos serem complementados em universidades em Portugal ou em outros países da Europa (CUNHA, 1980).

Esse quadro começa a se modificar, em 1808, com a vinda da família real para o Brasil e a conseqüente transferência da sede da monarquia portuguesa, com a criação de cátedras isoladas de ensino superior, destinadas a formar profissionais nas áreas de medicina, engenharia e militar para o Império, cuja sede estava agora na Colônia, além de especialistas na produção de bens simbólicos para o consumo daqueles que gozavam de maior poder aquisitivo e, de forma minoritária, profissionais liberais de nível médio (CUNHA, 1980).

Durante todo o período imperial, o ensino superior no país se expandiu, sempre com iniciativas do poder central, no entanto, o panorama geral basicamente não se alterou; mesmo após a independência do Brasil, em 1822, e apesar de sucessivas

tentativas de criação de universidades, esse nível de ensino continuou se dando em estabelecimentos isolados (CUNHA, 1980).

Com a proclamação da República, em 1889, o ensino superior no Brasil sofre algumas alterações. Esse período, até a Revolução de 1930, é marcado pela consolidação e posterior crise dos latifundiários e o surgimento da burguesia industrial, que viam no ensino superior a possibilidade de manutenção do seu status e de ascensão social, respectivamente. São também promulgados alguns dispositivos legais que contribuem para o início da transformação do ensino superior no Brasil; destaca-se a Constituição de 1891, em que se mantém o ensino superior como atribuição do poder central, porém não exclusivamente, o que oportunizou o surgimento de várias escolas superiores livres (CUNHA, 1980).

A partir de 1909 houve a criação de algumas instituições nomeadas como universidade, a saber: Universidade de Manaus, em 1909, Universidade de São Paulo, 1911 e a Universidade do Paraná, em 1912, oriundas de iniciativas privadas, mas que não obtiveram êxito e pouco tempo depois foram extintas e seus cursos dissolvidos em faculdades isoladas (CUNHA, 1980)

Somente em 1920 se deu a criação, pelo governo federal, da primeira instituição duradoura com status de universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, que, em 1937, passou a se chamar Universidade do Brasil e, em 1965, recebeu a atual nomeação de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa instituição consistiu, no início, apenas na reunião das escolas politécnica e de medicina e da faculdade de direito, sem integração, de fato, entre elas e conservando cada uma as suas características (FÁVERO, 2006; SAVIANI, 2010).

Apesar das incongruências, a criação da Universidade do Rio de Janeiro serviu para fortalecer o debate acerca da questão universitária no país, levantando discussões em torno das concepções de universidade e do modelo a ser adotado no Brasil, assim como suas funções e sua autonomia (FÁVERO, 2006).

O cenário do ensino superior começa a se alterar, efetivamente, após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Durante os cinco primeiros anos de seu mandato, desenvolveram-se no país duas políticas educacionais paralelas: uma autoritária, do governo federal, e uma liberal, do governo do estado de São Paulo e da prefeitura do Distrito Federal. No âmbito nacional, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que elaborou algumas reformas no ensino, tendo como preocupação a sua adequação à modernização do país, com ênfase na capacitação para o trabalho, todavia, sempre com tendências centralizadoras. Dentre elas, destaca-se a Reforma Francisco Campos que, em 1931, estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual dispunha sobre os padrões de organização das instituições de ensino superior no país, universitárias e não universitárias (CUNHA, 1980; FÁVERO, 2006; SAVIANI, 2010).

Já as iniciativas de caráter liberal foram a criação, em 1934, da Universidade de São Paulo, e, em 1935, da Universidade do Distrito Federal, extinta em 1939; instituições marcantes para a história do ensino universitário do Brasil pelas propostas até então inovadoras (FÁVERO, 2006).

Também na década de 1930, apesar de seu curto tempo de existência, o regime universitário do país foi intensamente criticado, principalmente pela comparação com as práticas mais abertas vigentes em outros países. A criação, em 1938, da União Nacional dos Estudantes (UNE), a partir da organização do movimento estudantil, trouxe propostas para um projeto de política educacional contrário ao que até então vigorava, embora não tenham sido aprovadas, abriram caminhos para uma crítica mais radical do ensino superior no país, tendo sido retomadas posteriormente, durante a década de 1960. (CUNHA, 2000; SAVIANI, 2010).

Nos anos 40 e 50 do século XX, com o aumento no ritmo do desenvolvimento nacional, provocado pela industrialização e pelo progresso econômico, assim como com as transformações no plano econômico e sociocultural, associados à expansão

havia do ensino secundário, se ampliou a demanda por oportunidades no ensino superior (CUNHA, 1983).

Como resposta a essa questão, quando do retorno de Getúlio Vargas à Presidência, em 1950, foram tomadas basicamente três iniciativas por parte do governo federal: a criação de novas faculdades onde não havia ou onde havia apenas instituições de ensino superior privadas, a gratuidade, de fato, dos cursos superiores das instituições federais e a federalização de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades, por meio da Lei Nº 1.254, de dezembro de 1950 (CUNHA, 1983; 2000).

Esse processo de expansão da rede federal de ensino superior se estendeu mesmo após o advento do golpe militar de 1964, contudo, em um ritmo mais lento, e foi o responsável pelo aumento na oferta de vagas públicas nesse nível de ensino, bem como pela criação da maior parte das universidades federais existentes até a década de 2000 (CUNHA, 1983; 2000).

Ainda assim, o aumento na oferta não foi suficiente para sanar a demanda por ensino superior, continuando a haver um número considerável de excedentes: jovens, principalmente oriundos das camadas médias em ascensão, que obtiam a nota mínima de aprovação nos exames vestibulares e que por falta de vagas não podiam iniciar os estudos (CUNHA, 2000; SAVIANI, 2010).

Este cenário, associado à crítica em torno da precariedade das universidades brasileiras, fomentou um movimento pela modernização do ensino superior no Brasil. O início dos anos 1960 foi marcado por uma crescente mobilização pela reforma universitária, sob a liderança, inicialmente, da UNE (FÁVERO, 2006; SAVIANI, 2010).

Em 1961, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispôs sobre a organização e o funcionamento do ensino brasileiro, em todos os níveis, pautando-se por princípios como democratização da educação, a descentralização do ensino, entre outros (BRASIL, 1961; TRIGUEIRO, 2003).

Com o golpe militar de 1964, o movimento estudantil pela reforma universitária, já inserida no rol das “reformas de base”, se intensificou e ganhou apoio dos professores; por outro lado, o regime então instituído, que procurava conter essas manifestações, também tinha o intuito de modernização do ensino superior com vistas ao crescimento do desenvolvimento do país (CUNHA, 2000; TRIGUEIRO, 2003; SAVIANI, 2010).

Assim, a Reforma Universitária de 1968 procurou responder a duas demandas contrárias:

de um lado a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional (SAVIANI, 2010, p. 9).

Foi estabelecida por essa reforma a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a extinção da cátedra e sua substituição pelo sistema departamental, a instituição universitária foi fixada como forma preferencial de organização do ensino superior, instaurou-se o regime de créditos e a matrícula por disciplinas, os ciclos básicos, o vestibular unificado, cursos de curta duração e a racionalização da estrutura e do funcionamento das instituições de ensino superior (FÁVERO, 2006; SAVIANI, 2010).

Embora a lei da Reforma Universitária determinasse a universidade como forma prioritária de organização do ensino superior, as afinidades políticas entre os governantes militares e os dirigentes de instituições privadas permitiu um grande crescimento de instituições de ensino superior privadas, organizadas, em sua maioria, de forma isolada, contrariando a própria lei (CUNHA, 2000; SAVIANI, 2010).

Todavia, continuou a haver aumento nas vagas públicas, especialmente no sistema federal de ensino superior (CUNHA, 2000).

Posto isso, apesar das conseqüências danosas causadas pelo regime militar no país, foi nesse período que o ensino superior mais cresceu e que a instituição

universitária se consolidou. Tal processo, porém, não se deu sem contradições. De um lado, ocorreram demissões e aposentadorias compulsórias, a autonomia, já reduzida, passou a ser ainda mais restrita, os currículos e os programas das disciplinas passaram a ser controlados e os movimentos estudantis duramente reprimidos. De outro, houve ampliação dos recursos destinados à pós-graduação por parte das agências governamentais de fomento, construção de novos prédios e laboratórios, institucionalização da carreira docente por meio do regime de dedicação exclusiva e o aumento expressivo de matrículas em instituições públicas, especialmente nas federais (CUNHA, 2000).

O ensino superior brasileiro chega à década de 1980 com a “universidade” como protagonista ativa e beneficiária do movimento pela redemocratização do país. As políticas voltadas para esse setor continuaram sendo amplamente criticadas por docentes, estudantes e pesquisadores, o que desencadeou um importante movimento de greve nas universidades federais (CUNHA, 1997; 2000).

Nessa direção, é lançado, em 1983, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária pelo Ministério da Educação (MEC), desativado um ano depois devido a questões de disputas internas no próprio MEC, e que acabou por ser substituído posteriormente, em 1985, pela Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior que, após a conclusão do seu relatório acerca da situação do ensino superior no país, culminou na criação do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES). O GERES elaborou um anteprojeto de lei para a reformulação do ensino superior, voltado exclusivamente para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), entretanto, o texto foi severamente criticado pelos docentes e estudantes o que acabou por retirá-lo do Congresso Nacional, permanecendo, porém, como orientação da política geral do governo para o ensino superior e das mudanças que viriam a acontecer posteriormente, principalmente no que diz respeito à diferenciação entre universidades de pesquisa e instituições de ensino (CUNHA, 1997; SAVIANI, 2010).

Em 1988, a nova Constituição definiu as universidades como instituições em que o ensino, a pesquisa e a extensão se desenvolvem de modo indissociado, o que foi mais bem caracterizado em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (CUNHA, 2000).

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional instituídas pelas Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, complementadas com uma série de decretos promulgados posteriormente, estabeleceu a organização do ensino superior brasileiro, diferenciando as universidades e os outros tipos de instituições promotoras deste nível de ensino. As universidades foram caracterizadas por sua produção, ensino, pesquisa e extensão, e por seu corpo docente, sendo que pelo menos um terço deste deveria se constituir de doutores, contratados em regime de tempo integral (CUNHA, 2000). Destaca-se ainda a autonomia das universidades, a regulamentação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a criação de sistemas de avaliações periódicas das instituições e dos cursos superiores no país e a necessidade de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação, o que significou uma mudança no enfoque de como os cursos deveriam ser regulamentados (DOURADO, 2002).

Assim, ainda nesse contexto de proposta da reforma do ensino superior, a questão dos currículos dos cursos de graduação, já pautada paralelamente a esse processo, começa a ganhar centralidade nas discussões. A rigidez curricular produzida pelos currículos mínimos estabelecidos pela Reforma de 68 era vista como uma das principais causas dos altos índices de evasão e baixo número de diplomados, além disso, as mudanças na sociedade contemporânea e no mundo do trabalho levantavam discussões em torno dos perfis profissionais (CATANI et al., 2001).

Catani et al. (2001) colocam também que, naquele momento:

as alterações preconizadas pela reforma educacional no Brasil redirecionam o papel da educação e da escola e, conseqüentemente, aliam a formação e a qualificação como elementos fundamentais ao processo de competitividade resultando, assim, em ações político-pedagógicas no âmbito dos currículos da educação formal e não-formal (CATANI et al., 2001, p. 72).

Deste modo, tem início em 1997, formal e concretamente, a reforma curricular dos cursos de graduação no país, com o intuito de adaptá-los às mudanças verificadas nos perfis profissionais, com iniciativa da Secretaria de Educação Superior do MEC. Em um primeiro momento, foi solicitado às instituições de ensino superior que elaborassem propostas para as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação que, posteriormente, serviram como base para o trabalho das constituídas Comissões de Especialistas de Ensino de cada profissão. Foram adotados como princípios orientadores para tais mudanças a flexibilidade na organização curricular, dinamicidade do currículo, adaptação às demandas do mercado de trabalho, definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais e específicas. Esse processo foi se construindo ao longo dos anos, não sem contradições e lutas, e a partir de 2001 começaram a ser implementadas as primeiras Diretrizes Curriculares (CATANI et al., 2001).

Paralelamente a todo esse processo, houve um estreitamento importante das relações entre os governos brasileiro e de outros países, especialmente aqueles a frente do modo de produção capitalista e do ordenamento neoliberal cada vez mais estabelecido, o que acabou por influenciar as políticas sociais empreendidas no país na época, tendo como égide a minimização da atuação do Estado em setores ditos não essenciais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial tornaram-se importantes interlocutores da agenda nacional, sendo este último o de maior influência no campo educacional (DOURADO, 2002).

Ainda nos anos finais da década de 1980 e que se estendeu até meados da década de 1990, o ensino superior brasileiro passou por uma série de avaliações por meio de programas instituídos pelo governo, que, via de regra, acabou por considerá-lo inadequado às demandas de mercado e ineficiente. O sistema federal de ensino superior foi o maior alvo dessas críticas, sobretudo com relação aos recursos demandados, considerados altos, investidos nesse setor. Tal constatação aliada às

orientações do Banco Mundial, indutoras de reformas pautadas pelo ideário neoliberal, em cuja ótica da racionalização, o campo educacional deveria acompanhar a lógica do campo econômico, culminou em uma série de reformas no ensino superior brasileiro, com um discurso em torno de se alcançar maior racionalidade, produtividade e eficiência do sistema (CUNHA, 2000; DOURADO, 2002).

Como consequência, teve início um processo de reformulação desse nível de ensino no Brasil, oficializado com o Plano Nacional de Educação proposto pelo MEC, em 1996, mas, que não foi efetivado, com indicações das metas para a educação durante os dez anos subsequentes. Nesse plano, destaca-se para o ensino superior a diversificação das formas de organização das instituições, a necessidade de expansão, a não ampliação de recursos por parte do governo federal e a mensuração da qualidade por meio de sistemas de avaliação. O documento, contudo, não previa mecanismos concretos de financiamento para a efetivação das medidas propostas. O resultado disso foi uma grande expansão de IES privadas e o sucateamento das IES públicas, em especial daquelas vinculadas ao sistema federal (DOURADO, 2002; SAVIANI, 2010; FIGUEIREDO, 2010).

O grande número de vagas ociosas em IES privadas, entretanto, foi um problema advindo dessa política, em parte pela discrepância entre o número de vagas oferecidas e a procura por elas, mas também pelo baixo poder aquisitivo de sua demanda (CARVALHO, 2006).

A partir dos anos 2000, mais especificamente de 2003, a nova gestão federal se coloca como projeto de governo diferente do anterior, com implicações diretas para o sistema educacional e, especialmente, para o ensino superior, com propostas de democratização e ampliação do acesso.

Em relação ao quadro de esgotamento do crescimento no âmbito das instituições privadas, procurou-se, aliado à expansão de vagas, gerar condições para a sustentação financeira dos estabelecimentos já existentes, criando, em 2005, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o qual prevê a concessão de bolsas de

estudo integrais ou parciais para alunos advindos de família com baixa renda em IES privadas (BRASIL, 2005), além de dar continuidade ao FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), outro programa do MEC, criado em 1999, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas (CARVALHO, 2006).

Já no que concerne ao sistema de ensino superior público, houve um movimento pela recuperação do orçamento das universidades federais e iniciou-se um processo de expansão de vagas das IFES. Nesse sentido, foi proposto, porém apenas em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

#### **1.2. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi destinado especificamente às universidades federais, como uma das ações consubstanciadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo MEC também em 2007. Sua proposta se deu com base na constatação de algumas problemáticas em torno das IFES, dentre as quais destacam-se a ociosidade de espaços físicos, em especial no período noturno, os altos índices de evasão de estudantes nos cursos de graduação, a rigidez dos currículos e o descompasso com as competências demandadas pelo mercado de trabalho (BRASIL, 2007a).

Embora a maior oferta de vagas na graduação superior ocorresse até então no setor privado, a demanda por vagas públicas continuava alta e crescente. Desde 2003, a então gestão federal aumentou os investimentos na educação pública, em particular no ensino superior, e tomou providências no sentido de expandir esse nível de ensino

no sistema federal, sendo o REUNI, portanto, uma formalização desta política (CARVALHO, 2006; BRASIL, 2007a).

Assim, o REUNI nasce com o objetivo de:

criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007a, p. 10).

Para tanto, estabelece como diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007b, p. 1-2).

Tais diretrizes foram construídas a partir de seis dimensões, cada uma contendo um conjunto de aspectos específicos, as quais deveriam ser combinadas no plano de reestruturação de cada universidade, visando possibilitar uma concepção mais flexível da formação acadêmica, de forma a evitar a especialização precoce e com vistas a atender às diversidades regionais e das múltiplas áreas de conhecimento que integram os diferentes cursos (BRASIL, 2007a).

Estas dimensões e seus respectivos aspectos eram: a) ampliação da oferta de educação superior pública: aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, redução das taxas de evasão e ocupação das vagas ociosas; b) reestruturação acadêmico-curricular: revisão da estrutura acadêmica, reorganização e diversificação dos cursos de graduação, implantação de regimes curriculares e

sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos e a previsão de modelos de transição; c) renovação pedagógica da educação superior: articulação da educação superior com os outros níveis de educação, atualização das metodologias de ensino-aprendizagem e previsão de programas de capacitação pedagógica; d) mobilidade intra e inter-institucional: promoção da mobilidade estudantil por meio do aproveitamento de créditos e a circulação dos estudantes entre os cursos, programas e instituições; e) compromisso social da instituição: políticas de inclusão, programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária e f) suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação (BRASIL, 2007a).

O processo de adesão ao REUNI se deu mediante a aprovação de um plano de expansão e reestruturação elaborado pela universidade federal, o qual deveria abordar todas as seis dimensões acima mencionadas e conter propostas de ações para os seus subitens, contemplando um aumento mínimo de 20% nas matrículas da graduação projetadas. Após a aprovação do projeto, procedia-se a uma pactuação das metas correspondentes, sendo os recursos previstos proporcionais a essa expansão e alocados diretamente em suas unidades orçamentárias. No momento da sua elaboração, previa-se também que caso alguma das universidades federais do país não ingressassem no Programa os recursos para elas previstos poderiam ser investidos em outras instituições, como uma forma de antecipação orçamentária, sem prejuízo a sua posterior adesão (BRASIL, 2007).

Essa adesão foi posta de forma voluntária, consistindo em uma opção para as universidades federais, mas apontava que era “fundamental que as universidades tenham claro que será difícil atender as metas do PNE sem o envolvimento e o compromisso social das instituições federais no que se refere ao aumento de vagas no ensino superior” (BRASIL, 2007a, p. 22).

Como meta global, o REUNI visava, ao final de cinco anos, contados a partir do momento da implantação em cada instituição, elevar a taxa média de conclusão nos

cursos de graduação para 90% e estabelecer uma relação de 18 alunos para cada docente nesses cursos<sup>3</sup> (BRASIL, 2007a).

A mobilidade estudantil, a flexibilização curricular e a interdisciplinariedade aparecem nessa proposta como itens importantes a serem ponderados e implementados pelas universidades, por serem considerados fatores de qualificação do ensino superior, mas também pela possibilidade de melhor aproveitamento dos recursos universitários.

Assim, com o início do REUNI, em 2008, o sistema federal de ensino superior volta a passar por um período de intensa expansão (FIGUEIREDO, 2010).

### **1.3. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde**

Outra política estabelecida para o ensino superior pelas gestões federais de 2003-2006 e 2007-2010, ainda em vigor, está voltada especificamente para os cursos de graduação da área da saúde<sup>4</sup>, o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde.

A questão da formação de profissionais para atuarem na saúde tem sido um tema recorrente nas discussões da área. Conterno (2013) em sua pesquisa acerca dos pressupostos pedagógicos das atuais propostas de formação superior em saúde no Brasil, ao fazer o resgate das origens históricas, aponta uma série de espaços de reflexão e momentos que culminaram em diferentes propostas, legislações e experiências ao longo dos anos e que influenciaram na proposição do Pró-Saúde.

---

<sup>3</sup> Com base nas determinações da LDB de 1996, no que se refere à carga horária docente, estimando-se aulas para 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente 20 horas semanais.

<sup>4</sup> A Resolução Nº 287 de 08 de outubro de 1998 do Conselho Nacional de Saúde definiu como categorias profissionais que atuam também na área da saúde e que possuem formação de nível superior: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional (BRASIL, 1998).

De acordo com a mesma autora, durante a década de 1950, iniciou-se uma discussão, em âmbito mundial, em torno da necessidade de reorientação da formação dos profissionais da área da saúde e que influenciou o surgimento, a partir da década de 1970, de propostas e projetos que sinalizavam a necessidade de readequação curricular e de mudança de pressupostos teórico-metodológicos para a formação superior em saúde no Brasil. Destaca-se, nesse processo, a influência de organizações internacionais que, por meio de auxílios financeiros e técnicos, desempenharam o papel de difusoras das concepções ideológicas de seus países de origem (CONTERNO, 2013).

No território nacional, essa discussão acompanhou também os debates sobre a organização dos modelos de atenção à saúde e se intensificou com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Sistema Único de Saúde foi criado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, como fruto do movimento pela Reforma Sanitária, levada a cabo no Brasil desde a década de 1970 e que influenciou as propostas implementadas durante a década de 1980, é considerado um grande avanço nas políticas sociais do país. Sob o preceito da saúde como um direito de todos e dever do Estado, o SUS propõe assistência integral à saúde, com caráter universal, sendo os serviços hierarquicamente organizados de acordo com a complexidade das ações, tendo como princípios norteadores a universalidade, integralidade e equidade das ações, com prioridade nas atividades preventivas, descentralização da gestão e das ações e participação da comunidade. Além disso, a Constituição coloca como uma das atribuições do SUS o ordenamento da formação de recursos humanos para a área da saúde (BRASIL, 1988; MAIO, LIMA, 2009).

Embora o SUS tenha conseguido superar importantes obstáculos desde a sua implantação, as ideias e os valores provenientes do modelo médico-hegemônico, que historicamente, de modo geral, ordenou a formação de profissionais para atuarem na área da saúde, com a fragmentação dos conteúdos, com enfoque na doença e nos

seus determinantes biológicos e na especialização, provocando um distanciamento das necessidades reais da população, ainda são predominantes na sociedade e, em grande parte, são os orientadores das ações e da formação dos profissionais que atuam saúde, o que vai na contramão dos princípios do SUS e interferem na sua consolidação. Nessa perspectiva, “não parece possível produzir a reorganização das práticas de saúde sem interferir simultaneamente no mundo da formação e no mundo do trabalho” (FEUERWERKER, CECCIM, 2004; FEUERWERKER, 2005; 2006, p. 78).

Dentre as iniciativas de mudança na formação profissional em saúde mais significativas desde a criação do SUS, destaca-se o papel da Rede UNIDA<sup>5</sup>, que até 1996 era nominada de Rede IDA (Integração Docente-Assistencial)<sup>5</sup>, quando então se fundiu Programa UNI (Uma Nova Iniciativa na Educação dos Profissionais da Saúde: União com a Comunidade)<sup>5</sup>. Estas duas redes, a primeira criada em meados da década de 1980 e a segunda no início dos anos 1990, articuladas com organizações internacionais, buscaram fomentar ações visando mudanças na formação profissional para a área da saúde. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas e os objetivos em comuns, essas redes se uniram durante o Seminário Nacional sobre Formação de Recursos Humanos em Saúde (CONTERNO, 2013).

A Rede UNIDA, comprometida com a promoção de mudanças na formação dos profissionais do setor, passou a atuar ativamente no cenário nacional das políticas públicas de recursos humanos em saúde, particularmente ao nível da formação graduada, lançando mão, para isso, de estratégias, tais como: ampla divulgação de experiências formativas, tidas como inovadoras, em eventos da área; publicação e divulgação de documentos e propostas pedagógicas, amparadas principalmente por metodologias ativas; articulação com diversos setores e órgãos para discussão de

---

<sup>5</sup> Iniciativas lançadas pela Fundação Kellogg, entidade norte-americana que, desde o início da década de 1940, juntamente com outras organizações internacionais, passou a atuar em países da América Latina e, conseqüentemente no Brasil, a fim de promover o desenvolvimento das profissões ligadas à área da saúde, de acordo com os seus ideais, por meio de financiamentos de projetos que atendessem essa prioridade. Para mais detalhes, consultar CONTERNO, 2013.

políticas de formação, em especial com o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Como resultado disso, a Rede foi convidada para assessorar o CNS em questões relativas à formação de recursos humanos e a participar de espaços políticos para esse debate (CONTERNO, 2013).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, e a necessidade de os cursos de graduação elaborarem diretrizes curriculares como norteadoras da formação, em substituição aos antigos currículos mínimos, a Rede UNIDA engajou-se no trabalho de elaboração de propostas de diretrizes curriculares comuns para as profissões da saúde, atuando ativamente junto ao CNE e CNS. Fruto disso foi o documento: “Contribuições para as novas diretrizes curriculares dos cursos de graduação da área da saúde”, encaminhado às comissões de especialistas de ensino da área e à Câmara de Educação Superior do CNE, que pode ser considerado um elemento estruturante das diretrizes curriculares nacionais da saúde, por apresentar as competências e habilidades gerais que os profissionais da área deveriam ser dotados e que foram, em larga escala, incorporadas às Diretrizes específicas (CONTERNO, 2013, p.96).

Dando continuidade a suas ações, tão logo aprovadas as primeiras diretrizes curriculares dos cursos da saúde, a Rede UNIDA passou a apoiar o Programa de Incentivo a Mudanças Curriculares nos Cursos de Medicina (PROMED), que lançado em 2002 pelos Ministérios da Educação e da Saúde, representou uma iniciativa institucional para reorientação da formação especificamente voltada para os cursos de graduação em medicina, tendo como eixo principal o foco para a formação para a atenção básica em saúde e a adoção de propostas pedagógicas flexíveis e utilização de metodologias ativas (CONTERNO, 2013).

Com os resultados da experiência com o PROMED e prosseguindo com o compromisso de propor alternativas para a formação profissional para a saúde, a Rede UNIDA adotou como estratégia a sugestão de ampliação do PROMED, com as mesmas premissas e diretrizes, para os demais cursos da área, fato que se

concretizou com o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (CONTERNO, 2013).

Também dentro dos argumentos que reforçam a proposição e efetivação do Pró-Saúde, destaca-se a flexibilização curricular preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, ao instituir as diretrizes curriculares, possibilitou a emergência de novas propostas de organização no programa dos cursos de graduação e inovações pedagógicas; e as recomendações da Conferência Mundial sobre Ensino Superior, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1998, na qual se discutiu a necessidade de mudanças no paradigma da educação superior e a adoção de novos métodos de ensino-aprendizagem (CONTERNO, 2013).

O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) foi lançado em 2005 pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), com as quais a Rede UNIDA também se mantinha articulada. Naquele primeiro momento, foi direcionado para os cursos de graduação em medicina, enfermagem e odontologia, profissões que integram a equipe básica da estratégia de Saúde da Família, fase denominada Pró-Saúde I e, em 2007, foi ampliado para os demais cursos de graduação da área da saúde, configurando-se no Pró-Saúde II, com o objetivo incentivar a transformação dos processos tradicionais de formação profissional no Brasil, buscando maior integração entre o ensino e o Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na atenção básica em saúde (BRASIL, 2005; 2007; CONTERNO, 2013).

Até então, apesar de diversas iniciativas terem sido propostas e implementadas na direção de estimular a mudança nos processos de formação profissional, com vistas a uma maior aproximação entre as instituições formadoras e as ações e serviços do SUS, elas teriam consistido em ações pontuais e desarticuladas entre si,

incapazes de promover uma verdadeira alteração nas práticas dominantes no sistema de saúde (FEUERWERKER, CECCIM, 2004).

O Pró-Saúde nasce como fruto desse diagnóstico da dissociação entre a formação de profissionais de saúde de nível superior e as necessidades de recursos humanos para o SUS, demandando a necessidade de transformações no processo de qualificação profissional (BRASIL, 2005; 2007).

O Pró-Saúde se apresenta com o objetivo geral de:

integração ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral ao processo saúde-doença com ênfase na atenção básica, promovendo transformações nos processos de geração de conhecimentos, ensino e aprendizagem e de prestação de serviços à população (BRASIL, 2007, p. 13).

Para tanto, o Pró-Saúde adota como estratégia a flexibilização dos currículos e a implementação de projetos pedagógicos que incorporem os eixos propostos, assumindo o compromisso de apoio técnico e financeiro para os cursos que optarem por essas mudanças. Para o seu desenvolvimento são propostos três eixos – os mesmos propostos pelo PROMED, em 2002 –, englobando cada um três vetores norteadores específicos: 1) Orientação Teórica: determinantes de saúde e doença, pesquisa ajustada à realidade local e educação permanente; 2) Cenários de Prática: integração ensino-serviço, utilização dos diversos níveis de atenção e integração dos serviços próprios da instituição de ensino superior com os serviços de saúde; 3) Orientação Pedagógica: integração básico-clínica, análise crítica dos serviços e aprendizagem ativa (BRASIL, 2005; 2007).

Os projetos propostos pelos cursos de graduação que optassem por integrar o Pró-Saúde e se submetessem ao processo de reorientação da formação profissional, seriam avaliados em função do desenvolvimento dos três eixos acima referidos, por serem considerados elementos estruturantes dessa mudança, especialmente no que concerne à adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Também deveria

ser considerada a clareza na abordagem conceitual dos determinantes sociais do binômio saúde-doença e do esquema curricular, com efetiva possibilidade de articulação com os serviços de saúde, orientação quanto à regulação e sistema de referência, possibilidade de compartilhamento orçamentário, integração do Hospital de Ensino à rede de serviços e indicação dos parâmetros de avaliação (BRASIL, 2005; 2007).

Como resultado do acompanhamento e da avaliação do Pró-Saúde e considerando a experiência do Ministério da Educação com o Programa de Educação Tutorial (PET), que desde 2005 concedia bolsas para estudantes de graduação e professores tutores, foi instituído, em 2007, pelos Ministérios da Saúde e da Educação, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), com o objetivo geral de fomentar a formação de grupos de aprendizagem tutorial para o desenvolvimento de atividades em áreas consideradas estratégicas do SUS (BRASIL, 2005; 2011a).

O Pet-Saúde visa incentivar a integração entre instituição de ensino, serviço e comunidade, por meio da inserção de docentes e estudantes de graduação na rede pública de saúde. São disponibilizadas bolsas para todos os envolvidos, cabendo aos preceptores receber os alunos participantes do Programa no serviço de saúde no qual trabalham e aos tutores (docentes) a orientação da vivência dos estudantes e a orientação na produção de conhecimentos relevantes para a área da saúde, bem como a capacitação pedagógica do preceptor (BRASIL, 2011a).

O Pet-Saúde desenvolve atividades na área da atenção básica em saúde, em três setores considerados prioritários: Saúde da Família, Vigilância em Saúde e Saúde Mental (BRASIL, 2011a).

Em 2012, o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), o Pet-Saúde foi articulado ao Pró-Saúde, dando suporte às propostas do Pró-Saúde e tornando-se mais um reforço ao movimento de mudança da formação profissional em saúde (BRASIL, 2011b).

O Pró-Saúde consistiu, até o momento, na mais ampla iniciativa de mudança na formação de profissionais para atuarem na saúde. O Ministério da Saúde, entendendo que as transformações no processo de formação dos profissionais da área não se dariam espontaneamente, se encarregou de nortear e induzir essa mudança de acordo com os princípios do SUS, priorizando a atenção básica em saúde (BRASIL, 2007).

O Pró-Saúde, assim como o REUNI, são programas que compõem a política de educação superior no Brasil adotados atualmente com vistas à reorientação do ensino superior no Brasil e que, portanto, apresentam, em alguma medida, rebatimentos para os cursos de graduação do país, o que não é diferente para a terapia ocupacional.

#### **1.4. A Terapia Ocupacional**

A terapia ocupacional tem sua origem, inicial e essencialmente, em dois processos subseqüentes: a ocupação, pautada pelo tratamento moral, através de atividades recreativas e laborterápicas, dos doentes crônicos em instituições de internação e da busca pela restauração da funcionalidade dos sobreviventes da Primeira Guerra Mundial e acidentados pelo trabalho, em programas de reabilitação (SOARES, 1991).

A sua institucionalização e a preocupação com a formação técnica, porém, se deu posteriormente. Os primeiros relatos históricos centram-se na América do Norte, no início do século XX, com a oferta de cursos de formação, seguida pela organização da categoria na Sociedade Nacional para a Promoção da Terapia Ocupacional, a atual Associação Americana de Terapia Ocupacional. Na Europa, a formação profissional em terapia ocupacional teve início com cursos de curta duração e sua institucionalização se deu de forma dispersa, também na primeira metade do século XX (SOARES, 2007).

No bojo desta expansão da terapia ocupacional, criou-se, em 1952, a Federação Mundial de Terapia Ocupacional (World Federation of Occupational Therapists – WFOT), organização internacional para a promoção e desenvolvimento da profissão, com a filiação de dez países: Estados Unidos, África do Sul, Austrália, Canadá, Dinamarca, Grã-Bretanha, Índia, Israel, Nova Zelândia e Suécia.

Atualmente, a WFOT conta com 73 países membros, divididos em quatro grandes sub-regiões: Ásia-Pacífico, Áfricas, Europa e Américas, que correspondem não apenas a critérios geográficos, mas também a um sistema de agregação por afinidades, funcionalidade e disponibilidade de envolvimento de profissionais. O Brasil, embora tenha sido membro associado desde a década de 1970, através da associação nacional dos seus profissionais, tornou-se efetivamente filiado em 1994 (WFOT, 2013).

A WFOT tem entre seus objetivos atuar como organização internacional para a promoção da terapia ocupacional, promover a cooperação entre as associações de terapia ocupacional, promover a educação e formação de terapeutas ocupacionais, facilitar o intercâmbio de informações e o intercâmbio e estágio de profissionais e estudantes, assim como ajudar a manter a ética, defender os interesses da profissão e fazer avançar suas práticas e seus padrões de qualidade (WFOT, 2013).

Para alcançar tais objetivos, a WFOT possui cinco comissões que trabalham conjuntamente, com auxílio de representantes de cada país filiado, e que desenvolvem projetos de curto, médio e longo prazos: Executiva, Padrões e Qualidade, Promoção e Desenvolvimento, Cooperação Internacional e Educação e Pesquisa, sendo que um dos objetivos de longo prazo desta última é a revisão dos padrões curriculares mínimos para programas de formação profissional (WFOT, 2013; HAHN, LOPES, 2003).

Já no ano de sua fundação começou-se a elaboração da primeira versão dos padrões mínimos para a formação em terapia ocupacional, aprovados em 1954, passando posteriormente por inúmeras revisões. Em 1971, uma revisão foi realizada,

chegando-se aos “Padrões Mínimos Recomendados para a Formação de Terapeutas Ocupacionais”, texto este que buscava se alinhar com as transformações que vinham ocorrendo na época nas profissões na área da saúde, destacando-se a divisão por especialidades clínicas (LOPES, 2004).

Em 1998, iniciou-se uma nova revisão, como consequência da solicitação de subsídios de alguns países para a criação e abertura de cursos de terapia ocupacional e orientações mais claras quanto ao processo de monitoramento, assim como o entendimento da necessidade de flexibilização dos conteúdos curriculares e de normatizações mais abrangentes para a realização do ensino prático supervisionado. Este processo consistiu em três fases, culminando com a apresentação do texto “Revisão dos Padrões Mínimos da WFOT” no XIII Congresso Mundial de Terapia Ocupacional, realizado em 2002, momento em que foram incorporadas sugestões e alterações, o que resultou finalmente na versão atual (HAHN, LOPES, 2003; LOPES, 2004).

Os “Padrões para a Educação de Terapeutas Ocupacionais” (*Standards for the Education of Occupational Therapists*), desde então, já passaram por fases de implantação e implementação. Este documento tem como objetivo estabelecer uma norma mínima ou um piso básico para a formação profissional e impulsionar o desenvolvimento contínuo da sua qualidade (WFOT, 2002).

Nele estão pautados três aspectos principais, intrinsecamente relacionados: em relação ao aspecto profissional, deve-se promover com consistência a prática da pesquisa como uma forma de padrão de qualidade para o exercício da terapia ocupacional; em relação à sociedade como um todo, é necessário dar uma maior visibilidade das possibilidades de contribuição da terapia ocupacional aos sistemas de saúde e previdência das comunidades em níveis local, nacional e internacional, devendo ir ao encontro das expectativas de qualidade de vida e bem-estar social das pessoas; em relação ao aspecto educacional, deve-se garantir a manutenção de

diretrizes e padrões comuns mundialmente (WFOT, 2002; HAHN, LOPES, 2003; LOPES, 2004).

De acordo com este documento, a base para a formação de terapeutas ocupacionais está na compreensão filosófica da ocupação. O ensino deve englobar as perspectivas internacionais, que abordam as crenças compartilhadas mundialmente pelos profissionais e também as perspectivas locais, particulares de cada país (WFOT, 2002).

Nesse sentido, um programa de formação deve incorporar os trabalhos primordiais que se espera de um futuro profissional, assim como a maior variedade possível de cenários dentro dos quais se espera que sejam capazes de trabalhar. São considerados elementos fundamentais a serem tomados em conta para a elaboração de um curso: os conteúdos e a sequência curricular, os métodos educativos, as práticas supervisionadas, o corpo docente e os recursos físicos e materiais. Assim, almeja-se que ao final do processo de formação o aluno tenha conhecimento, habilidades e atitudes para compreender as relações entre indivíduo, ocupação e meio e entre ocupação, saúde e bem-estar, domínio do processo e raciocínio terapêutico-ocupacional, capacidade de discernimento do contexto de aplicação de seu conhecimento e possa lidar terapêutica e profissionalmente com clientela, familiares, colegas, comunidades e instituições (WFOT, 2002).

Ainda, esses padrões levam em conta a natureza dinâmica dos programas de ensino e as diferenças e particularidades nacionais e regionais, considerando também a maneira como a terapia ocupacional foi introduzida originalmente em cada país e como tem se desenvolvido desde então (WFOT, 2002).

No Brasil, o início do desenvolvimento da terapia ocupacional se deu em meados da segunda metade do século XX, por meio de processos distintos, principalmente em duas localidades do país: Rio de Janeiro e São Paulo, sendo este o mais focado pela literatura nacional da área.

No Rio de Janeiro, iniciou-se com cursos de treinamento em saúde mental, ministrados pela Dra. Nise da Silveira e posteriormente com a criação da Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro, vinculada à Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (SOARES, 2007).

Em São Paulo, através do Movimento Internacional de Reabilitação, desencadeado pelos países envolvidos nas duas grandes guerras mundiais. Este movimento, resultado de ações da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), assumiu como estratégia a implantação de programas de reabilitação nos quatro continentes por meio da implantação de Centros de Demonstração de Técnicas de Reabilitação, no intuito de oferecer atendimento qualificado e promover a capacitação de futuros profissionais, sendo o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o escolhido na América Latina. Assim, em 1956, foi implantado o Instituto Nacional de Reabilitação na Clínica de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas, dando início à formação de profissionais da área de reabilitação, entre eles o terapeuta ocupacional (SOARES, 1991; DE CARLO, BARTALOTTI, 2001).

Em 1963, foi estabelecido o currículo mínimo para os cursos de terapia ocupacional e fisioterapia, fixando sua duração em três anos, com carga horária mínima de 2160 horas. Finalmente, em 1969, essas profissões foram regulamentadas no Brasil e reconhecidas como de nível superior, por meio do Decreto Lei Nº 938 – de 13 de outubro (HAHN, LOPES, 2003; LOPES, 2004).

Em 1978, foi criado o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), que posteriormente se organizou em unidades regionais, com a função de regulamentar e fiscalizar o exercício desses profissionais (LOPES, 2004; SOARES, 2007).

Paralelamente, seguia-se a discussão das definições contidas no então currículo mínimo e de sua implementação prática, intensificadas desde 1979, pela Associação Brasileira de Fisioterapia (ABF), pela então Associação de Terapeutas Ocupacionais do Brasil (ATOB) e pelo COFFITO, que concluíram que a formação dos terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas fixadas por aquele documento era deficiente e não condizia com a realidade para qual eram formados, culminado, quatro anos mais tarde, com o estabelecimento de um novo currículo mínimo para cada um dos cursos (LOPES, 1991).

O processo de elaboração desses novos currículos mínimos envolveu as Comissões de Ensino da ABF e da ATOB, que reuniram entidades científicas, profissionais e culturais, assim como escolas do país responsáveis pela formação graduada nessas áreas, que em suas discussões concluíram que o trabalho desses profissionais deveria se dar em três níveis de atenção à saúde: prevenção, cura e reabilitação, o que demandaria, conseqüentemente, mudança no foco da formação, até então centrada na doença (LOPES, 1991).

A aprovação do novo currículo mínimo para os cursos de terapia ocupacional e de fisioterapia em 1983, ampliou a carga horária mínima para 3240 horas e a duração mínima para quatro anos, dividindo-a em quatro ciclos, sendo os ciclos I e II os conteúdos das áreas biológicas e de formação geral, o ciclo III o pré-profissionalizante e o ciclo IV o profissionalizante (LOPES, 1991, SOARES, 1991).

Lopes (1991) ao analisar esse processo, coloca que além da preocupação com uma formação de qualidade, havia também reivindicações corporativas e luta pela legitimação de cada profissionalidade. Sobre o currículo mínimo, a utilização de termos bastante gerais dava margem a diferentes interpretações do texto, sendo que esse novo currículo mínimo:

ao mesmo tempo em que suprime cursos que não cumpram esses pré-requisitos, pouco exige em relação a uma formação mais geral que, aprofundando os conhecimentos humanísticos e desenvolvendo a capacidade

de crítica dos novos formandos, possa provê-los de formas de pensamento que lhes permitam integrar, em seu futuro trabalho, aspectos técnicos e políticos (LOPES, 2004, p. 8).

A primeira análise coletiva das conseqüências da implantação desse currículo mínimo se deu em 1986 no I Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional, realizado em Belo Horizonte. Na ocasião, concluiu-se por uma avaliação positiva, uma vez que com ele foi possível aos cursos priorizar questões específicas da terapia ocupacional (LOPES, 2004).

Em 1995, com o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já definido, mas apesar de aprovado apenas no ano seguinte com a Lei Nº 9.394 e que, conforme já citado anteriormente, extinguiu a exigência do cumprimento de currículos mínimos pelas IES e estabeleceu como novos referenciais para os cursos de graduação as Diretrizes Curriculares Nacionais, que seriam elaboradas com o auxílio de comissões de especialistas de ensino, foi constituída a Comissão de Especialistas de Ensino de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, ligada à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), com o objetivo geral de assessoramento nos processos de autorização e reconhecimento dos cursos, assim como no credenciamento das instituições. Esta comissão foi, posteriormente, em 1998, desmembrada em duas específicas (BRASIL, 1996; 1997; HAHN, LOPES, 2003).

As diversas docentes que integravam essas comissões trabalharam, em diferentes períodos, exaustivamente na elaboração de instrumentos capazes de formalizar a estrutura e o funcionamento dos cursos de graduação em terapia ocupacional no país, sempre se baseando nos padrões internacionais, assim como das discussões oriundas da articulação dos docentes nos encontros nacionais.

Como parte do fruto desse trabalho e com a necessidade de elaboração das diretrizes para o ensino em terapia ocupacional, a Comissão de Especialistas de Ensino de Terapia Ocupacional (CEETO) apresentou, no final de 1998, à SESu/MEC

uma primeira versão: “Proposta de Normatização de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Terapia Ocupacional” (Anexo A), resultado de um amplo processo de discussão e formulação democrática entre os docentes terapeutas ocupacionais do país, do qual participaram ativamente entidades representativas da categoria profissional e representantes das escolas de terapia ocupacional existentes à época.

Aquele documento propunha uma formação generalista, que contemplasse de forma equilibrada conhecimentos gerais nas áreas biológicas e humanas e os específicos do campo da terapia ocupacional, estabelecendo, para isso, cargas horárias mínimas, a saber: 360 horas para os conteúdos das áreas biológicas e humanas (cada um) e 2880 horas para os conteúdos específicos, somando, portanto, uma carga horária mínima de 3600 horas. Fixava também que os cursos deveriam ter no mínimo 1000 horas de formação em serviço, atendendo as normas da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais. Colocava, ainda, a possibilidade de flexibilização das propostas curriculares pelas IES, desde que assegurados esse equilíbrio e a base nacional comum.

Apesar deste documento traduzir as aspirações dos terapeutas ocupacionais para a formação profissional na época, ele não foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por ser considerado demasiadamente normativo e não condizente com as propostas de flexibilização curricular estabelecidas pela LDB.

Desta forma, iniciou-se um longo e intenso processo de discussão entre a CEETO e o CNE: de um lado, a CEETO considerava imprescindível o estabelecimento de alguns critérios mínimos considerados necessários para alcançar um patamar inalienável de qualidade na formação, sobretudo a fixação de alguns conteúdos e de carga horária mínima total e de formação em serviço, aspectos até então garantidos pelo currículo mínimo, e de outro, o CNE não abria mão da necessidade de flexibilização dos currículos, considerando excessivamente rigorosas as exigências da comissão, pontuando que não seria objeto das DCN o estabelecimento de quaisquer cargas horárias.

Esse debate se estendeu por pouco mais de três anos até a elaboração do texto final das Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional, no entanto, este não abarcou parte dos interesses da CEETO, fundamentalmente, não estabelecendo carga horária mínima total ou parcial.

Paralelamente a esse processo, a Rede UNIDA, como já mostrado anteriormente, conjuntamente passou a exercer influência junto ao Conselho Nacional de Saúde e ao Conselho Nacional de Educação em questões relativas à formação de profissionais da área da saúde, atuando no sentido de fazer valer os princípios por ela defendidos. A Rede produziu o documento “Contribuição para as novas diretrizes curriculares dos cursos de graduação da área de saúde”, encaminhado para as comissões de especialistas dos cursos da área e para a Câmara de Educação Superior do CNE, contendo as diretrizes gerais para a formação dos profissionais da saúde, bem como as competências e habilidades gerais das quais deveriam ser dotados. Ainda, foi solicitado ao CNE pelo então coordenador da Rede que todos os cursos de graduação ligados a área da saúde adotassem em suas diretrizes curriculares as mesmas competências e habilidades gerais descritas naquele documento, o que aconteceu para a grande maioria deles, inclusive para a terapia ocupacional, apesar da resistência da CEETO (CONTERNO, 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Terapia Ocupacional, aprovadas em 19 de fevereiro de 2002, por meio da Resolução Nº 6/2002, definem que o processo de formação deve capacitar o aluno para o exercício profissional em todas as suas dimensões, no campo clínico-terapêutico e preventivo das práticas de terapia ocupacional, com base no conhecimento dos fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da profissão e seus diferentes modelos de intervenção. Conforme direcionamento da Rede UNIDA, a formação deve se pautar por uma concepção generalista, humanista, crítica e reflexiva, tendo como objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades gerais para: 1) Atenção à Saúde; 2) Tomada de Decisões; 3) Comunicação; 4) Liderança; 5) Administração e

Gerenciamento e 6) Educação Permanente. No que tange às competências e habilidades específicas, o futuro profissional deve ser capaz de:

*I - relacionar a problemática específica da população com a qual trabalhará, com os seus processos sociais, culturais e políticos e perceber que a emancipação e a autonomia da população atendida são os principais objetivos a serem atingidos pelos planos de ação e tratamento;*

*II - conhecer os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos da vida do país, fundamentais à cidadania e a prática profissional;*

*III - reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;*

*IV - compreender as relações saúde-sociedade como também as relações de exclusão-inclusão social, bem como participar da formulação e implementação das políticas sociais, sejam estas setoriais (políticas de saúde, infância e adolescência, educação, trabalho promoção social, etc) ou intersetoriais;*

*V - reconhecer as intensas modificações nas relações societárias, de trabalho e comunicação em âmbito mundial assim como entender os desafios que tais mudanças contemporâneas virão a trazer;*

*VI - inserir-se profissionalmente nos diversos níveis de atenção à saúde, atuando em programas de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, assim como em programas de promoção e inclusão social, educação e reabilitação;*

*VII - explorar recursos pessoais, técnicos e profissionais para a condução de processos terapêuticos numa perspectiva interdisciplinar;*

*VIII - compreender o processo de construção do fazer humano, isto é, de como o homem realiza suas escolhas ocupacionais, utiliza e desenvolve suas habilidades, se reconhece e reconhece a sua ação;*

*IX - identificar, entender, analisar e interpretar as desordens da dimensão ocupacional do ser humano e a utilizar, como instrumento de intervenção, as diferentes atividades humanas quais sejam as artes, o trabalho, o lazer, a cultura, as atividades artesanais, o auto-cuidado, as atividades cotidianas e sociais, dentre outras;*

*X - utilizar o raciocínio terapêutico ocupacional para realizar a análise da situação na qual se propõe a intervir, o diagnóstico clínico e/ou institucional, a intervenção propriamente dita, a escolha da abordagem terapêutica apropriada e a avaliação dos resultados alcançados.*

*XI - desempenhar atividades de assistência, ensino, pesquisa, planejamento e gestão de serviços e de políticas, de assessoria e consultoria de projetos, empresas e organizações.*

*XII - conhecer o processo saúde-doença, nas suas múltiplas determinações contemplando a integração dos aspectos biológicos, sociais, psíquicos, culturais e a percepção do valor dessa integração para a vida de relação e produção;*

*XIII - conhecer e analisar a estrutura conjuntural da sociedade brasileira em relação ao perfil de produção e da ocupação dos diferentes indivíduos que a compõe;*

*XIV - conhecer as políticas sociais (de saúde, educação, trabalho, promoção social e, infância e adolescência) e a inserção do terapeuta ocupacional nesse processo;*

*XV - conhecer e correlacionar as realidades regionais no que diz respeito ao perfil de morbi - mortalidade e as prioridades assistenciais visando à formulação de estratégias de intervenção em Terapia Ocupacional;*

*XVI - conhecer a problemática das populações que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes de inserção e participação na vida social;*

*XVII - conhecer a influência das diferentes dinâmicas culturais nos processos de inclusão, exclusão e estigmatização;*

*XVIII - conhecer os fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da Terapia Ocupacional e seus diferentes modelos de intervenção;*

*XIX - conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos;*

XX - conhecer os princípios éticos que norteiam os terapeutas ocupacionais em relação as suas atividades de pesquisa, à prática profissional, à participação em equipes interprofissionais, bem como às relações terapeuta-paciente/cliente/usuário;

XXI - conhecer a atuação inter, multi e transdisciplinar e transcultural pautada pelo profissionalismo, ética e equidade de papéis;

XXII - conhecer os principais métodos de avaliação e registro, formulação de objetivos, estratégias de intervenção e verificação da eficácia das ações propostas em Terapia Ocupacional;

XXIII - conhecer os principais procedimentos e intervenções terapêutico-ocupacionais utilizados tais como: atendimentos individuais, grupais, familiares, institucionais, coletivos e comunitários;

XXIV - desenvolver habilidades pessoais e atitudes necessárias para a prática profissional, a saber: consciência das próprias potencialidades e limitações, adaptabilidade e flexibilidade, equilíbrio emocional, empatia, criticidade, autonomia intelectual e exercício da comunicação verbal e não verbal;

XXV - *desenvolver capacidade de atuar enquanto agente facilitador, transformador e integrador junto às comunidades e agrupamentos sociais através de atitudes permeadas pela noção de complementaridade e inclusão;*

XXVI - conhecer, experimentar, analisar, utilizar e avaliar a estrutura e dinâmica das atividades e trabalho humano, tais como: atividades artesanais, artísticas, corporais, lúdicas, lazer, cotidianas, sociais e culturais;

XXVII - conhecer as bases conceituais das terapias pelo movimento: neuro-evolutivas, neuro- fisiológicas e biomecânicas, psicocorporais, cinesioterápicas entre outras;

XXVIII - conhecer a tecnologia assistiva e acessibilidade, através da indicação, confecção e treinamento de dispositivos, adaptações, órteses, próteses e software;

XXIX - *desenvolver atividades profissionais com diferentes grupos populacionais em situação de risco e ou alteração nos aspectos: físico, sensorial, percepto-cognitivo, mental, psíquico e social;*

XXX - *vivenciar atividades profissionais nos diferentes equipamentos sociais e de saúde, sejam hospitais, unidades básicas de saúde, comunidades, instituições em regime aberto ou fechado, creches, centros de referência, convivência e de reabilitação, cooperativas, oficinas, instituições abrigadas e empresas, dentre outros;*

XXXI - conhecer a estrutura anátomo- fisiológica e cinesiológica do ser humano e o processo patológico geral e dos sistemas;

XXXII - conhecer a estrutura psíquica do ser humano, enfocada pelos diferentes modelos teóricos da personalidade;

XXXIII - conhecer o desenvolvimento do ser humano em suas diferentes fases enfocando por várias teorias;

XXXIV - *conhecer as forças sociais do ambiente, dos movimentos da sociedade e seu impacto sobre os indivíduos* (BRASIL, 2002, p.2-4, grifo nosso).

Salienta também que os conteúdos essenciais devem estar relacionados aos processos de saúde-doença, contemplando as ciências biológicas e da saúde, ciências sociais e humanas e as “ciências da terapia ocupacional”, buscando-se assegurar o conhecimento equilibrado de diferentes áreas, níveis de atuação e recursos terapêuticos. Devem ser desenvolvidas práticas específicas da terapia ocupacional gradualmente desde o início do curso, com complexidade crescente, tendo os estágios curriculares supervisionados, no mínimo, 20% da carga horária total do curso. Prevê-se, do mesmo modo, que ao final do curso o aluno apresente um

trabalho de conclusão, assim como pontua que a construção do projeto pedagógico do curso de graduação em terapia ocupacional deve ser coletiva, em que o aluno seja o centro da aprendizagem e o professor o facilitador e mediador do processo, com possibilidade de flexibilização curricular (BRASIL, 2002, p. 4).

Apesar da postura pouco flexível do CNE e dos elementos direcionadores para a área da saúde impostos pela influência da Rede UNIDA, a CEETO conseguiu incorporar ao texto final alguns pontos que considerava importantes para a formação do terapeuta ocupacional – a maior parte das competências e habilidades específicas já estava presente na primeira proposta elaborada –, incluindo aspectos que não se limitam exclusivamente ao campo da saúde e que são essenciais para a atuação profissional em outros campos, em especial no campo social, conforme destacado no excerto acima.

### **1.5. Terapia Ocupacional Social**

A Terapia Ocupacional Social, enquanto uma área específica de atuação e de produção de conhecimento na terapia ocupacional, teve seus primeiros contornos na década de 1970, por meio do questionamento de alguns profissionais, a partir dos processos sociais da época<sup>6</sup>, do seu papel social como técnico na sociedade, assim como pelas contradições da sociedade capitalista, estruturalmente desigual (BARROS et al., 2007), e dos limites impostos pela forma reducionista do modelo biomédico em saúde, com foco no indivíduo, visto como fragmentável em partes constitutivas de um todo, sem considerar a suas interdependências e a influência dos contextos sociais no qual esses indivíduos estão inseridos (SOARES, 1991).

A inserção dos seus conteúdos nos currículos dos cursos de graduação em terapia ocupacional do Brasil variou desde então. Já em meados da década de 1970,

---

<sup>6</sup> Luta pela redemocratização do país, que estava sob a repressão do regime militar e a luta pelos direitos de populações marginalizadas e segredadas, em especial o movimento pela Reforma Sanitária, pela Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, Movimento das Pessoas Portadoras de Deficiência e do Movimento de Mulheres que congregavam parte dos profissionais.

alguns cursos desenvolviam disciplinas específicas, contudo, com a emergência da discussão no interior da profissão acerca das correntes metodológicas, levantou-se um debate intenso em toda a terapia ocupacional, o que rebateu negativamente na terapia ocupacional social, que foi “considerada uma redundância na medida em que toda terapia era tida como social, mesmo que sob perspectivas filosóficas distintas” (BARROS, et al., 2007, p.350), o que levou à extinção das disciplinas específicas da área em muitos cursos que com elas contavam e à incorporação de parte de seus conteúdos em outras (BARROS et al, 2007; PINTO, 1990).

O processo de reconhecimento da terapia ocupacional social como um campo específico de atuação teve forte impulso em meados da década de 1990, com grande investimento de docentes da terapia ocupacional, apresentando como ponto de destaque o afastamento do campo da saúde e, portanto, dos processos saúde-doença e de sua mediação nos processos de intervenção (BARROS et al., 2007).

Um fato determinante para a consolidação da área foi a criação do Projeto Metuia, por meio de parcerias entre docentes dos cursos de graduação em terapia ocupacional da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp), que vinham investindo nessa área em suas instituições, com o objetivo inicial de se constituir enquanto um grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte (BARROS et al., 2002). Isso possibilitou pautar o debate acerca de um campo até então minoritário na terapia ocupacional, assim como a articulação para o desenvolvimento de pesquisas e atividades voltadas para a formação (LOPES, PAN, 2012).

O campo social compõe um espaço em que as ações se desenvolvem em dois âmbitos: no campo, que tem um caráter mais geral e interdisciplinar e nos núcleos, com as atuações específicas de determinadas áreas (MALFITANO, 2005). A terapia ocupacional, portanto, se constitui enquanto um núcleo de saber dentro desse campo.

Desta forma,

o campo social implica em uma leitura da realidade e da problemática expressa pela pessoa que só se alcança através de recorte metodológico específico, que seja capaz de revelar e interagir com aquilo que se oculta em manifestações que apenas de forma superficial e reducionista podem ser vistas como restritas ao indivíduo. É preciso trabalhar e desenvolver instrumentos para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, guias para a atuação em um universo complexo de interações e interconexões (BARROS et al., 2002).

A terapia ocupacional social se propõe a trabalhar, tomando os problemas, as características e as necessidades concretas dos sujeitos, individuais e coletivos, para os quais se direciona (BARROS et al., 2007), estabelecendo ações para aqueles cujas demandas emergem da sua condição de exclusão do acesso aos bens sociais e pelo agravamento das condições de vida a que estão submetidos (GALHEIGO, 2003).

Compreende-se, do ponto de vista sociológico, o estado de vulnerabilidade social, conforme proposto por Castel (1997), como um fenômeno produzido pela conjunção da precariedade do trabalho, frente à estrutura econômica desigual, com a fragilidade do vínculo social. Dessa maneira, intervenções que se direcionem ao mundo do trabalho, bem como a constituição de ações que fortaleçam as redes pessoais e coletivas dos sujeitos, são fundamentais para lidar com processos de rupturas sociais que decorrem desse ordenamento (BARROS et al., 2002).

O trabalho no campo social implica em demandas específicas para a formação profissional, assim, na medida em que este se torna um campo de intervenção também da terapia ocupacional, como consequência da crescente relevância das questões sociais no mundo contemporâneo, tem sido necessário pautá-lo nos cursos de graduação, pós-graduação e na produção de conhecimento na área (LOPES et al., 2010).

A terapia ocupacional social atualmente passa por um processo de maior reconhecimento tanto no interior da profissão, como também por outros profissionais. Dois grandes exemplos disso são a Resolução Nº 383/2010 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) que reconhece o campo social como

uma das possíveis áreas de atuação do terapeuta ocupacional e a Resolução N° 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que estabelece o terapeuta ocupacional como um dos profissionais que podem vir a compor a equipe básica, tanto na atenção das especificidades dos serviços socioassistenciais como na gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Contudo, em pesquisa realizada entre os anos de 2010 e 2011 acerca do ensino de terapia ocupacional social nas universidades públicas do estado de São Paulo, instituições de referência para a terapia ocupacional, verificou-se que, embora suas temáticas estivessem presentes em todos os cursos, isso se dava de forma muito diferente entre eles, especialmente no que tange a: carga horária, número de disciplinas, conteúdos abordados, recursos humanos destinados especificamente à área, distribuição ao longo da graduação e articulação efetiva com o perfil do profissional que se pretende formar. A falta de recursos humanos especialmente dedicados a esse campo também foi um problema encontrado; por conta disso, embora não apenas, foram observadas dificuldades conceituais relativas à área, tanto no aspecto teórico quanto prático, o que pode não satisfazer as exigências postas para a formação profissional na graduação (LOPES, PAN, 2012).

Na medida em que o terapeuta ocupacional é cada vez mais solicitado para atuar em torno de demandas que circunscrevem o campo social, é indiscutível a necessidade de que os cursos de graduação em terapia ocupacional do país ofereçam os conteúdos básicos para a formação de profissionais capacitados para tais ações.

Sendo assim, este estudo objetivou, de forma geral, descrever o ensino na área da terapia ocupacional, ao nível de graduação, no sistema federal de ensino superior, buscando compreender o processo de implantação e o rebatimento das atuais políticas de ensino superior, em especial o REUNI e o Pró-Saúde, para os Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional das Instituições Federais de Ensino Superior e para os seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos, traçando um panorama geral de como vem sendo desenvolvido o ensino de terapia ocupacional

nessas instituições, desde esse enfoque, bem como identificar a discussão explícita, por meio de conteúdos curriculares, na graduação acerca da terapia ocupacional social em particular.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

Parte-se da proposição de um estudo exploratório que traga subsídios para a compreensão da constituição do momento atual da terapia ocupacional no Brasil, desde os programas que conformam as políticas de ensino superior contemporâneas: o REUNI e o Pró-Saúde. Além disso, procurou-se também lançar um olhar para o campo da terapia ocupacional social. Trabalhou-se a partir de uma visão que busca abordar o objeto de pesquisa de modo a apreender sua realidade concreta, partindo da coleta e análise de dados que possam melhor dimensionar os problemas e questões sobre os quais se debruça.

A coleta de dados compreendeu o período entre o 2º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2013.

Inicialmente, realizou-se um levantamento junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) acerca dos cursos de graduação em terapia ocupacional do país em funcionamento no ano de 2012; em seguida classificamos os cursos quanto ao tipo de Instituição de Ensino Superior a que estão vinculados: privada, pública estadual e pública federal.

Chegou-se ao total de 15 cursos de graduação em terapia ocupacional ligados às Instituições Federais de Ensino superior, alvos de nossa pesquisa, a saber, de acordo com a ordem cronológica de sua criação: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ); Universidade Federal da Paraíba (UFPb); Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Procedeu-se ao levantamento dos coordenadores de cada um dos cursos, que foram contatados, a fim de se apresentar a proposta da pesquisa e convidá-los à participação, sendo que todos eles se dispuseram a contribuir e se disponibilizaram a conceder entrevista.

Paralelamente, realizou-se a elaboração de um roteiro da entrevista a ser feita com cada um dos referidos coordenadores. Este roteiro buscou abordar aspectos particulares relativos à constituição de cada um dos cursos de graduação em terapia ocupacional do sistema federal, em especial o histórico do curso e as repercussões do REUNI, sua caracterização no momento atual e suas condições de desenvolvimento, o histórico da construção do Projeto Político-Pedagógico em vigor, os possíveis rebatimentos do Pró-Saúde e seu desenvolvimento em termos de objetivos, matriz curricular, perfil do profissional a ser formado, além de como a formação na área da terapia ocupacional social se insere no atual currículo e, finalmente, uma avaliação acerca dos processos e resultados da formação do terapeuta ocupacional praticada na instituição de uma forma geral e na área social (ANEXO B).

Tendo em vista as dificuldades relativas às distâncias e aos financiamentos, nos organizamos, por meio de prévio agendamento, de modo que parte dos coordenadores, ou representantes dos cursos indicados pelos coordenadores, foi entrevistada durante o XIII Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e o II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional, que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro – RJ, entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro de 2012. Outra parcela foi entrevistada virtualmente, com a utilização de um software de comunicação on-line (Skype) e, ainda, os coordenadores dos cursos do estado de São Paulo foram entrevistados pessoalmente, com a ida da pesquisadora a tais instituições (ANEXO C).

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas em áudio, com o consentimento dos entrevistados e, em seguida, transcritas. Após a transcrição, todas foram enviadas aos coordenadores e representantes, para, caso quisessem, acrescentar ou corrigir algo.

A entrevista realizada com o coordenador do curso de graduação em terapia ocupacional da Universidade Federal do Pará, realizada no Rio de Janeiro, não foi gravada devido a problemas técnicos no gravador e, apesar dos esforços, não foi possível refazê-la.

Na ocasião das entrevistas, também foi realizado junto aos coordenadores o levantamento documental dos Projetos Político-Pedagógicos de cada um dos cursos pesquisados (ANEXO D), que foram posteriormente enviados à pesquisadora via correio eletrônico.

Apenas não tivemos acesso ao Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, por ele, no período da pesquisa, estar passando pelo processo de aprovação interna na universidade, não podendo, até o término desse trâmite, ser divulgado e veiculado. Desta forma, os resultados apresentados referentes a esse curso estão baseados apenas no depoimento da sua coordenadora.

Em seguida, procedeu-se à análise dos dados coletados, buscando categorizá-los em temas-guia, transversais aos cursos estudados e que perpassaram o depoimento dos diversos atores envolvidos nos processos aqui pesquisados. Isto foi possível mediante a construção de um referencial teórico, por meio de revisão e sistematização da literatura, acerca da realidade sob a qual se debruça este estudo, com foco na educação superior no Brasil, nas políticas públicas nesse âmbito e na formação profissional graduada em terapia ocupacional em geral e da terapia ocupacional social em particular.

### **3. Os Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições Federais de Ensino Superior**

#### **3.1. Universidade Federal de Pernambuco**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) iniciou suas atividades em 1962 como um curso técnico do Instituto Universitário de Reabilitação (IUR), anexo à cátedra de Clínica Cirúrgica e Ortopédica da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife. Em 1969, o curso passa para nível superior, contudo, ainda compondo o Curso de Reabilitação do IUR que englobava os cursos de graduação em terapia ocupacional e fisioterapia, sendo que a escolha do direcionamento do aluno se dava no final do 2º ano, após cursar disciplinas em comum. Somente em 1981, foi oferecida a opção direta para o curso de terapia ocupacional nas inscrições para o vestibular (UFPE, 2013). O curso foi o primeiro da área a ser implantado em uma IES pública nas regiões Norte e Nordeste do país e, por muitos anos, o único em uma IFES.

Desde que se constitui como um curso independente, em 1981, ele está vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da universidade.

Em 1998, com a ampliação do número de docentes, foi criado o Departamento de Terapia Ocupacional, que passou a alocar os recursos humanos específicos da área de terapia ocupacional. A inauguração do prédio próprio do Departamento se deu no ano de 2002.

Desde a sua criação, o curso passou por modificações curriculares visando o atendimento de novas demandas da formação profissional, assim como das exigências legais vigentes, sendo que a última adequação curricular anterior à elaboração do atual Projeto Político-Pedagógico se deu em 1993.

Até o momento da elaboração do atual Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPE, não havia um outro formalizado em texto, assim, em 2009, iniciou-se o seu processo de construção, com influência das

diferentes contribuições teóricas e práticas que vêm sendo desenvolvidas na terapia ocupacional, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação em terapia ocupacional, bem como das avaliações do currículo até então em vigor, considerando a organização curricular, a infra-estrutura do curso e do Departamento, os campos de estágios e de atuação profissional, o corpo docente e as condições de mercado de trabalho local e regional. A sua aprovação foi em 2010 e a implantação no 1º semestre de 2011. A partir da implantação foram realizadas avaliações em que se detectou a necessidade de alguns ajustes, realizando-se assim atualizações que entraram em vigor em 2013.

O Projeto Político-Pedagógico visa à formação de um profissional apto para se inserir nos principais campos de atuação e lidar com as situações de vida dos sujeitos atendidos pela terapia ocupacional no Brasil e, mais especificamente, na região Nordeste, que tenha capacidade de reflexão e crítica acerca do conhecimento disponível, assim como para produzir novos conhecimentos; com um perfil generalista, com conhecimento das políticas sociais do país e que seja, do mesmo modo, um agente de transformação social. Além disso, o curso objetiva formar profissionais com conhecimentos gerais e específicos nas diversas áreas de atuação da profissão nos campos da saúde, educação e assistência social.

Defende-se que o referido Projeto seja constituído pelas áreas historicamente importantes na formação da profissão: desenvolvimento humano (da infância ao envelhecimento), saúde mental, terapia ocupacional social, saúde pública e saúde do trabalhador (UFPE, 2013).

Ainda, dentro dos marcos teóricos pelos quais o Projeto está pautado, destacam-se duas grandes perspectivas que o norteiam: a Perspectiva Histórico-Social e a do Desempenho Ocupacional, com a proposta de que ambas sejam abordadas, “considerando que embora tenham posições epistemológicas diferentes, estão interessadas pelas questões que envolvem o Fazer Humano, contribuindo na

complexa formação exigida ao profissional de saúde na contemporaneidade” (UFPE, 2013, p.26).

O acesso ao curso se dá por meio de concurso vestibular anual, porém com duas entradas, sendo 18 vagas para cada semestre.

Em relação ao quadro docente, especificamente da área da terapia ocupacional, tem-se um total de 18 professores efetivos em regime de dedicação exclusiva e dois professores temporários, sendo que quatro vagas de concurso público do total de professores efetivos foram conseguidas por meio da adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que como já citado anteriormente, promoveu a ampliação de vagas no curso. Há a previsão, ainda por meio do REUNI, da abertura de mais uma vaga docente, segundo a representante do curso entrevistada.

No que diz respeito ao momento atual do curso, também de acordo com a docente, as condições de desenvolvimento estão adequadas em termos de recursos materiais, financeiros e pedagógicos, muito por conta do REUNI, que promoveu a construção de prédios didáticos para serem compartilhados com os demais cursos da universidade com sua adesão ao Programa. No entanto, vê-se a necessidade de expansão da sede do Departamento de Terapia Ocupacional, que já não comporta o seu corpo docente, assim como a abertura de novos concursos públicos para contratação de mais docentes, tendo em vista que seu número não é suficiente para o pleno desenvolvimento da área, tanto em termos de ensino como de extensão e pesquisa.

Como perspectivas e projetos para o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPE, tem-se como meta a titulação do corpo docente, ampliando-se o número de doutores, como forma de qualificação e de ampliação dos grupos e desenvolvimento de pesquisas.

A matriz curricular está organizada em disciplinas semestrais, com funcionamento integral/diurno, buscando contemplar de forma equilibrada os

conhecimentos das áreas biológicas, da saúde, humanas e aqueles específicos da terapia ocupacional, favorecendo o contato integrado entre teoria e prática, com a inserção gradual do estudante em situações que requerem abordagem de complexidade variável e integrada, nos serviços da rede de saúde, educação e assistência social, desde o início até o final do curso. Ainda, propõe-se que as atividades de pesquisa e sistematização do conhecimento sejam desenvolvidas ao longo do curso.

De acordo com a representante do curso entrevistada, tem-se nos primeiros semestres uma maior inserção de conteúdos teóricos, principalmente de disciplinas consideradas básicas (ciências biológicas e da saúde e ciências sociais e humanas), com a introdução de conteúdos ligados à pesquisa, e o aumento gradual de disciplinas específicas da terapia ocupacional, inicialmente teóricas, passando por disciplinas de caráter teórico-prático e encerrando a formação com os estágios profissionalizantes, com a imersão total do aluno nos campos de atuação profissional e com o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

Prevê-se que a matriz curricular se desenvolva em um período mínimo de quatro anos, como mostramos a seguir, de acordo com as diferentes áreas do conhecimento identificadas por nós:

## 1º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Anatomia Geral e Neuroanatomia	90	30	60
Fundamentos da Biologia Celular e Morfologia	90	60	30
Antropologia da Saúde	60	60	-
Língua Inglesa	60	60	-
Metodologia da Pesquisa em Terapia Ocupacional	30	30	-
Personalidade e Desenvolvimento Humano	90	90	-
História e Princípios da Terapia Ocupacional	30	30	-
Introdução ao Campo da Terapia Ocupacional	15	15	-

## 2º semestre

Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Anatomia do Aparelho Locomotor	60	30	30
Bases fisiológicas da atividade humana	90	60	30
Biofísica para Terapia Ocupacional	75	45	30
Ética em Terapia Ocupacional	30	30	-
Genética Humana	60	30	30
Processos Patológicos Gerais 3	45	45	-
Fundamentos da Terapia Ocupacional	90	60	30

## 3º semestre

Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Disfunções Neurológicas	45	45	-
Fundamentos da Atenção em Saúde Mental	45	45	-
Introdução a Saúde Pública	45	45	-
Pediatria 1	30	30	-
Análise de Atividades e Recursos Terapêuticos 1	60	30	30
Cinesioterapia e Biomecânica para Terapia Ocupacional	60	30	30
Grupos em Terapia Ocupacional	45	15	30
Perfil Ocupacional da Criança e do Adolescente	60	30	30
Terapia Ocupacional e os Sistemas Sensoriais	30	30	-

## 4º semestre

Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Disfunções Ortopédicas e Músculo-Esqueléticas	45	45	-
Saúde, Sociedade, Estado e Terapia Ocupacional	30	30	-
Análise de Atividades de Vida Diária	45	15	30
Análise de Atividades e Recursos Terapêuticos 2	60	30	30
Tecnologia Assistiva e Acessibilidade	60	30	30
Terapia Ocupacional na Infância	120	60	60
Terapia Ocupacional na Saúde Mental 1	90	45	45

## 5º semestre

Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Componente eletivo	30	30	-
Metodologia da Pesquisa em Terapia Ocupacional 2	45	45	-
Terapia Ocupacional e Envelhecimento 1	75	45	30
Terapia Ocupacional na Adolescência	60	30	30
Terapia Ocupacional em Contextos Clínicos Especiais	45	15	30
Terapia Ocupacional na Saúde Mental 2	60	30	30
Terapia Ocupacional Social 1	60	30	30

## 6º semestre

Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Seminários de Pesquisa em Terapia Ocupacional	15	15	-
Terapia Ocupacional e Envelhecimento 2	90	30	60
Terapia Ocupacional na Idade Adulta	90	30	60
Terapia Ocupacional na Saúde Coletiva	90	30	60
Terapia Ocupacional na Saúde do Trabalhador	60	30	30
Componente eletivo	45	15	30

## 7º semestre

Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional 1	435	15	420
Trabalho de Conclusão de Curso 1	15	15	-

## 8º semestre

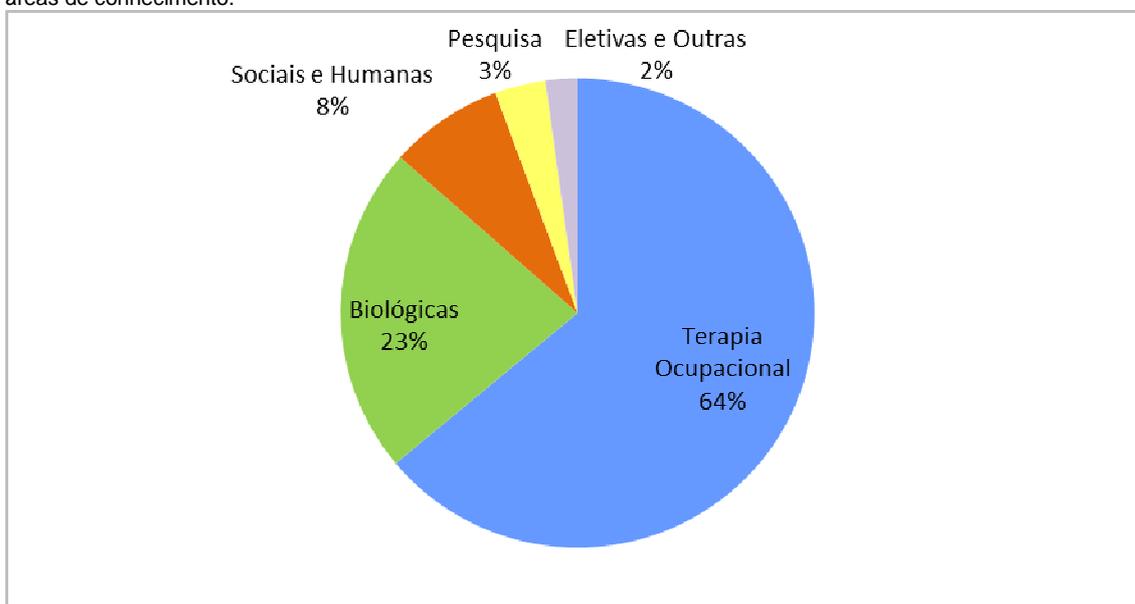
Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio supervisionado em Terapia Ocupacional 2	435	15	420
Trabalho de Conclusão de Curso 2	15	15	-

	Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
	Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
	Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
	Disciplinas ligadas à Pesquisa
	Disciplinas Oportativas e Outras

Assim, trata-se de uma carga horária de 3450 horas, divididas em 1665 horas teóricas e 1785 horas práticas, às quais se acresce 150 horas de atividades complementares que deverão ser cumpridas pelos alunos, sendo, portanto, a carga horária final total do curso 3600 horas.

Distribuindo-se a porcentagem ocupada relativa a cada área do conhecimento na sua matriz curricular, de acordo com a carga horária, temos a representação do seguinte gráfico:

Gráfico 1: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPE por áreas de conhecimento.



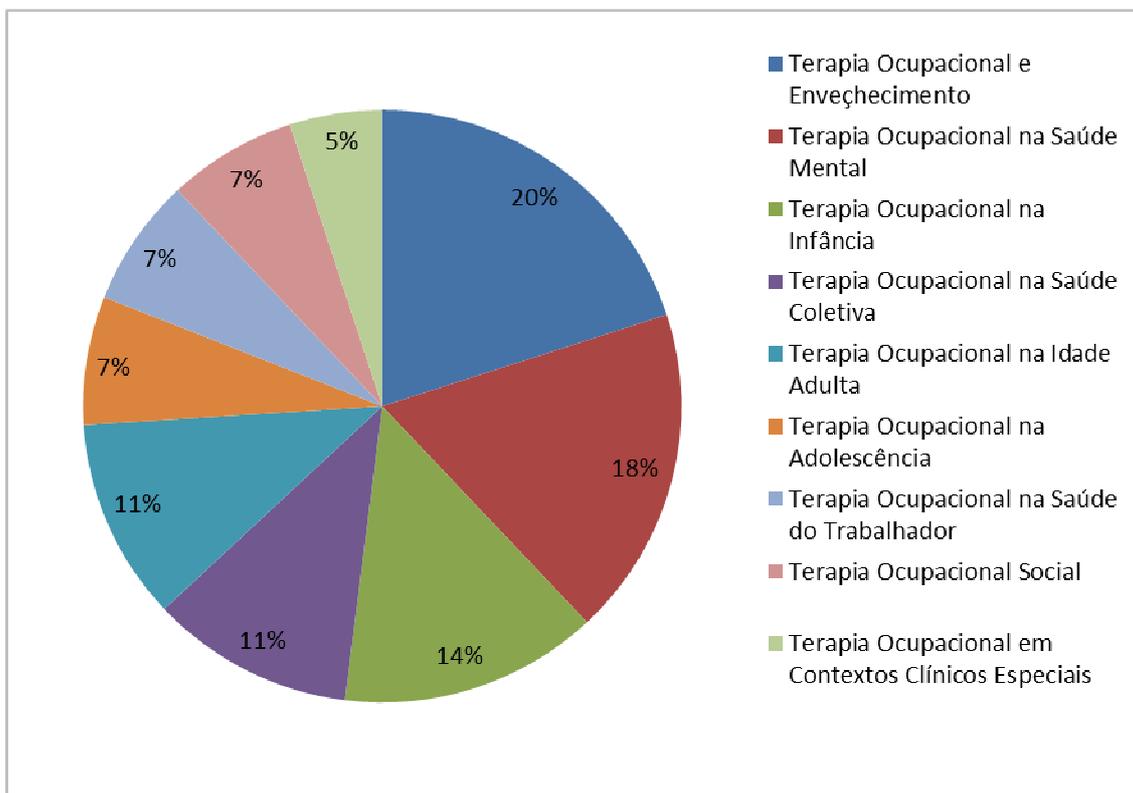
Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPE.

Verifica-se uma presença expressivamente maior de conteúdos ligados à área da terapia ocupacional (64%), seguidos por conteúdos das ciências biológicas e da saúde (23%) e, em menor escala, pelos das ciências sociais e humanas (8%), das disciplinas ligadas à área de pesquisa (3%) e das eletivas e outras (2%).

Particularmente em relação aos conteúdos da terapia ocupacional, tem-se que a maior parte da carga horária é destinada à formação prática, 1545 horas (67%), e uma parcela menor aos conteúdos teóricos, 750 horas (33%).

Quanto às áreas/especialidades de formação profissional do curso, elas apresentam a seguinte distribuição porcentual no currículo obrigatório<sup>7</sup>:

Gráfico 1.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPE



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPE.

Nota-se uma maior predominância de conteúdos da terapia ocupacional aplicados ao envelhecimento (20%), à saúde mental (18%) e à infância (14%) e de uma forma um pouco mais equilibrada às demais áreas: saúde coletiva e idade adulta (11%); saúde do trabalhador, campo social e adolescência (7%) e contextos clínicos especiais (5%).

Ambos os gráficos nos mostram dissonâncias perante os objetivos postos pelo atual Projeto Político-Pedagógico, como a não equidade das diferentes áreas do conhecimento. Tomando-se por base as disciplinas ligadas às ciências biológicas e da

<sup>7</sup> Não foram consideradas as áreas dos estágios profissionalizantes do 7º e 8º semestre, pois eles são realizados nas áreas de preferência de cada um dos alunos dentre as opções elencadas no Gráfico 1.1.

saúde e às ciências sociais e humanas, consideradas áreas básicas de formação, há uma discrepância grande em relação a suas cargas horárias, com predomínio daquelas, ainda, se nos detivermos a tais disciplinas, teremos que boa parte delas tratam de conteúdos mais específicos da biologia.

Essa diferença quantitativa na abordagem dos conteúdos também ocorre com os campos de formação profissional. Além disso, observa-se uma sobreposição de abordagens, uma vez que há divisões por faixa etária (infância, adolescência, idade adulta e envelhecimento), por contextos de atuação (contextos clínicos especiais) e áreas de atuação (saúde mental, social, saúde coletiva e saúde do trabalhador). Nota-se uma ausência da especificidade em torno da atuação na subárea da atenção à pessoa com deficiência. Embora possa estar distribuída em outras subáreas, trata-se de um corpo de conhecimentos com suas particularidades, tradição e importância na terapia ocupacional, tal como a saúde mental, por exemplo.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal de Pernambuco*

Como se pôde observar pela apresentação do Projeto Político-Pedagógico e da matriz curricular, a formação em terapia ocupacional social está presente no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPE.

A disciplina nomeada Terapia Ocupacional Social I, obrigatória a todos os alunos, está prevista para ser cumprida no 5º semestre do curso, com uma carga horária total de 60 horas, sendo 30 horas de conteúdos teóricos e 30 horas de conteúdos práticos. De acordo com a sua ementa, esta disciplina tem como objetivo introduzir a terapia ocupacional social com base nos referenciais teóricos e conceituais que orientam a sua constituição, bem como estudar os pressupostos que definem os grupos em processos de ruptura das redes sociais de suporte e a organização político-institucional de atenção a esses grupos.

De forma complementar e específica, o Departamento de Terapia Ocupacional oferece a disciplina eletiva Terapia Ocupacional Social II, com 45 horas totais divididas em 15 horas teóricas e 30 horas práticas, que busca aprofundar as discussões sobre o campo da terapia ocupacional social e favorecer a formação prática dos alunos a partir dos diferentes espaços em que se situam as populações em processos de ruptura das redes sociais de suporte.

Ainda, como um complemento para a formação na área, há disciplinas oferecidas por outros departamentos da universidade que tratam de temáticas relacionadas ao campo social, como, por exemplo, política de assistência social, direitos humanos, cultura e contemporaneidade etc., que podem ser cursadas eletivamente pelos alunos que tiverem interesse. Também para os alunos que tiverem interesse e afinidade, há a possibilidade de desenvolverem o estágio profissional e/ou o trabalho de conclusão de curso na área.

O curso conta atualmente com duas docentes concursadas especificamente para a área, estando, todavia, uma delas em processo de empréstimo para o governo do estado de Pernambuco, além de docentes de outras áreas, mas que trabalhariam em interface com o campo da terapia ocupacional social.

Conforme sua coordenação, o corpo docente do curso vem, há algum tempo discutindo a necessidade de maior inserção desses conteúdos no currículo, o que se concretizou com a implantação do atual Projeto Político-Pedagógico, porém, por ser uma ação recente, ainda não foi possível elaborar uma avaliação acerca dos processos e resultados dessa formação.

Tendo como base o Gráfico 2., acerca das áreas de formação profissional, vemos que a terapia ocupacional social é uma das áreas de menor expressão no currículo, o que somada à também baixa quantidade de disciplinas das ciências sociais e humanas, mais afins com esse campo de atuação, podem não ser suficientes para essa formação específica.

### **3.2. Universidade Federal de São Carlos**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) iniciou suas atividades no segundo semestre de 1978, após ter o seu funcionamento autorizado pelo Conselho de Curadores da Universidade, em 1977. Ele se constitui como o primeiro curso da área implantado em uma instituição federal do estado de São Paulo, onde até então existia apenas outro curso público, o da Universidade de São Paulo, no campus São Paulo (USP-SP) (UFSCar, 2011).

Já o ano seguinte à sua implantação, o curso teve uma reformulação aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, ampliando sua duração de três para quatro anos. A perspectiva principal de tal reformulação era a de promover a proporcionalidade entre as áreas de conhecimento da terapia ocupacional, ampliando o enfoque exclusivamente clínico-biológico, incluindo abordagens psicológicas e sociais, antecipando, de alguma forma, a mudança que ocorreu posteriormente nos demais cursos do país, com o estabelecimento do novo currículo mínimo de 1983 (UFSCar, 2011).

Com o estabelecimento do currículo mínimo de 1983, a Câmara de Graduação da UFSCar, após uma série de estudos, optou por reduzir o número de créditos dos cursos para que os alunos tivessem mais tempo livre para se envolverem em outras atividades formativas. Houve também a exigência, por parte da Câmara, de que as coordenações de cursos definissem, com clareza, os objetivos e a filosofia dos mesmos, as metodologias de trabalho e as formas de avaliação, entre outros pontos, culminado em um novo processo de revisão no seu curso de graduação em terapia ocupacional. Após algumas reformulações e adaptações, em 1989 e em 1992, chegou-se ao currículo que esteve em vigor até o ano de 2007, que basicamente mantinha a mesma estrutura pedagógica do anterior, de 1984, porém com uma matriz curricular reformada. Aquele foi um momento importante para o curso, pois foi quando definiu-se a sua filosofia e seus objetivos, bem como se estabeleceu o perfil do

profissional a ser formado e propôs-se o desenvolvimento da formação pontuada pela configuração de habilidades e de competências (UFSCar, 2011).

Na década de 1990, o curso se integrou ao Projeto de Avaliação do Ensino de Graduação da UFSCar, dentro do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), institucionalmente coordenado, passando por uma avaliação interna e outra externa e que apontaram necessidades de algumas mudanças no currículo do curso, levando a um novo e longo processo de reestruturação curricular, que resultou em um Projeto Político-Pedagógico, bastante discutido e defendido pela área de terapia ocupacional da UFSCar, ao final de 2005, para ser implantado em 2006. Essa proposta foi obstaculizada pela Pró-Reitoria de Graduação da universidade, que passou a defender uma proposta comum para os cursos de graduação da saúde da UFSCar, nos moldes do recém-implantado curso de medicina (2005) e mais alinhada às diretrizes do Ministério da Saúde.

À vista disso, foi iniciado outro processo que resultou na primeira versão do atual Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, implantado em 2008, espelhado naquele apresentado pelo então recém-criado curso de medicina, bem como nas metodologias de ensino utilizadas há 30 anos em cursos ao nível de graduação e pós-graduação da saúde no Canadá, inclusive no de terapia ocupacional, com ênfase na formação do aluno numa perspectiva de inserção nos cenários reais de trabalho multidisciplinar, com uma formação técnico científica (UFSCar, 2011).

Quanto ao posicionamento do curso em relação à estrutura organizacional da instituição, ele está vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), juntamente com os demais cursos das áreas da saúde e das ciências biológicas.

Desenvolve-se em período integral e são oferecidas atualmente 40 vagas anuais, sendo o ingresso por meio do sistema Enem/SiSU<sup>8</sup>.

O quadro de recursos humanos da área de terapia ocupacional da UFSCar é composto por 17 docentes efetivos, em regime de dedicação exclusiva, que respondem ao Departamento de Terapia Ocupacional, também ligado ao CCBS, sendo que uma dessas vagas foi conseguida por meio da expansão de vagas via REUNI, e mais 11 professores substitutos/temporários. De acordo com a coordenadora do curso, não há previsão para a abertura de novas vagas para docentes efetivos e a permanência dos substitutos é bastante incerta.

Conforme sua coordenadora, o curso, no momento, enfrenta algumas dificuldades para o seu pleno desenvolvimento devido à carência de recursos físicos, materiais e humanos. A metodologia de ensino-aprendizagem adotada pelo Projeto, em 2008, por se desenvolver em pequenos grupos de alunos<sup>9</sup>, com facilitação de docentes em sua maioria do Departamento de Terapia Ocupacional, exige maior infraestrutura de salas de aulas e dedicação dos professores em comparação ao currículo tradicional anterior, em que parte das disciplinas era ministrada em turmas com maior número de alunos e também por outros departamentos. Ainda, fato igualmente salientado pela entrevistada, parte dos docentes efetivos da graduação também está inserida no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, bem como atua em outros cursos de graduação, o que acarreta em diminuição da carga horária destinada à graduação em terapia ocupacional.

Esse Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar foi elaborado de acordo com as diretrizes propostas pelo Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde),

---

<sup>8</sup> Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o qual utiliza a nota obtida pelo estudantes do ensino médio no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como processo seletivo para o ingresso no sistema federal de ensino superior (BRASIL, 2012).

<sup>9</sup> A proposta teórico-pedagógica adotada por este Projeto prevê que o ensino se dê em pequenos grupos, constituídos por 6 a 8 alunos, porém, com o atual número de docentes do Departamento de Terapia Ocupacional isso não é possível, desenvolvendo-se com uma média dentre 12-15 alunos.

do qual recebeu financiamento para a sua implementação. Ele entrou em vigor no ano de 2008, passando por um novo ajuste e atualização em 2010, quando se ampliou a duração do curso, a partir de 2011, para cinco anos. Sua proposta formar um profissional com perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo, pautado pelos princípios éticos e metodológicos da terapia ocupacional, atuando na promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação, no cuidado integral dos indivíduos, família e comunidade, nos campos da saúde, educação, social e do trabalho, utilizando para isso a atividade humana como elemento fundamental de inserção de indivíduos ou grupos nos espaços do cotidiano, bem como com habilidade técnico-científica para atuar de forma multiprofissional e interdisciplinar, na perspectiva do cuidado integral do ser humano, e para produzir e divulgar conhecimentos e tecnologias (UFSCar, 2011).

Para atingir os objetivos propostos, coloca-se como base a teoria do construtivismo, que tem como eixo tomar o indivíduo como sujeito do próprio processo de aprendizagem. Segundo Rosa<sup>10</sup>, citado pelo Projeto (2007, p. 30), adotar o construtivismo como referencial teórico significa assumir que todos os envolvidos, estudantes e professores, trabalhariam continuamente num processo de reconstrução do conhecimento previamente existente, dando-lhe um novo significado e implicando em novo conhecimento. Nessa proposta, alunos e professores deixariam de ter seus papéis tradicionais, deixariam de ser aquele que só recebe e aquele que só transmite o conhecimento respectivamente; o aluno teria a possibilidade de desenvolver um papel ativo, na medida em que é ele quem traz os conhecimentos, ficando a cargo do professor o papel de mediar, facilitar e orientar o processo de aprendizagem, ajudando o aluno a desenvolver, gradativamente, a capacidade de transformar a informação em conhecimento (UFSCar, 2011).

---

<sup>10</sup> ROSA, S. S. **Construtivismo e mudança**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000

A partir desse eixo norteador, o currículo do curso visa o desenvolvimento de competências, em que situações reais ou simuladas da prática garantiriam uma aproximação imediata da aprendizagem com o mundo do trabalho, o que favoreceria a construção de novos saberes através do reconhecimento da experiência vivenciada e da funcionalidade do desenvolvimento das capacidades do estudante para melhor qualificar suas ações. Para tanto, prevê-se que o aluno seja inserido desde o início do curso, acompanhado de um preceptor ou professor/tutor, nos casos em que os serviços não contarem com terapeutas ocupacionais, em diferentes cenários da prática profissional, associados aos campos da terapia ocupacional e aos seus diversos níveis de atenção, cenários que decorrem de parcerias estabelecidas entre a universidade e os serviços de saúde, programas sociais e educacionais do município de São Carlos (UFSCar, 2011).

Nessa proposta, os planos curriculares devem ser integrados e interdisciplinares, desenvolvidos em pequenos grupos sob orientação de um docente. Eles são organizados em unidades educacionais, estruturadas a partir das competências a serem adquiridas pelos estudantes em cada ano de formação. São elas:

- Unidade Educacional de Referenciais Teóricos e Metodológicos em Terapia Ocupacional (URTMTO) – organizada através de situações-problema, previamente construída por docentes de diferentes áreas a partir da realidade da prática profissional, que são apresentadas aos estudantes e servem de disparadores para o processo de ensino-aprendizagem; são trabalhadas em pequenos grupos de 10 alunos e o docente facilitador, em encontros semanais onde se discutem e formulam hipóteses que estimularão as buscas, para no próximo encontro os alunos realizarem uma síntese provisória e assim sucessivamente até chegarem a uma síntese definitiva que atenda à ementa;
- Unidade Educacional de Prática Supervisionada em Terapia Ocupacional (UPSTO) – construída com base nas vivências e intervenções realizadas pelos

estudantes em contextos reais da prática profissional. O conhecimento é construído através de questões emergentes da prática, em um processo de reflexão na prática, sobre a prática e para a prática, o que se configuraria como uma aprendizagem significativa;

- Unidade Educacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional (UPTO) – estruturada por meio de pesquisas atualizadas na área da terapia ocupacional, as quais são apresentadas aos alunos em forma de situações-problema, que servem como disparadores para o processo de ensino-aprendizagem no que se refere às práticas de pesquisa, de modo a instrumentalizá-los para propor e executar uma investigação na forma de um Trabalho de Conclusão de Curso;
- Unidade Educacional de Recursos e Atividades em Terapia Ocupacional (UREATO) – constitui-se pelos processos de ensino-aprendizagem pautados nas atividades e nos recursos da profissão, em que o uso de recursos metodológicos ativos proporcionariam aos estudantes uma triangulação dinâmica entre as vivências práticas, as possibilidades de criação e as reflexões e construções teóricas;
- Unidade de Consultoria Orientada – compreende os momentos de busca por aprofundamento de conteúdos junto aos docentes/consultores das diversas áreas de conhecimento. Prevê-se que seja buscada livremente pelos estudantes durante os períodos da auto aprendizagem dirigida, de acordo com as necessidades identificadas, auxiliando na elaboração de novas sínteses;
- Unidade Educacional das Atividades Complementares (UAC) – tem o objetivo de diversificar e enriquecer a formação do estudante durante a graduação, através do desenvolvimento de no mínimo 100 horas de atividades complementares (UFSCar, 2011, p. 33-35).

Todas as unidades educacionais são coordenadas por docentes do Departamento de Terapia Ocupacional e buscam o desenvolvimento das áreas de competência definidas para o terapeuta ocupacional a ser formado na UFSCar:

Cuidado Integral ao Indivíduo; Cuidado Integral a Grupos; Cuidado Integral Coletivo e Investigação em Terapia Ocupacional. Para tanto, prevê-se que as diferentes áreas do conhecimento consideradas necessárias para a formação do terapeuta ocupacional sejam trabalhadas de forma integrada e com a mesma equivalência, durante todos os anos do curso.

Deste modo, o Projeto Político-Pedagógico propõe a seguinte matriz curricular:

1º ano

Unidade Educacional	Carga Horária
Unidade Educacional de Referenciais Teóricos e Metodológicos em TO – URTMTO	240
Unidade Educacional de Prática Supervisionada em TO – UPSTO	240
Unidade Educacional de Pesquisa em TO – UPTO	60
Unidade Educacional de Recursos e Atividades em TO – UREATO	120
Unidade de Consultoria Orientada	120

2º ano

Unidade Educacional	Carga Horária
Unidade Educacional de Referenciais Teóricos e Metodológicos em TO – URTMTO	240
Unidade Educacional de Prática Supervisionada em TO – UPSTO	300
Unidade Educacional de Pesquisa em TO – UPTO	60
Unidade Educacional de Recursos e Atividades em TO – UREATO	120
Unidade de Consultoria Orientada	120

3º ano

Unidade Educacional	Carga Horária
Unidade Educacional de Referenciais Teóricos e Metodológicos em TO – URTMTO	120
Unidade Educacional de Prática Supervisionada em TO – UPSTO	360
Unidade Educacional de Pesquisa em TO – UPTO	60
Unidade Educacional de Recursos e Atividades em TO – UREATO	180
Unidade de Consultoria Orientada	120

4º ano

Unidade Educacional	Carga Horária
Unidade Educacional de Referenciais Teóricos e Metodológicos em TO – URTMTO	120
Unidade Educacional de Prática Supervisionada em TO – UPSTO	480
Unidade Educacional de Pesquisa em TO – UPTO	120
Unidade Educacional de Recursos e Atividades em TO – UREATO	120
Unidade de Consultoria Orientada	120

5º ano

Unidade Educacional	Carga Horária
Unidade Educacional de Referenciais Teóricos e Metodológicos em TO – URTMTO	120
Unidade Educacional de Prática Supervisionada em TO – UPSTO	480
Unidade Educacional de Pesquisa em TO – UPTO	180

A carga horária total do curso, somada às 100 horas de atividades complementares, é de 4300 horas, a serem integralizadas em no mínimo cinco anos e no máximo em nove.

Em relação ao desenvolvimento da matriz curricular e à formação prática, eixo norteador do curso, tem-se que nos dois primeiros anos do curso ela se dá no campo da atenção básica em saúde, com a inserção dos alunos, essencialmente, nas Unidades de Saúde da Família. No terceiro ano, tem início a formação prática nas áreas de especialidade de atuação da terapia ocupacional, onde, de acordo com a coordenadora do curso, cada pequeno grupo de alunos passa por dois campos, um em cada semestre. Além disso, há Seminários de Prática, em que a cada dois meses é trabalhada uma área: saúde mental, disfunção física, contextos hospitalares e campo social, para que todos os alunos entrem em contato com todas elas.

As áreas de formação prática propostas pelo curso da UFSCar são: saúde mental, disfunção física, campo social e contextos hospitalares.

Para as práticas de quarto e quinto ano, estão previstos os estágios profissionalizantes, sendo que no quarto eles serão realizados nos serviços internos à universidade e no quinto em campos externos, com possibilidade, inclusive, de se realizarem em instituições conveniadas de outras cidades. Nos estágios profissionalizantes, as áreas de saúde mental e disfunção física são obrigatórias e as demais, já citadas acima, são optativas.

Para a coordenadora entrevistada, ainda não se pode avaliar se o novo Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar é melhor do que o anterior, mas ela refere resultados positivos a partir dele, maior amadurecimento profissional devido à proposta de formação prática desde o início do curso e habilidades para o trabalho em equipe.

*A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal de São Carlos*

Como apresentado, o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, desde as suas primeiras reformulações curriculares, se preocupou em oferecer de forma equilibrada conteúdos das ciências biológicas e da saúde e das ciências sociais e humanas, assim como das diferentes áreas de atuação da terapia ocupacional.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos foi um dos primeiros no país a levantar a discussão e a inserir nos seus conteúdos curriculares formais a temática da terapia ocupacional social (LOPES, PAN, 2012). No final da década de 1990, uma de suas docentes, juntamente com docentes dos cursos da Universidade de São Paulo e da PUC-Campinas, criaram o Projeto Metuia, com o objetivo inicial de se constituir enquanto um grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processo de ruptura das redes sociais de suporte (BARROS et al., 2002). Atualmente, estão em funcionamento os núcleos UFSCar, USP e o da UNIFESP, congregando docentes, pesquisadores e alunos, sendo a referência da terapia ocupacional social nessas instituições. O núcleo UFSCar, especificamente, tem se debruçado nas suas ações práticas e de pesquisa, em sua maioria, em torno de problemáticas relacionadas à juventude urbana brasileira.

Na proposta do Projeto Político-Pedagógico em vigor todas as áreas de atuação da terapia ocupacional são trabalhadas da mesma maneira, sendo a terapia ocupacional social, como mostrado, uma dessas áreas. Portanto, teoricamente, esta área específica está presente no currículo com a mesma equivalência que as demais.

De acordo com a coordenadora, tem-se a inserção de duas situações-problema<sup>11</sup> dessa subárea, uma no primeiro e uma no segundo ano, na Unidade Educacional de Referenciais Teóricos e Metodológicos em Terapia Ocupacional para o

---

<sup>11</sup> Casos fictícios elaborados pelos docentes do curso e apresentados aos estudantes em forma de texto, que servem como disparadores para o processo de ensino-aprendizagem. É a partir delas que o aluno deverá buscar e construir o seu conhecimento.

desenvolvimento de conteúdos teóricos. No terceiro ano se dá o início da formação prática na Unidade Educacional de Prática Supervisionada em Terapia Ocupacional, com a ida de uma parcela dos alunos a campo (uma turma de até seis alunos por semestre) e os Seminários de Prática, realizados uma vez por semana durante seis semanas e organizado pelos docentes da terapia ocupacional social, para o estudo e discussão do campo, reunindo todos os alunos. A continuação da formação prática na área no estágio profissionalizante durante o quarto e quinto ano, está prevista, mas é opcional aos alunos.

Além da formação prevista para o currículo obrigatório em terapia ocupacional social, há a possibilidade, para os alunos que tiverem interesse, de se inserirem em projetos de extensão de serviços à comunidade desenvolvidos na área, que estão ligados ao Laboratório METUIA/UFSCar, assim como em suas pesquisas.

Quanto aos recursos humanos destinados para a área, há três docentes, sendo que uma atua especificamente na área, uma outra foi concursada para as áreas de terapia ocupacional social e saúde pública e outra para a área de atividades e recursos da terapia ocupacional, mas que desenvolve suas atividades de pesquisa e extensão voltadas para o campo social, além de uma docente substituta/temporária.

Na avaliação da coordenadora do curso, a terapia ocupacional social é bastante fortalecida no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, principalmente pela história de construção do campo e do Laboratório Metuia/UFSCar, como também pelo reconhecimento nacional e internacional da produção acadêmica desenvolvida pelas docentes da área, o que, para ela, impacta no envolvimento dos alunos com o campo.

### **3.3. Universidade Federal de Minas Gerais**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi implantado em 1979, sendo o primeiro curso da área implantado em uma instituição pública no estado de Minas Gerais.

Atualmente, o curso está vinculado à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, que também congrega os cursos de graduação nessas outras duas áreas. São oferecidas 66 vagas anuais, com duas entradas semestrais de 33 alunos e o ingresso se dá por meio de um sistema misto entre Enem/SiSu e concurso vestibular.

A área de terapia ocupacional da UFMG conta com 17 docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva e um concurso de mesmo nível em andamento, além de dois professores temporários, que respondem ao Departamento de Terapia Ocupacional, ligado à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFMG aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o aumento de 10% na sua oferta de vagas, no entanto, segundo sua coordenadora, como essa ampliação foi pequena, não resultou em contratação de mais docentes e investimentos financeiros significativos diretamente para o curso.

Em relação às condições para o seu desenvolvimento, a coordenadora do curso coloca que os recursos físicos e estruturais estão adequados, mas no âmbito dos recursos materiais e de equipamentos isso tem sido melhorado recentemente, principalmente com os recursos recebidos pelo Pró-Saúde. Ainda, o curso conta também com recursos provenientes do Curso de Especialização em Terapia Ocupacional da UFMG, visto que as verbas orçamentárias recebidas pela universidade não são suficientes. No que diz respeito aos recursos humanos, para a coordenadora, o número de docentes é pequeno frente às demandas, o que é onerado pela proposta curricular do seu atual Projeto Político-Pedagógico.

Enquanto projetos e perspectivas para o curso, para a coordenadora, tem-se, em primeiro plano, a maior e melhor capacitação do corpo docente, por meio de processos de doutoramento.

Especificamente, no que concerne aos aspectos curriculares do curso, em 1985, o seu primeiro projeto foi reformulado, com base no currículo mínimo para os cursos de terapia ocupacional do país aprovado em 1983. Esta formatação se manteve até a elaboração do atual Projeto Político-Pedagógico, passando apenas por adequações pontuais.

A partir da realização de diversas avaliações acerca da formação que vinha sendo realizada, onde se constatou algumas defasagens e inadequações, assim como a necessidade de acompanhar as novas tendências teórico-práticas e das atuais políticas de saúde e de adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em terapia ocupacional e aos Padrões Mínimos de Formação do Terapeuta Ocupacional propostas pela World Federation of Occupational Therapy (WFOT), iniciou-se, em 2000, o processo de reforma curricular e construção do atual Projeto Político-Pedagógico, que foi aprovado em 2008 e implantado em 2009, conforme sua coordenadora.

O processo de elaboração final do referido Projeto ocorreu concomitantemente às discussões do Programa Nacional de Orientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e a sua ampliação para os demais cursos de graduação da área da saúde, o que, segundo a coordenadora, não chegou a influenciar diretamente a proposta do Projeto, mas auxiliou no fortalecimento do que vinha sendo discutido para o curso.

Assim, tendo em vista a consonância entre a nova proposta para o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFMG e as diretrizes postas pelo Pró-Saúde para a formação profissional, o curso aderiu ao Programa.

O atual Projeto Político-Pedagógico objetiva uma formação generalista e um profissional apto para “perceber e atuar na inter-relação de fenômenos múltiplos envolvidos no processo de saúde-doença”, assim como para intervir nos três níveis de atenção à saúde e nas diferentes áreas de atuação da terapia ocupacional, com populações das diversas faixas etárias, tendo como foco a ocupação humana (UFMG, 2008, p.14).

Propõe-se que a estruturação do curso se dê a partir da adoção de um eixo conceitual da profissão, o qual norteará a formação profissional, perpassando todo o currículo; tal eixo se pauta pela relação do indivíduo com a ocupação em seu cotidiano e nos diferentes contextos.

De acordo com o Projeto, o eixo foi adotado por estar em consonância com a atual perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS), ao assumir o modelo da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que propõe uma mudança da abordagem baseada na doença para o uso de uma análise do desempenho funcional como um componente da saúde, buscando inovar a formação profissional, ao deslocar o foco das patologias e incapacidades para a qualidade de vida e independência dos sujeitos no seu cotidiano. Para isso, o eixo conceitual irá abordar cinco grandes temáticas inter-relacionadas ao longo do curso:

1. Níveis de atenção à saúde;
2. Cotidiano/Qualidade de vida/Participação social;
3. Desempenho de papéis e funções: atividades de vida diária, trabalho/atividades produtivas, lazer e brincar;
4. Desenvolvimento humano;
5. Impacto das incapacidades e deficiências no cotidiano das pessoas.

Tomando-se esse eixo e suas temáticas e as DCN para a Graduação em Terapia Ocupacional, estabeleceu-se o perfil profissional desejado para o egresso, os objetivos do curso, assim como as competências gerais e específicas a serem desenvolvidas pelos alunos.

A matriz curricular estabelecida pelo Projeto Político-Pedagógico está estruturada de modo a se trabalhar em cada período/semestre uma temática central para a formação do terapeuta ocupacional, na tentativa de promover maior proximidade entre conteúdos afins. Os períodos são nomeados e iniciam-se com temáticas mais abrangentes, que devem se complexificar ao longo do desenvolvimento do curso. Ainda, propõe que o estudante tenha maior contato com os conteúdos específicos do núcleo profissional da terapia ocupacional desde o início do curso, a fim de que ele tenha maior clareza sobre o seu futuro campo de atuação e para que perceba a necessidade e a interrelação dos conteúdos de outras áreas do conhecimento.

A seguir, a demonstração da matriz curricular de acordo com cada período temático:

## 1º semestre – Terapia Ocupacional e Sociedade

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
História da Terapia Ocupacional	30	30	-
Introdução ao Estudo da Ocupação	30	30	-
Prática de Observação em Terapia Ocupacional	30	-	30
Metodologia do Trabalho Científico	30	30	-
Antropologia Cultural	60	60	-
Sociologia	60	60	-
Anatomia Aplicada à Terapia Ocupacional	60	5	55
Biologia Celular e Metabólica	60	45	15

## 2º semestre – Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Fundamentos Básicos da Atenção em Saúde	30	30	-
Introdução ao Estudo da Saúde	45	45	-
Grupos e Instituições	30	30	-
Processos de Inclusão Social	30	30	-
Prática de Observação em Terapia Ocupacional II	30	-	30
Ética e Deontologia	30	30	-
Fisiologia Aplicada à Terapia Ocupacional	90	76	14
Neuroanatomia Aplicada à Terapia Ocupacional	45	15	30
Optativa	-	-	-

## 3º semestre – Desenvolvimento Humano e Ocupação

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Desenvolvimento da Infância e Adolescência	75	75	-
Desenvolvimento do Adulto e do Idoso	45	45	-
Estudo das Atividades de Vida Diária	30	30	-
Estudo do Trabalho	30	30	-
Estudo do Lazer	30	30	-
Estudo do Brincar	30	30	-
Prática de Observação em Terapia Ocupacional III	30	-	30
Patologia Geral	60	30	30
Optativa	-	-	-

## 4º semestre – Processos de Avaliação

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Técnicas e Instrumentos de Avaliação	60	60	-
Análise de Atividade e Ocupação Humana	45	45	-
Prática Clínica em Terapia Ocupacional I	45	-	45
Psicopatologia para a Terapia Ocupacional	30	30	-
Aparelho Locomotor para a Terapia Ocupacional	30	20	10
Saúde da Criança e do Adolescente para a Terapia Ocupacional	15	15	-
Neurologia para a Terapia Ocupacional	30	30	-
Patologia Aplicada à Terapia Ocupacional	45	30	15
Cinesiologia e Biomecânica Aplicada à Terapia Ocupacional	60	30	30

## 5º semestre – Métodos e Técnicas de Intervenção em Terapia Ocupacional I

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Intervenções em Terapia Ocupacional I	120	120	-
Prática Clínica em Terapia Ocupacional II	45	-	45
Intervenções em Terapia Ocupacional II	90	90	-
Metodologia da Pesquisa Científica	30	30	-
Optativa	-	-	-
Eletiva	-	-	-

## 6º semestre – Métodos e Técnicas de Intervenção em Terapia Ocupacional II

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Intervenções em Terapia Ocupacional III	120	120	-
Tecnologia Assistiva	30	30	-
Órteses	30	30	-
Cinesioterapia	30	30	-
Prática Clínica em Terapia Ocupacional III	45	-	45
Introdução à Bioestatística	60	60	-
Optativa	-	-	-
Eletiva	-	-	-

## 7º semestre – Terapia Ocupacional na Saúde da Criança e do Adolescente

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Clínica em Terapia Ocupacional – Saúde da Criança e do Adolescente	390	30	360
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	60	-

## 8º semestre – Terapia Ocupacional na Saúde do Adulto e Idoso

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Curricular em Terapia Ocupacional – Saúde do Adulto e do Idoso	390	30	360
Trabalho de Conclusão de Curso	60	60	-

	Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
	Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
	Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
	Disciplinas ligadas à Pesquisa
	Disciplinas Eletivas e outras

Verifica-se uma carga horária de disciplinas obrigatórias de 2880 horas, sendo 1736 horas de conteúdos teóricos (60%) e 1144 horas de conteúdos práticos (40%), as quais são acrescidas de 180 horas, que devem ser cumpridas pelo aluno ao longo do curso em disciplinas optativas e eletivas e em atividades complementares, totalizando uma carga horária de 3060 horas, a serem integralizadas em no mínimo quatro anos.

Calculando-se o percentual ocupado pelas áreas do conhecimento, por nós identificadas, na matriz curricular, temos a seguinte distribuição:

Gráfico 2: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFMG por áreas de conhecimento



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFMG

A maioria dos conteúdos trabalhados no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFMG é específico da própria profissão (56%), seguido pelos conteúdos das ciências biológicas e da saúde (19%) e das ciências sociais e humanas (11%), e, em menor quantidade, conteúdos ligados à área de pesquisa (8%) e de formação complementar (6%).

A representação gráfica anterior demonstra que a matriz curricular está de acordo com os objetivos do atual Projeto Político-Pedagógico do curso, uma vez que

este explícita a proposta de formação em terapia ocupacional por meio de conteúdos e disciplinas consideradas próprias do núcleo profissional.

Em relação às outras áreas do conhecimento, tem-se uma diferença quantitativa entre elas. Nota-se que os conteúdos ligados às ciências biológicas e da saúde possuem uma representação consideravelmente maior em relação às três demais categorias. Ainda, se nos detivermos novamente à matriz curricular, notaremos grande ênfase nas disciplinas especificamente biológicas e/ou biomédicas.

Quanto às disciplinas ligadas às ciências sociais e humanas, há uma concentração durante os três primeiros semestres do curso, e mais especificamente em relação às disciplinas Desenvolvimento da Infância e da Adolescência e Desenvolvimento do Adulto e Idoso, embora as tenhamos classificado nessa área de conhecimento, o modo como elas são ministradas efetivamente e a abordagem enfocada podem tendê-las a uma maior ou menor aproximação com a área das ciências biológicas e da saúde.

No que diz respeito à formação específica na área da terapia ocupacional, 55% da carga horária é destinada à formação prática, 945 horas, e 45% à formação teórica, 765 horas.

Quanto à formação para as subáreas de atuação da terapia ocupacional, como se vê na matriz curricular do curso, elas não são especificadas, o que é diferente apenas para os estágios supervisionados, em que são divididas de acordo com as fases do desenvolvimento humano. Segundo a coordenadora e o Projeto Político-Pedagógico do curso, essa formação está articulada com a temática focalizada em cada semestre, de modo que ao longo do curso, assim como nos estágios, o aluno passe pelas diferentes áreas de atuação da profissão e faixas etárias, vinculadas principalmente aos três níveis de atenção à saúde.

Conforme sua coordenadora, ainda é cedo para avaliar a nova formação proposta pelo atual Projeto Político-Pedagógico, no entanto, tem-se percebido um maior amadurecimento profissional e visão crítica dos alunos no decorrer do processo

em comparação com os alunos formados no currículo anterior, o que, a seu ver, é decorrente do aumento da carga horária de formação prática.

### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal de Minas Gerais*

Como visto na apresentação do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e de sua matriz curricular, não há disciplinas específicas de terapia ocupacional social, assim como de nenhuma outra área de atuação da profissão.

Apesar disso, para a coordenadora do curso, há sim uma disciplina específica que aborda os conteúdos teóricos da área: “Intervenções em Terapia Ocupacional II”, inserida no 5º semestre do curso, com uma carga horária total de 90 horas.

A ementa dessa disciplina coloca como conteúdos a serem trabalhados:

Intervenções da terapia ocupacional no campo social: atuação do terapeuta ocupacional com indivíduos em situação de risco social, prioritariamente com dificuldades de inclusão social por questões de natureza sócio-econômica-cultural. Intervenções da terapia ocupacional em saúde e trabalho (UFMG, 2008, p.75).

Segundo a coordenadora, esta disciplina trabalha os conteúdos teóricos específicos da terapia ocupacional social, contudo, como apresentado na sua ementa, são também trabalhados conteúdos referentes a intervenções da terapia ocupacional no campo da saúde e trabalho.

Ela coloca ainda outras duas disciplinas que lidam com temáticas de interface à área: “Processos de Inclusão Social”, desenvolvida no 2º semestre do curso, com 30 horas e “Processos Comunitários e Terapia Ocupacional”, disciplina optativa de também 30 horas.

Quanto à formação prática, como já citado anteriormente e segundo a coordenadora, elas estão inseridas desde o início do curso, da prática de observação

ao estágio supervisionado, em diferentes áreas e campos de atuação da terapia ocupacional, sendo o campo social um deles.

Em relação aos recursos humanos destinados para a área, há uma docente concursada para o campo social especificamente. Têm-se também outros dois docentes que, embora não ocupem esse espaço no curso, realizam trabalhos de interface.

Para a coordenadora do curso, as perspectivas em relação ao campo social são positivas. No currículo anterior não havia atividades de formação prática nessa área, o que se alterou com a implantação do novo Projeto Político-Pedagógico e que tem gerado a mobilização e o interesse dos alunos. Ainda, como é um campo de atuação novo para o curso e para a cidade de Belo Horizonte, espera-se que a inserção dos alunos nos serviços gere demandas para a contratação de terapeutas ocupacionais.

### **3.4. Universidade Federal do Paraná**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi criado no ano de 2000, com o ingresso da primeira turma em 2001, a partir da solicitação de abertura do curso feita em 1992 pela Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais (ABRATO) e pela Associação Cultural de Terapeutas Ocupacionais do Paraná (ACTOEP) à universidade. O processo de implantação foi iniciado em 1993 com a nomeação da Comissão de Implantação e Acompanhamento do Curso de Terapia Ocupacional, formada por docentes, profissionais e representantes da comunidade. Até então havia apenas uma única IES privada no estado do Paraná responsável pela formação de terapeutas ocupacionais (UFPR, 2005).

Em 2008, de acordo com a coordenadora do curso entrevistada, houve a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e com isso abriu-se uma nova turma para o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPR, com a oferta de novas 60 vagas e funcionamento noturno. Até aquele momento havia apenas uma única entrada anual de 30 alunos, com desenvolvimento em período diurno e tempo integral. Com o REUNI também se ampliou a entrada de alunos para a turma diurna, passando de 30 para 60. Desta forma, o curso oferece atualmente 120 vagas, sendo o ingresso dos alunos majoritariamente por concurso vestibular único com duas entradas, sendo que no primeiro semestre inicia-se a turma integral e no segundo, a turma noturna.

Em relação a recursos humanos dedicados especificamente à área de terapia ocupacional da UFPR, tem-se hoje 23 docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva, ligados ao Departamento de Terapia Ocupacional do Setor de Ciências da Saúde, 12 deles vinculados à turma integral e 11 à turma noturna, além de duas terapeutas ocupacionais contratadas como técnicas da clínica-escola do curso, que desenvolvem atividades de preceptoria junto aos estágios. As vagas para os docentes

da turma noturna e das duas técnicas foram conseguidas por meio da adesão ao REUNI, que também proporcionou a contratação de dois servidores técnico-administrativos.

De acordo com a coordenadora, o curso atualmente tem todas as condições necessárias em termos de recursos físicos, financeiros e materiais para o seu desenvolvimento, entretanto, as condições relativas a recursos humanos não são favoráveis. A grande expansão no número de alunos onerou o trabalho dos docentes, demandando maior dedicação. Ainda que também tenha havido contratação, não foi suficiente, visto que o ideal, para o seu desenvolvimento de qualidade tanto em termos de ensino, como de pesquisa e extensão, seria de 48 professores.

Enquanto projetos e perspectivas para o curso, ela nos diz da busca por maior qualificação de todo o corpo docente por meio da obtenção da titulação máxima, visto que do total apenas cinco são doutores e, também com isso, ampliar o desenvolvimento de pesquisas e de projetos de extensão.

Embora haja duas turmas funcionando em períodos e com docentes distintos, trata-se de um único curso de graduação em terapia ocupacional, por isso se tem também um único Projeto Político-Pedagógico.

O atual Projeto Político-Pedagógico foi formulado em 2005 e, desde então, já passou por duas revisões para ajustes na organização de algumas disciplinas, a última realizada em 2013.

Seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em terapia ocupacional (BRASIL, 2002), o curso da UFPR busca a formação de profissionais críticos, generalistas e reflexivos, capacitados para atuar em todas as dimensões e campos da profissão e com respeito às questões éticas, além de estar preparado para atuar no contexto social brasileiro e regional, especificamente. A formação dos alunos deverá:

propiciar condições para que o profissional possa atender às necessidades do sistema de saúde vigente no país, possibilitando a atenção integral da saúde no sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e

participar da formulação, implementação e gestão das políticas públicas de saúde, sociais e educacionais (UFPR, p.6, 2005).

A matriz curricular do curso está organizada de modo a seguir níveis de complexidade crescente, contemplando conteúdos das ciências biológicas e da saúde, das ciências humanas e sociais e os específicos da terapia ocupacional. As atividades de formação prática estão inseridas desde os primeiros períodos, visando o contato dos estudantes com os usuários dos serviços de terapia ocupacional, além de melhor correlação entre teoria e prática (UFPR, 2005). Conforme a coordenadora do curso, “nós objetivamos buscar mais que o aluno tenha mais crítica desse processo de terapia ocupacional a partir da realidade do campo clínico para que ele possa fundamentar melhor a sua teoria”. Assim, a matriz curricular proposta para o curso da UFPR, de acordo com o último ajuste, é a seguinte:

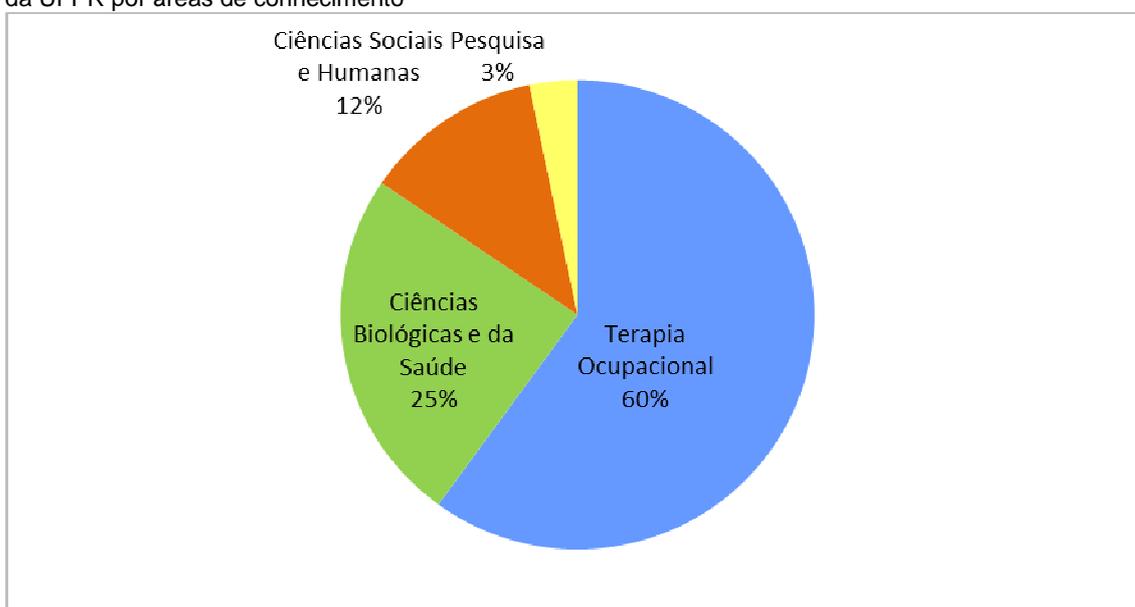
1º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Anatomia Humana I	60	30	30	
Biologia Celular e Tecidual	90	60	30	
Introdução à Bioquímica e à Biofísica	75	45	30	
Psicologia Aplicada à Saúde	75	75	-	
Saúde e Sociedade	30	30	-	
Antropologia da Saúde	60	60	-	
Fundamentos da Terapia Ocupacional I	30	30	-	
Metodologia do Trabalho Científico e da Pesquisa I	30	30	-	
2º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Anatomia Humana II	60	30	30	
Filosofia para Ciências da Vida	60	60	-	
Fisiologia Humana para a Terapia Ocupacional	90	60	30	
Patologia Geral	30	30	-	
Sociologia da Medicina e da Saúde	60	60	-	
Tópicos Especiais em Desenvolvimento Humano	45	45	-	
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Observação I	60	15	45	
3º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Ortopedia	60	60	-	
Neuroanatomia Funcional	60	30	30	
Patologia de Órgãos e Sistemas	60	30	30	
Atividades e Recursos Terapêuticos I	30	-	30	
Análise de Atividades I	15	15	-	
Autocuidado	30	30	-	
Cinesioterapia	60	30	30	
Tópicos Especiais em Clínica Médica	45	45	-	
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Observação II	60	15	45	
4º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Psiquiatria	45	45	-	
Epidemiologia	60	30	30	
Ética e Deontologia em Terapia Ocupacional	30	30	-	
Atividades e Recursos Terapêuticos II	30	-	30	
Análise de Atividades II	15	15	-	
Atividades Produtivas e de Trabalho	30	30	-	
Cinesioterapia	60	30	30	
Terapia Ocupacional Aplicada à Clínica Médica	60	30	30	
Terapia Ocupacional Aplicada à Ortopedia	60	30	30	
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Observação III	60	15	45	
5º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Tópicos Especiais em Neurologia	45	45	-	
Saúde e Trabalho	45	15	30	
Atividades e Recursos Terapêuticos III	30	-	30	
Análise de Atividades III	15	15	-	
Lazer e Atividades Recreativas	30	30	-	
Psicomotricidade	45	45	-	
Terapia Ocupacional Aplicada às Condições Sociais	60	30	30	
Terapia Ocupacional Aplicada à Saúde Coletiva	60	30	30	
Terapia Ocupacional Aplicada à Saúde Mental e Psiquiatria	60	30	30	
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Observação IV	60	15	45	
6º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Ergonomia	60	60	-	
Processos Grupais em Terapia Ocupacional	30	30	-	
Terapia Ocupacional Aplicada à Neurologia	60	30	30	
Terapia Ocupacional Aplicada às Disfunções Sensoriais e do Desenvolvimento	60	30	30	
Tecnologia Assistiva	60	30	30	
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Prática I	180	-	180	
7º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Fundamentos em Terapia Ocupacional III	30	30	-	
Atividades e Recursos Terapêuticos IV	45	15	30	
Análise de Atividades IV	15	15	-	
Prótese	30	30	-	
Terapia Ocupacional Aplicada à Saúde Ocupacional	60	30	30	
Terapia Ocupacional Aplicada aos Contextos Escolares	60	30	30	
Metodologia do Trabalho Científico e da Pesquisa II	30	30	-	
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Prática II	180	-	180	
8º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Administração em Saúde Pública	45	45	-	
Terapia Ocupacional Aplicada à Geriatria e Gerontologia	60	30	30	
Fundamentos de Terapia Ocupacional IV	30	30	-	
Trabalho de Conclusão de Curso I	30	30	-	
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Prática III	180	-	180	
9º semestre				
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática	
Trabalho de Conclusão de Curso II	30	30	-	
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Prática IV	225	-	225	

	Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
	Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
	Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
	Disciplinas ligadas à Pesquisa
	Disciplinas Eletivas e outras

A carga horária total da grade curricular é de 3675 horas, às quais devem ser somadas 180 horas de atividades complementares, a serem cumpridas pelos alunos ao longo do curso.

Calculando-se a distribuição de cada área do conhecimento, por nós consideradas e destacadas na matriz curricular obrigatória, de acordo com a carga horária, temos a seguinte representação gráfica:

Gráfico 3: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPR por áreas de conhecimento

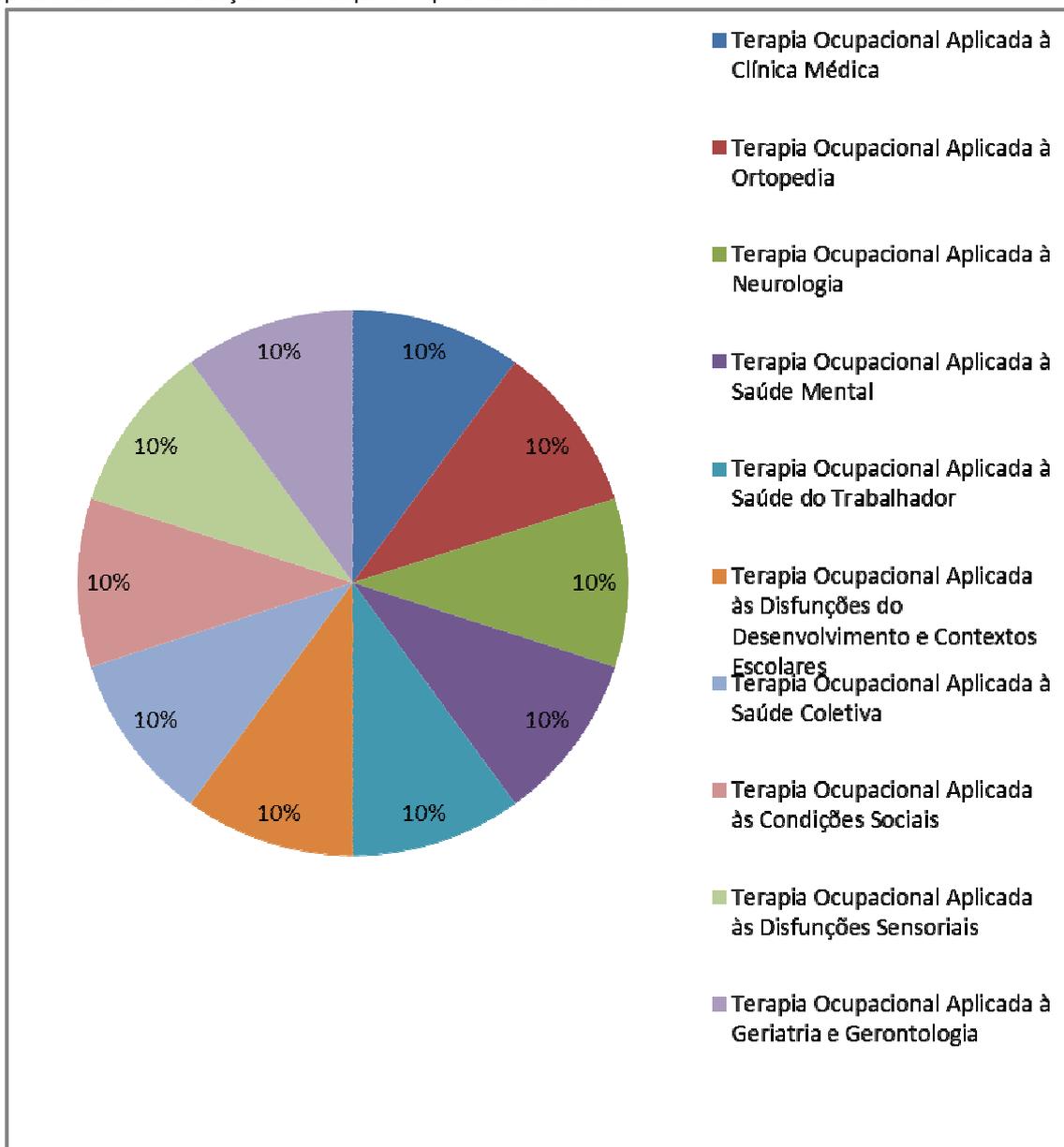


Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPR

Verifica-se, que a grande maioria dos conteúdos inseridos na matriz curricular do curso é da área da terapia ocupacional (60%), seguida pelos das ciências biológicas e da saúde (25%) e, em menor escala, das ciências sociais e humanas (12%) e daqueles ligados à pesquisa (3%).

Especificamente em relação aos conteúdos da terapia ocupacional, 65% deles (1425 horas) são destinados à formação prática e 35% (780 horas) à formação teórica. Quanto às áreas de formação profissional oferecidas pelo curso, considerando-se apenas as disciplinas aplicadas, elas se distribuem percentualmente da seguinte maneira no currículo:

Gráfico 3.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPR



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPR

Desta forma, nota-se um pleno equilíbrio na distribuição curricular das áreas de atuação da terapia ocupacional para as quais o curso da UFPR propõe sua formação.

Detendo-se nossa análise às áreas de formação profissional propostas, embora haja equilíbrio na sua distribuição quantitativa, nota-se uma maior prevalência de campos vinculados à área da saúde.

Ainda, observa-se uma sobreposição de abordagens na divisão dessas áreas, sendo algumas divididas por especialidades médicas (clínica médica, ortopedia,

neurologia, geriatria e gerontologia), outras por demandas (saúde mental, saúde do trabalhador).

Na concepção da coordenadora entrevistada, o terapeuta ocupacional formado pelo UFPR possui um perfil bastante generalista, embora no final do curso ele direcione mais a sua formação para a área de seu maior interesse e afinidade, bem como um perfil ativo, principalmente no que diz respeito à sua formação continuada, inserindo-se em programas de pós-graduação e especializações. Avalia que o mercado de trabalho é muito favorável para os futuros profissionais, visto o pequeno número de terapeutas ocupacionais no estado do Paraná.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal do Paraná*

Os conteúdos da área da terapia ocupacional social, como já mostrado, estão inseridos na formação profissional proposta pelo Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPR, identificados por meio da disciplina Terapia Ocupacional Aplicada às Condições Sociais.

Tal disciplina é de caráter obrigatório para todos os alunos e está prevista para se desenvolver no 5º período do curso, com carga horária total de 60 horas, sendo 30 horas teóricas e 30 horas de atividades práticas. Como dito anteriormente, nas disciplinas “Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Observação” está previsto um rodízio entre os alunos para que todos possam passar por todas as áreas, sendo o campo social uma delas. Além disso, o campo social também é uma das áreas opcionais para o Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional – Prática, do 9º período.

Em relação a recursos humanos destinados à área, conforme informações da coordenadora, os concursos para docentes realizados no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPR são generalistas e não possuem área definida, embora sejam organizados para contemplar áreas que, no momento da abertura, demandem

contratação. Nessa estrutura, segundo ela, tem-se quatro docentes envolvidas com o campo social.

Para a coordenadora, o campo social é uma área em expansão no curso e tem se desenvolvido muito em função da Política Nacional da Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. Também segundo ela, as atividades de formação prática da área ocorrem em diversos espaços de atuação, como, por exemplo, em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em abrigos para adultos ou para crianças. Ela destaca, igualmente, que o campo social é uma área de atuação da profissão relativamente nova no estado do Paraná, com poucos profissionais inseridos nos serviços, o que dificulta um pouco o seu desenvolvimento dentro do curso.

Na sua avaliação acerca do processo e dos resultados da formação do terapeuta ocupacional na área social, considera que atualmente o curso tem conseguido desenvolver nos alunos a leitura diferenciada entre os campos social e da saúde e destaca a inserção de terapeutas ocupacionais, inclusive ex-alunos, nessa área, principalmente a partir da abertura de estágios pelo curso.

### **3.5. Universidade Federal de São Paulo**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) teve início em 2006, com a criação do campus Baixada Santista. Até aquele momento, a UNIFESP, antiga Escola Paulista de Medicina, possuía apenas um campus sediado na capital paulista, que desenvolve atividades com ênfase no campo específico das ciências da saúde. A partir de 2006, a universidade, de acordo com o seu plano de desenvolvimento institucional, iniciou um processo de expansão, com a criação de outros campi e a ampliação do seu compromisso para outras áreas do conhecimento (UNIFESP, 2011).

O campus Baixada Santista foi criado com o objetivo de se constituir como um campus temático na área da saúde, com a abertura inicial de cinco cursos de graduação: terapia ocupacional, fisioterapia, nutrição, psicologia e educação física, com uma proposta de formação interdisciplinar entre eles.

De acordo com a coordenadora do curso, já havia a proposta de se criar um campus com esta temática, com a intenção de que os alunos pudessem se formar em uma perspectiva interdisciplinar em saúde. Assim, realizou-se anteriormente um levantamento de quais profissões poderiam ser abarcadas, sendo a terapia ocupacional escolhida por ser um profissional que já compunha a equipe da UNIFESP, em São Paulo.

Posteriormente à sua criação, em 2009, a universidade aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, ampliando a sua oferta de vagas, passando de 30 para 40, como uma oportunidade de ampliar também o número de docentes.

Atualmente, a área de terapia ocupacional da UNIFESP, campus Baixada Santista, conta 14 docentes efetivos contratados em regime de dedicação exclusiva e com a previsão de contratação de mais um, todos possuindo título de doutor. Deste total, três vagas foram conseguidas através do REUNI.

O campus da Baixada Santista propõe uma formação integralizada entre os cinco cursos oferecidos e, por conta disso, está organizado em departamentos interdisciplinares, divididos por temáticas, onde cada docente tem a liberdade de escolher a qual departamento serão vinculados, de acordo com a sua afinidade. Tais departamentos respondem diretamente à diretoria do campus. Além disso, de forma independente, existem as coordenações dos cursos.

Em relação às condições de desenvolvimento do curso, a coordenadora coloca que a infra-estrutura ainda é insuficiente; o campus como um todo funciona em quatro locais diferentes e não há salas para todos os docentes, sendo que isso se deve a diversos fatores, como o campus ser novo, o atraso das obras e a precariedade da expansão e do REUNI. No entanto, quanto aos recursos materiais, não tem havido problemas.

No que diz respeito aos recursos humanos, a docente faz a avaliação de que com a proposta do atual Projeto Político-Pedagógico de se ter atividades de formação prática em campo desde o início do curso, que demanda uma menor relação docente por número de alunos e pelo fato de que se espera que além das atividades de ensino, os docentes desenvolvam também atividades de pesquisa e extensão, o número atual não é suficiente.

Quanto às perspectivas para o curso, a entrevistada coloca que embora o seu Projeto Político-Pedagógico tenha passado recentemente por uma reformulação, já se iniciou um novo processo de revisão por parte do Núcleo Docente Estruturante<sup>12</sup>, com o objetivo de que isso seja um processo continuado ao longo dos anos para que, a cada cinco anos, se aprove um novo Projeto. Ainda, tem-se como meta a criação de um programa de mestrado acadêmico na instituição específico da terapia ocupacional, com uma possível parceria com a Universidade de São Paulo.

---

<sup>12</sup> O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação, constituído por docentes do curso, é uma instância consultiva e assessora da Comissão de Curso de Graduação, com atribuições acadêmicas destinadas ao aprimoramento do seu Projeto Político-Pedagógico e da formação acadêmica e profissional do corpo docente.

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UNIFESP foi aprovado pela Comissão de Curso em 2011 e sua elaboração partiu de dois movimentos que se iniciaram em 2008: reuniões pedagógicas na Comissão de Curso e maratonas de discussão capitaneadas pelo Núcleo Docente Estruturante. Ele tem como base o Projeto Pedagógico do campus Baixada Santista, o qual adota como princípios direcionadores: 1) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 2) pesquisa como elemento impulsionador do ensino e da extensão; 3) prática profissional como eixo norteador do projeto pedagógico; 4) problematização do ensino a partir da prática e da pesquisa; 5) interdisciplinaridade; 6) postura ativa do estudante na construção do conhecimento; 7) postura facilitadora/mediadora do docente no processo ensino/aprendizagem; 8) integração com a comunidade; 9) integração entre os diferentes níveis de ensino e pesquisa; 10) dinamicidade do plano pedagógico: construção e reconstrução permanente; 11) avaliação formativa como feedback do processo e 12) desenvolvimento docente, tendo como objetivo principal a formação de profissionais aptos para o trabalho em equipe interprofissional, com ênfase na integralidade no cuidado. Para tanto, adota-se como eixo direcionador das ações a Educação Interprofissional (UNIFESP, 2011).

A Educação Interprofissional conceitua-se como uma proposta onde duas ou mais profissões aprendem juntas sobre o trabalho conjunto e sobre as especificidades de cada uma, priorizando o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade e o compromisso com a integralidade das ações que deve ser alcançado com um amplo reconhecimento e respeito às especificidades de cada profissão, propondo a inversão da lógica tradicional da formação em saúde, onde cada profissão discute e pensa sua prática dentro do seu próprio escopo, abrindo-se espaços para a discussão do interprofissionalismo. Nesse sentido, a Educação Interprofissional assume diferentes enfoques como modificar atitudes e percepções na equipe, melhorar a comunicação entre os profissionais, reforçar a competência colaborativa, contribuir para a satisfação

no trabalho, construir relações mais abertas e dialógicas, assim como integrar o especialista na perspectiva da integralidade do cuidado (UNIFESP, 2011).

Nessa abordagem, prevê-se que a construção da identidade profissional específica se fortaleça à medida que os alunos são expostos a situações comuns de aprendizagem, demandando olhares diferentes, que ora se complementam, ora se confrontam, mas que possibilitam um nível mais ampliado de compreensão da realidade (UNIFESP, 2011).

Para o desenvolvimento dessa proposta assume-se uma nova organização curricular, buscando romper com a tradicional estrutura centrada em disciplinas e na formação específica de determinado perfil profissional. Parte-se de uma proposta formativa interdisciplinar e interprofissional, com uma concepção modular de currículo direcionado por quatro eixos de formação, que devem se articular, perpassando os anos de graduação, constituídos por módulos (UNIFESP, 2011). Os eixos são:

- O Ser Humano em sua Dimensão Biológica: aglutina os conhecimentos biológicos necessários a um profissional para a atuação na área da saúde;
- O Ser Humano e sua Inserção Social: contempla conhecimentos de antropologia, sociologia, psicologia, educação, filosofia, ética/bioética, economia e administração;
- Trabalho em Saúde: tem como diretriz inserir os alunos, desde o primeiro ano, no mundo do trabalho em saúde, desenvolvendo atividades que possibilitam o contato com diferentes grupos populacionais e seus problemas de saúde e com a rede de serviços existentes, além de discussões sobre temáticas comuns aos profissionais da saúde como: saúde como campo de saber, políticas de saúde, profissões de saúde, trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar em saúde, sistema e serviços de saúde, integralidade no cuidado e o Sistema Único de Saúde;
- Aproximação a uma Prática Específica em Saúde: engloba a atuação das cinco profissões de acordo com a singularidade de cada uma.

Os eixos O Ser Humano e sua Dimensão Biológica, O Ser Humano e sua Inserção Social e Trabalho em Saúde apresentam um núcleo comum aos cinco cursos, com conteúdos considerados necessários para todos os profissionais que atuam na área da saúde, nos quais os alunos se organizam em turmas mistas, objetivando-se um maior conhecimento entre as diferentes carreiras e uma preparação para o futuro trabalho em equipe, bem como um núcleo específico para cada curso, voltado para as necessidades de aprofundamento e geração de novos conhecimentos de cada um.

O eixo Aproximação a uma Prática Específica em Saúde é individualizado para cada curso; no caso da terapia ocupacional é denominado Aproximação à Prática Específica do Terapeuta Ocupacional, que está organizado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional e dividido em dois núcleos: o Núcleo Básico de Fundamentos da Profissão, cujos conteúdos são ministrados, em sua maioria, nos dois primeiros anos e o Núcleo Específico de Atuação do Terapeuta Ocupacional, em que se concentram os conteúdos previstos para os dois últimos anos.

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UNIFESP tem como objetivo “articular conteúdos de natureza técnica, social e crítica, de modo a responder as demandas atuais da sociedade, mantendo o princípio de transcender o enfoque tecnicista” (UNIFESP, 2011, p. 39), buscando proporcionar aos alunos uma formação com perspectiva interdisciplinar, centrada nas relações e no desenvolvimento de competências e habilidades gerais e específicas, conforme previsto nas DCN, voltadas ao cuidado integral, de forma ética, crítica, humanista e reflexiva. Assim, espera-se formar um terapeuta ocupacional:

apto para atuar em equipes interprofissionais, em diferentes cenários e níveis de complexidade das políticas públicas voltadas à prevenção e promoção de saúde, tratamento, reabilitação, processos educacionais e de inclusão social e consequentemente à qualidade de vida (UNIFESP, 2011, p. 43).

Dentro disso, propõe-se que a matriz curricular do curso se desenvolva da

seguinte forma:

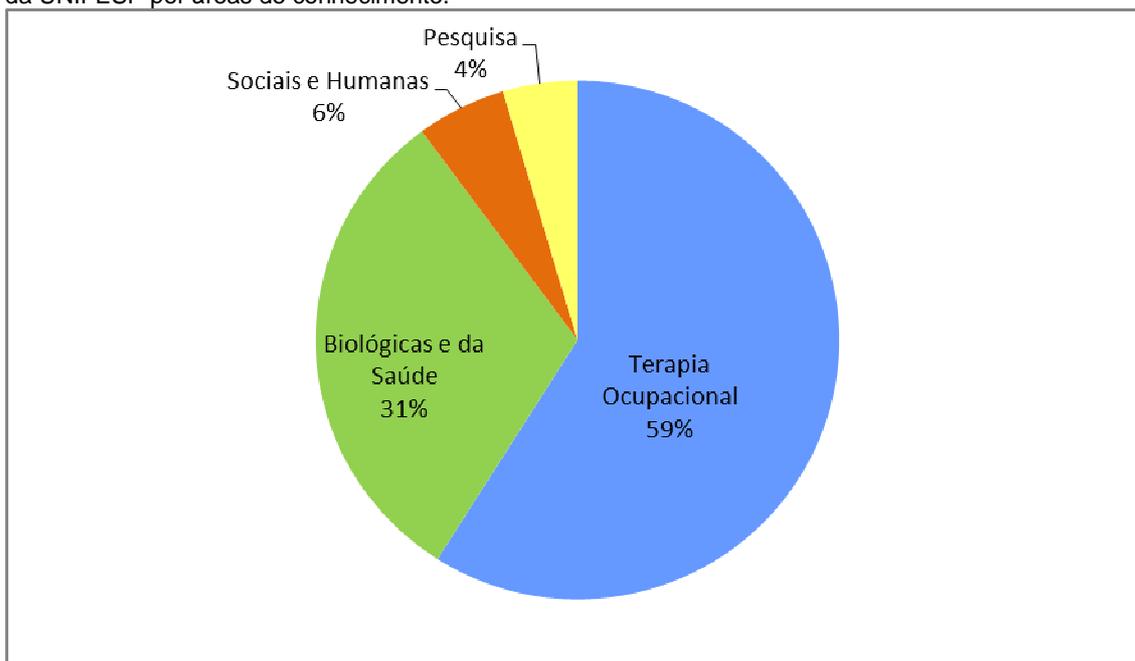
1º semestre			
Módulo	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Do Átomo à Célula	240	190	50
Indivíduo, Cultura e Sociedade	60	40	20
Saúde como Processo: Contextos, Concepções e Práticas I	80	48	32
Conhecendo a Profissão: da origem à atualidade	120	60	60
2º semestre			
Módulo	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Dos tecidos aos Sistemas I	160	100	60
Aparelho Locomotor	120	60	60
Trabalho, Corpo e Significado	60	40	20
Saúde como Processo: Contextos, Concepções e Práticas II	80	32	48
Atividades e Recursos Terapêuticos: cotidiano e repertório de atividades	80	40	40
Atividades e Recursos Terapêuticos: atividades de vida diária	80	38	42
3º semestre			
Módulo	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Dos Tecidos aos Sistemas II	200	145	55
A Constituição do Humano: temporalidades e teorias de desenvolvimento	60	35	25
Prática Clínica Integrada: análise de demandas e necessidades em saúde	80	16	64
Atividades e Recursos e Terapêuticos: processos criativos e de comunicação verbal e não verbal	80	40	40
Abordagens Teóricas e Tendências Contemporâneas em Terapia Ocupacional	60	40	20
Estudo do Movimento Humano I	80	40	40
4º semestre			
Módulo	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Fundamentos Biológicos do Adoecimento Humano	80	68	12
Estigma, Preconceito, Direitos e Desenvolvimento Humano	60	35	25
Clínica Integrada: atuação em grupos populacionais	80	16	64
Estudo do Movimento Humano II	60	30	30
Estudo do Movimento Aplicado à Terapia Ocupacional	40	20	20
A Ação como Precursora na Produção do Pensamento Humano	80	50	30
Abordagem Grupal	60	30	30
5º semestre			
Módulo	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Saúde Física I	80	40	40
Terapia Ocupacional no Processo de Envelhecimento	80	40	40
Terapia Ocupacional na Saúde da Criança	80	40	40
Terapia Ocupacional na Saúde e Trabalho	80	40	40
Atividades e Recursos Terapêuticos: atividades lúdicas e lazer	80	60	20
A Ação e o Sentimento como Precusores de Processos de Ruptura no Campo Operatório Humano	80	50	30
Trabalho de Conclusão de Curso I	40	20	20
Metodologia da Pesquisa Científica	40	30	10
6º semestre			
Módulo	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Terapia Ocupacional no Campo Social	80	50	30
Saúde Física II	80	40	40
Terapia Ocupacional em Contextos Educacionais	80	40	40
Terapia Ocupacional na Saúde Mental	80	60	20
Atividades e Recursos Terapêuticos: tecnologia assistiva, órtese, próteses e adaptações	80	40	40
Trabalho de Conclusão de Curso II	40	20	20
Clínica Integrada: produção do cuidado	80	8	72
7º semestre			
Módulo	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Curricular Profissionalizante I	250	40	210
Estágio Curricular Profissionalizante II	250	40	210
Trabalho de Conclusão de Curso III	40	20	20
Desenvolvimento Profissional I	40	30	10
8º semestre			
Módulo	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Curricular Profissionalizante III	250	40	210
Estágio Curricular Profissionalizante IV	250	40	210
Trabalho de Conclusão de Curso IV	40	20	20
Desenvolvimento Profissional II	40	30	10

	Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
	Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
	Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
	Disciplinas ligadas à Pesquisa
	Disciplinas Optativas e Outras

A carga horária total da matriz curricular é de 4340 horas, sendo 2051 horas de conteúdos teóricos e 2289 horas de conteúdos práticos, às quais são acrescidas 200 horas de atividades complementares, totalizando uma carga horária de 4540 horas.

Fazendo-se a distribuição porcentual da carga horária da matriz curricular, por áreas de conhecimento, tem-se a seguinte representação gráfica:

Gráfico 4: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UNIFESP por áreas de conhecimento.



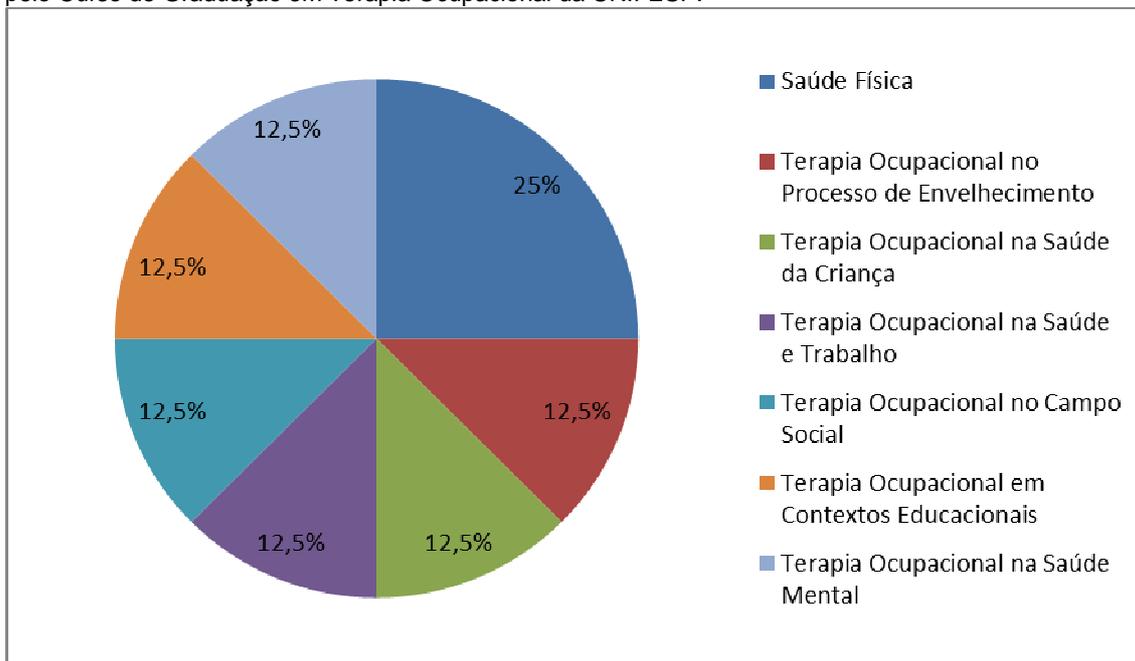
Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UNIFESP.

Nota-se, deste modo, que a maior parte da carga horária está voltada para os conteúdos específicos da profissão (59%), seguidos, decrescentemente, por conteúdos ligados às ciências biológicas e da saúde (31%), conteúdos das ciências sociais e humanas (6%) e aqueles vinculados à pesquisa (4%).

Especialmente em relação aos conteúdos da terapia ocupacional, a maior parte da carga horária está voltada para a formação prática, com 1522 horas (59%), e uma quantidade menor aos conteúdos teóricos, 1038 horas (41%).

No que concerne às áreas de atuação profissional que o curso se propõe a abarcar, de acordo com a discriminação na matriz curricular, elas se distribuem percentualmente da seguinte forma:

Gráfico 4.1.: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UNIFESP.



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UNIFESP

Constata-se uma concentração maior da carga horária voltada para a atuação da terapia ocupacional em saúde física (25%) e uma distribuição igualitária entre as outras áreas propostas (12,5%).

Apesar do equilíbrio na distribuição quantitativa entre as demais áreas de atuação profissional, observa-se maior prevalência de campos vinculados à área da saúde.

Na avaliação da coordenadora do curso, é preciso fazer um debate acerca da inserção da terapia ocupacional em um campus temático, especialista em saúde, o que implica uma discussão mais ampla sobre a proposição da formação de profissionais com perfil generalista.

Com base no acompanhamento que o curso tem feito dos seus egressos, a avaliação que se faz é de que eles têm saído com uma formação bastante consistente e que têm conseguido se inserir no mercado de trabalho e em programas de especialização e pós-graduação sem problemas. Ainda, a partir do retorno feito pelos

preceptores de estágios, tem-se um aluno bem preparado para a abordagem inicial, com muita disponibilidade e maturidade profissional, no entanto, segundo a coordenadora, há uma queixa da falta de conteúdos, especialmente em áreas extremamente especializadas da saúde. A coordenadora também avalia que os alunos têm saído com uma boa formação política, mas que isso é desenvolvido principalmente do eixo Trabalho em Saúde, o que não é suficiente, visto a discussão estar centrada nas políticas de saúde.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal de São Paulo*

A terapia ocupacional social, como observado nos dados apresentados, é uma das áreas de formação profissional pautadas pelo Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo.

Especificamente, há o módulo Terapia Ocupacional no Campo Social, inserido no segundo semestre do terceiro ano do curso, de caráter teórico-prático, com 50 horas teóricas e 30 horas práticas, totalizando, portanto, uma carga horária de 80 horas. Este módulo, como previsto na sua ementa, tem por objetivo abordar os seguintes tópicos: organização e planejamento de ações; estudo de comunidades; desenvolvimento da terapia ocupacional territorial e comunitária; populações em processos de ruptura das redes sociais de suporte e situações de vulnerabilidade; direitos de cidadania e movimentos sociais no Brasil; políticas públicas brasileiras nas áreas sociais; o campo de ação da terapia ocupacional social; o território e a comunidade como espaços de intervenção e prática social; instituições de saúde, sócio-culturais, de educação, de reabilitação e as respectivas ações e funções do terapeuta ocupacional em cada uma delas; reabilitação baseada na comunidade e a intervenção junto a grupos sócio-culturais e étnicos específicos da região (UNIFESP, 2011).

De acordo com a coordenadora do curso, por conta de o aluno chegar sem muito embasamento teórico sobre a área e ainda muito pautado pela concepção da saúde, tem-se trabalhado mais com os conteúdos teóricos.

Tendo em vista isso, a partir de 2013 foram realizadas algumas mudanças no sentido de inserir mais conteúdos da área durante os primeiros anos, o que foi feito nos módulos Conhecendo a Profissão, no primeiro ano, e Fundamentos Teóricos e Abordagens Contemporâneas da Terapia Ocupacional, onde se trabalha os possíveis campos de atuação e as tendências da profissão, respectivamente.

A formação prática específica está prevista no estágio profissionalizante no quarto ano, porém, como todas as áreas são optativas, passarão pelo campo social aqueles alunos que tiverem interesse.

Em relação aos recursos humanos, há duas docentes contratadas especificamente, desde a área de seus concursos públicos. Tais docentes desenvolvem atividades de extensão de serviços à comunidade no campo social, além de estarem inseridas em grupos de pesquisa que se debruçam em torno de temáticas afins à terapia ocupacional social.

Na avaliação da coordenadora, que é também docente da área, o processo de formação para o campo social com os primeiros alunos foi bastante sofrido por este contato ter se dado tardiamente, somente no terceiro ano, e pela hegemonia do campo da saúde no campus. A inserção desses conteúdos no início do curso visa amenizar tais problemas.

Embora seja um campo minoritário dentro do curso, segundo a docente, há resultados positivos, pois tem se agregado demandas reprimidas não apenas do curso de terapia ocupacional, de insatisfação com a concepção totalitária da saúde adotada no campus. Para os alunos que passam por essa formação de uma forma mais aprofundada, com envolvimento nas atividades de extensão e estágio, a coordenadora avalia como sendo possível se obter uma boa percepção da terapia ocupacional social e as possibilidades de contribuição para a área.

Ainda, vê como necessário se distribuir melhor os conteúdos do curso, não apenas em relação à terapia ocupacional social, como também dos conteúdos ligados às ciências sociais e humanas, sem estarem vinculados ao campo da saúde, que contribuem para esta formação.

### **3.6. Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sediada na cidade de Uberaba – MG, até o ano de 2005 funcionou como uma faculdade isolada (Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro), oferecendo apenas os cursos de graduação em medicina, enfermagem e biomedicina, quando, então, foi transformada em universidade e iniciou-se o seu processo de expansão, com a criação de novos cursos de graduação. Ainda, a partir de 2008 a UFTM integrou-se ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com criação de outros novos cursos.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFTM foi implantado em 2007 com o processo de expansão da universidade, momento em que também foram criados outros dois cursos da área da saúde: fisioterapia e nutrição (UFTM, 2009).

De acordo com a sua coordenadora, o curso de graduação em terapia ocupacional, assim como os dois outros criados juntamente, foi pensado a partir do anseio de ampliação do hospital-escola da UFTM, que até aquele momento funcionava apenas com os cursos de medicina e enfermagem, tanto para a questão de atendimento à comunidade, como para proposição de projetos de pesquisa.

Hoje o curso está vinculado ao Instituto de Ciências da Saúde da UFTM, que também aloca os demais cursos de graduação da área da saúde.

O curso se iniciou ofertando 40 vagas anuais que, com a adesão ao REUNI em 2008, foram ampliadas para 60 vagas anuais, com duas entradas semestrais de 30 alunos e o ingresso por meio de concurso vestibular também semestral.

A área de terapia ocupacional da UFTM conta com 15 docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva, ligados ao Departamento de Terapia Ocupacional do Instituto de Ciências da Saúde, dos quais 12 foram contratados após a ampliação de vagas, quatro professores substitutos e mais dois técnicos terapeutas ocupacionais

que atuam no hospital universitário da universidade e auxiliam no processo de formação prática.

No que concerne às suas condições de desenvolvimento, para a coordenadora as condições de trabalho ainda são inadequadas. Embora tenham melhorado desde o início do funcionamento do curso, permanece a carência de maiores investimentos. Os recursos físicos e de infra-estrutura não são permanentes, o que ocasiona freqüentes mudanças, além de serem insuficientes. Quanto aos recursos materiais e financeiros, grande parte do que se tem hoje foi conseguida via projetos de pesquisa e extensão. E quanto aos recursos humanos, segundo a coordenadora, trabalha-se em uma situação limite, visto que o número ideal de docentes para atender às necessidades da área, pensando também em atividades de pesquisa e extensão, seria 31; no entanto, não há previsão de abertura de novas vagas.

Enquanto perspectivas e projetos para o curso, sua coordenadora coloca como prioritária a capacitação dos atuais docentes em processos de doutoramento, atualmente são apenas três doutores, como forma de qualificação e expansão das atividades de pesquisa e extensão, além da reformulação e aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico, no sentido de buscar maior integração entre as ações.

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFTM em vigor é o mesmo construído no momento da implantação do curso. Sua elaboração, conforme a coordenadora do curso, se baseou no Projeto Político-Pedagógico já existente do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade de Uberaba, IES privada da cidade, por meio da assessoria de uma de suas docentes, naquele momento.

Pautado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em terapia ocupacional (BRASIL, 2002), o Projeto da UFTM busca uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva de um profissional com competência para trabalhar em equipe, com as diversidades da clientela e que desenvolva um trabalho transformador na sociedade (UFTM, 2009).

Parte das atividades do curso são desenvolvidas no Hospital-Escola da UFTM, em seus ambulatórios de especialidades e em um Centro de Reabilitação, que são referências para o atendimento de alta complexidade, de modo que há “ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências para o trabalho em equipe na recuperação da saúde, no contexto hospitalar, ambulatorial e de reabilitação” (UFTM,2009, p. 38). Não obstante, os alunos também serão instrumentalizados para trabalhar com questões relativas à promoção da saúde e prevenção de doenças, considerando os preceitos do Sistema Único de Saúde (UFTM, 2009).

Para tanto, prevê-se que o aluno desenvolva ao longo do curso competências e habilidades gerais e específicas. As habilidades gerais estão relacionadas à formação de um profissional da saúde e são uma construção transversal que perpassa todas as disciplinas. As específicas, relacionadas à profissionalidade da terapia ocupacional, estão presentes em dois momentos distintos da formação: o de reconhecimento das necessidades das diferentes populações/clientelas, com maior concentração durante os quatro primeiros períodos, e o de ações junto a essas populações, com maior enfoque nos demais períodos. Assim, a matriz curricular está organizada de modo que os conteúdos tenham articulação entre si e aumento gradativo de complexidade, havendo nos primeiros períodos maior predomínio de conteúdos teóricos e práticos no laboratório, com inserção crescente de atividades de contato direto com a população (UFTM, 2009).

Abaixo segue a matriz curricular proposta pelo Projeto Político-Pedagógico:

## 1º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Anatomia	75	45	30
Neuroanatomia	45	45	-
Embriologia	30	15	15
Biologia Celular	30	10	20
Histologia	30	10	20
Metodologia Científica	30	30	-
Informática Aplicada à Saúde	30	2	28
Saúde e Sociedade	45	30	15
Antropologia Filosófica	45	45	-
Introdução e História da Terapia Ocupacional	45	45	-
Práticas e Vivências em Terapia Ocupacional I	30	-	30

## 2º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Genética	30	30	-
Fisiologia Humana	90	90	-
Bioquímica	45	30	15
Políticas de Saúde	30	30	-
Análise Institucional	30	30	-
Psicologia do Desenvolvimento	45	30	15
Psicologia da Personalidade	45	45	-
Bioética	30	30	-
Organização do Trabalho e Ergonomia	30	30	-
Práticas e Vivências em Terapia Ocupacional II	30	-	30

## 3º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Farmacologia	30	22	8
Imunologia	45	45	-
Patologia Geral	60	35	25
Saúde Mental	30	30	-
Cinesiologia e Biomecânica	45	30	15
Atividades e Recursos Terapêuticos I	60	30	30
Especialidades Médicas e Investigação Diagnóstica no Contexto da Terapia Ocupacional I	60	60	-
Terapia Ocupacional e as Etapas da Vida – Infância e Adolescência I	45	45	-
Terapia Ocupacional e as Etapas da Vida – Fase Adulta e Velhice I	45	45	-
Práticas e Vivências em Terapia Ocupacional III	30	15	15

## 4º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Patologia de Órgãos e Sistemas	45	30	15
Fundamentos de Terapia Ocupacional I	45	45	-
Dinâmica Grupal I	45	45	-
Cinesioterapia	45	30	15
Gestão de Serviços de Saúde	30	30	-
Atividades e Recursos Terapêuticos II	60	30	30
Especialidades Médicas e Investigação Diagnóstica no Contexto da Terapia Ocupacional II	60	60	-
Terapia Ocupacional e as Etapas da Vida – Infância e Adolescência II	45	45	-
Terapia Ocupacional e as Etapas da Vida – Fase Adulta e Velhice II	45	45	-
Práticas e Vivências em Terapia Ocupacional IV	30	-	30
Metodologia da Pesquisa I	30	30	-

## 5º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Psicomotricidade	45	45	-
Tecnologia Assistiva I	30	30	-
Atividades e Recursos Terapêuticos III	60	30	30
Intervenções em Terapia Ocupacional – Infância e Adolescência I	90	90	-
Estágio em Infância e Adolescência I – Prevenção e Promoção da Saúde	60	-	60
Intervenções em Terapia Ocupacional – Fase Adulta e Velhice I	90	90	-
Estágio em Fase Adulta e Velhice I – Prevenção e Promoção da Saúde	60	-	60
Bioestatística e Metodologia de Pesquisa II	45	45	-

## 6º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Fundamentos de Terapia Ocupacional II	30	30	-
Atividades e Recursos Terapêuticos IV	60	30	30
Tecnologia Assistiva II	30	30	-
Intervenções em Terapia Ocupacional – Infância e Adolescência II	90	90	-
Estágio em Infância e Adolescência II – Recuperação e Reabilitação	60	-	60
Intervenções em Terapia Ocupacional – Fase Adulta e Velhice II	90	90	-
Estágio em Fase Adulta e Velhice II – Recuperação e Reabilitação	60	-	60
Projeto e Seminário de Pesquisa	15	15	-

## 7º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Supervisionado I	210	60	150
Estágio Supervisionado II	210	60	150
Trabalho de Conclusão de Curso I	15	15	-
Vivências em Terapia Ocupacional I	15	15	-

## 8º semestre

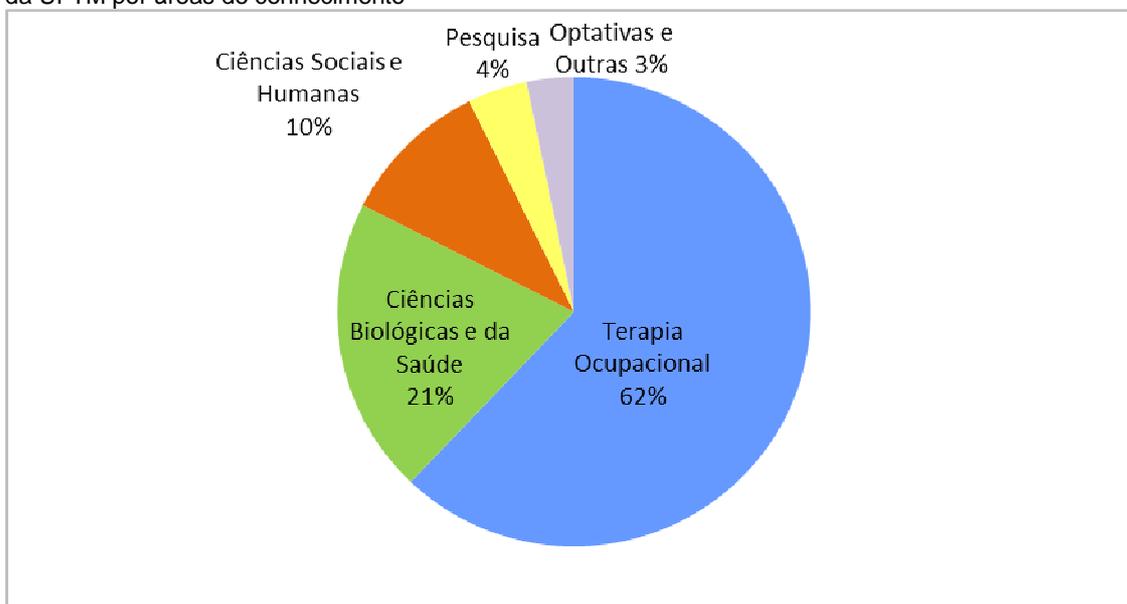
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Supervisionado III	210	60	150
Estágio Supervisionado IV	210	60	150
Trabalho de Conclusão de Curso II	15	15	-
Vivências em Terapia Ocupacional II	15	15	-

	Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
	Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
	Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
	Disciplinas ligadas à Pesquisa
	Disciplinas Optativas e outras

Desta forma, a matriz curricular obrigatória tem uma carga de 3585 horas, sendo 2284 horas teóricas e 1301 horas práticas, às quais são acrescentadas 90 horas de disciplinas optativas e 245 horas de atividades complementares, totalizando, portanto, 3920 horas.

Detendo-se na análise apenas dos conteúdos inseridos na matriz curricular obrigatória, sem levar em consideração as atividades complementares, temos a seguinte representação gráfica, de acordo com a distribuição da carga horária por áreas de conhecimento:

Gráfico 5: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFTM por áreas de conhecimento



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFTM

Verifica-se uma quantidade expressivamente maior de conteúdos específicos da terapia ocupacional (62%), seguidos por conteúdos ligados às ciências biológicas e da saúde (21%) e às ciências sociais e humanas (10%), e, em menor expressão, àqueles ligados à pesquisa (4%) e aos optativos e/ou outros (3%).

Especificamente em relação aos conteúdos ligados à terapia ocupacional, tem-se uma pequena diferença entre conteúdos teóricos e práticos, sendo 53% teóricos, 1200 horas, e 47% práticos, 1050 horas.

A formação profissional nas áreas de atuação da terapia ocupacional durante todo o curso se apresenta dividida segundo as fases do desenvolvimento humano, infância e adolescência, adulto e idoso, e aos níveis de atenção à saúde, prevenção e promoção, recuperação e reabilitação. No entanto, de acordo com a coordenadora do curso, os campos de prática acabam sendo prioritariamente ligados à recuperação e reabilitação, principalmente física, por conta do contexto ainda muito vinculado ao paradigma biomédico em que o curso está inserido e da realidade do município, o que tem sido trabalhado pelos docentes com vistas a mudanças.

Na avaliação da coordenadora, os processos e os resultados da formação do aluno do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFTM são positivos e os docentes estão satisfeitos com os profissionais formados, por estarem preparados para competirem no mercado de trabalho e com uma boa inserção em concursos públicos e programas de especialização.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro*

Como mostrado na apresentação do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e de sua matriz curricular, não há disciplinas específicas da área da terapia ocupacional social.

Para a coordenadora do curso entrevistada, não há essa separação oficial, contudo, “essas questões do ponto de vista social estão praticamente em todas as disciplinas, porque a gente quer que o aluno entenda que toda situação tem um contexto social”, mas sempre vinculadas ao campo da saúde. Da mesma forma, não há docentes concursados especificamente para a área.

Na avaliação da coordenadora, como esta temática dos contextos sociais está inserida em todas as atividades de formação prática, os alunos vivenciam essas

situações e realidades e fazem o exercício de olhar para isso, eles saem preparados para essa atuação.

### **3.7. Universidade de Brasília**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília (UnB) surgiu com a criação da Faculdade de Ceilândia e a implantação de um novo campus universitário, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, juntamente com os cursos de enfermagem, farmácia, fisioterapia e gestão em saúde, iniciando suas atividades no 2º semestre de 2008, em consonância com a missão da universidade e com a experiência da já existente Faculdade de Ciências da Saúde (UnB, 2009).

De acordo com a coordenadora do curso de graduação em terapia ocupacional entrevistada, a criação de um campus em Ceilândia se deu pela pressão da comunidade local, que há muito tempo reivindicava uma universidade pública. Já a proposição de tais cursos veio a partir de um levantamento realizado pela Faculdade de Ciências da Saúde da UnB acerca das necessidades da região. Até então, não havia curso público de formação na área da terapia ocupacional na região centro-oeste do país.

A proposta de criação desse campus tem como objetivos gerais:

“(1) ampliar a oferta de vagas públicas para a formação de profissionais da saúde; (2) integrar o processo de formação universitária ao Sistema Único de Saúde (SUS); (3) contribuir com a produção de conhecimento na área de saúde com contribuições para a implantação e fortalecimento do SUS e (4) aproximar o espaço acadêmico dos centros populacionais” (UnB, 2007, p.8).

Assim, o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB busca a formação de um profissional capacitado para atuar junto à população assistida pelo SUS, com vistas a garantir a funcionalidade humana no campo das práticas da terapia ocupacional, em todos os níveis de atenção à saúde (UnB, 2007). Ainda, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional (BRASIL, 2002), trabalha-se na perspectiva de uma formação generalista, humanista,

crítica e reflexiva, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades gerais e específicas.

Segundo a coordenadora do curso, os objetivos são formar um profissional para atuar no sistema de saúde vigente no país, ou seja, uma formação voltada para o Sistema Único de Saúde e seus níveis de atenção.

O curso se iniciou ofertando 45 vagas semestrais, que aumentaram, em 2010, para 50, totalizando, portanto, 100 vagas anuais, sendo o ingresso mediante concurso vestibular, programa de avaliação seriada<sup>13</sup> e sistema de cotas.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB está ligado diretamente à Faculdade de Ceilândia, pertencente à Universidade, assim como os demais cursos criados no mesmo processo, não havendo departamentos.

Quanto aos recursos humanos específicos, quando da entrevista com a coordenação do curso, havia 12 docentes efetivos, porém com concursos abertos na perspectiva de se atingir 20, como previsto inicialmente. Conta também com dois docentes substitutos.

Conforme a entrevistada, o curso tem boas condições para o seu desenvolvimento, em termos de recursos físicos, financeiros e materiais, embora parte das instalações ainda esteja no campus provisório, enquanto o campus definitivo não é finalizado, sendo que a previsão é de que tais condições fiquem ainda melhores com essa finalização.

Além disso, dentro das perspectivas, o curso está em processo de implantação do serviço de terapia ocupacional no hospital universitário, o que, de acordo com a docente, facilitará a inserção do aluno na rede de saúde. Ademais, busca-se a melhora da titulação do corpo docente, pois, do total, apenas quatro possuem

---

<sup>13</sup> Processo no qual o candidato é avaliado em três etapas consecutivas, uma ao final de cada ano do ensino médio. Para cada série do ensino médio há uma seleção diferente, com provas específicas ao conhecimento adquirido em cada ano de estudo. A escolha do curso pretendido só pode ser feita pelo estudante na terceira e última etapa do processo de avaliação.

doutorado, o que juntamente com a contratação dos novos docentes, permitirá o desenvolvimento de mais atividades de pesquisa e extensão.

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB foi aprovado em 2009 e se referencia no Projeto Pedagógico Institucional, coletivamente construído, com um entendimento de uma educação que concebe o aluno como sendo pleno de possibilidades e que não se limita apenas a uma função instrumental (UnB, 2009).

Com base nisso, nos objetivos do curso e da Faculdade de Ceilândia, o currículo se estrutura em núcleos interdependentes, proporcionando aos estudantes contato e experiência com os conteúdos e situações práticas de maneira integrada.

Tais núcleos são:

- Modo de Vida: voltado aos conteúdos acerca dos processos de trabalho enquanto produção e reprodução da sociedade, com suas relações sociais características e seus campos de saberes e práticas em saúde inerentes.
- Sistemas Biológicos: voltado aos conteúdos e abordagens de compreensão dos sistemas biológicos implicados no processo saúde-doença.
- Modo Integrador: por meio de seminários integrativos, busca a sistematização das problemáticas trabalhadas durante o semestre, em uma perspectiva interdisciplinar.
- Instrumentalização em Terapia Ocupacional: voltado para a qualificação da ação dos graduandos a partir dos conteúdos e abordagens diretamente implicados na prática da terapia ocupacional.
- Cenários de Prática Profissional: voltado para os conteúdos, abordagens e vivências orientados ao exercício da reflexão e proposição de práticas em terapia ocupacional.

Durante os dois primeiros semestres, os módulos Modo de Vida e Sistemas Biológicos, em partes, são comuns e trabalhados conjuntamente nos cinco cursos de graduação da Faculdade de Ceilândia: terapia ocupacional, enfermagem, farmácia, fisioterapia e saúde coletiva. Após o segundo semestre, os cursos avançam progressivamente do sentido das especificidades de cada profissão, mantendo, todavia, momentos de integração, por meio dos Seminários Integrativos, desenvolvidos no Modo Integrador.

Assim, propõe-se que a matriz curricular obrigatória do curso de graduação em terapia ocupacional da UnB se desenvolva da seguinte forma:

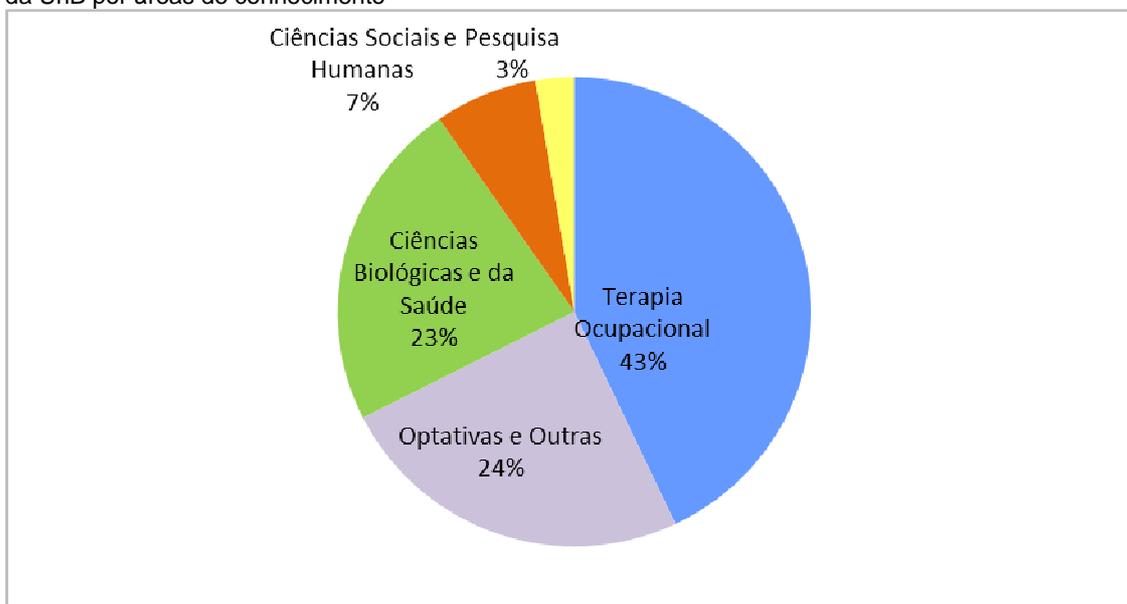
1º Semestre				
Núcleo	Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Modo Integrador	Seminário Integrativo 1	30	15	15
Modo de Vida	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	30	30	-
Modo de Vida	Saúde e Sociedade 1	60	30	30
Modo de Vida	Epidemiologia Descritiva	60	30	30
Modo de Vida	Do Átomo à Vida 1	60	30	30
Sistemas Biológicos	Da Células aos Sistemas	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Fundamentos de Terapia Ocupacional	30	30	-
2º Semestre				
Núcleo	Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Modo Integrador	Seminário Integrativo 2	30	15	15
Modo de Vida	Saúde e Sociedade 2	60	30	30
Modo de Vida	Epidemiologia Analítica	60	30	30
Modo de Vida	Do Átomo a Vida 2	60	30	30
Sistemas Biológicos	Da Célula aos Sistemas 2	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Fundamentos de Terapia Ocupacional: Atividade Humana	60	60	-
3º Semestre				
Núcleo	Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Modo Integrador	Seminário Integrativo 3	30	15	15
Modo de Vida	Introdução à Pesquisa Científica	30	30	-
Modo de Vida	Políticas, Sistemas e Serviços de Saúde	60	60	-
Sistemas Biológicos	Da Células aos Sistemas 3	60	30	30
Sistemas Biológicos	Mecanismos de Agressão e Defesa 1	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Fundamentos de Terapia Ocupacional: Movimento	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Ocupação e Saúde	30	30	-
4º Semestre				
Núcleo	Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Modo Integrador	Seminário Integrativo 4	30	15	15
Sistemas Biológicos	Mecanismos de Agressão e Defesa 2	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional Baseada em Evidências 1	30	30	-
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção Básica: Avaliação	30	15	15
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção de Média Complexidade: Avaliação	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção de Alta Complexidade: Avaliação	30	15	15
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional no Processo de Reabilitação: Avaliação	60	30	30
5º Semestre				
Núcleo	Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Modo Integrador	Seminário Integrativo 5	30	15	15
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional Baseada em Evidências 2	30	30	-
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção Básica: Recursos Terapêuticos	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção de Média Complexidade: Recursos Terapêuticos	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção de Alta Complexidade: Recursos Terapêuticos	30	15	15
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional no Processo de Reabilitação: Recursos Terapêuticos	60	30	30
6º Semestre				
Núcleo	Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Modo Integrador	Seminário Integrativo 6	30	15	15
Modo de Vida	Gestão de Serviços e Recursos Humanos em Terapia Ocupacional	30	30	-
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional Baseada em Evidências 3	30	30	-
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção Básica: Intervenção	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção de Média Complexidade: Intervenção	60	30	30
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional na Atenção de Alta Complexidade: Intervenção	30	15	15
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Terapia Ocupacional no Processo de Reabilitação: Intervenção	60	30	30
7º Semestre				
Núcleo	Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Trabalho de Conclusão de Curso em Terapia Ocupacional 1	30	-	30
Modo Integrador	Seminário Integrativo 7	30	15	15
Cenários e Práticas em Terapia Ocupacional	Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional 1	300	-	300
8º Semestre				
Núcleo	Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Instrumentalização em Terapia Ocupacional	Trabalho de Conclusão de Curso em Terapia Ocupacional 2	30	-	30
Modo Integrador	Seminário Integrativo 8	30	15	15
Cenários e Práticas em Terapia Ocupacional	Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional 2	300	-	300

- Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
- Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
- Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
- Disciplinas ligadas à Pesquisa
- Disciplinas Eletivas e outras

Tem-se uma carga de 2580 horas, às quais são acrescentadas de 840 horas de disciplinas optativas, que devem ser cumpridas pelo graduando ao longo do curso, de acordo com seus interesses, e 150 horas de atividades complementares diversas, tendo o curso um total de 3570 horas, distribuídas em, no mínimo, quatro anos e, no máximo, oito.

Calculando-se a carga horária destinada às disciplinas de acordo com as áreas de conhecimento por nós identificadas, temos uma distribuição percentual como mostrada pelo Gráfico 6:

Gráfico 6: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB por áreas de conhecimento



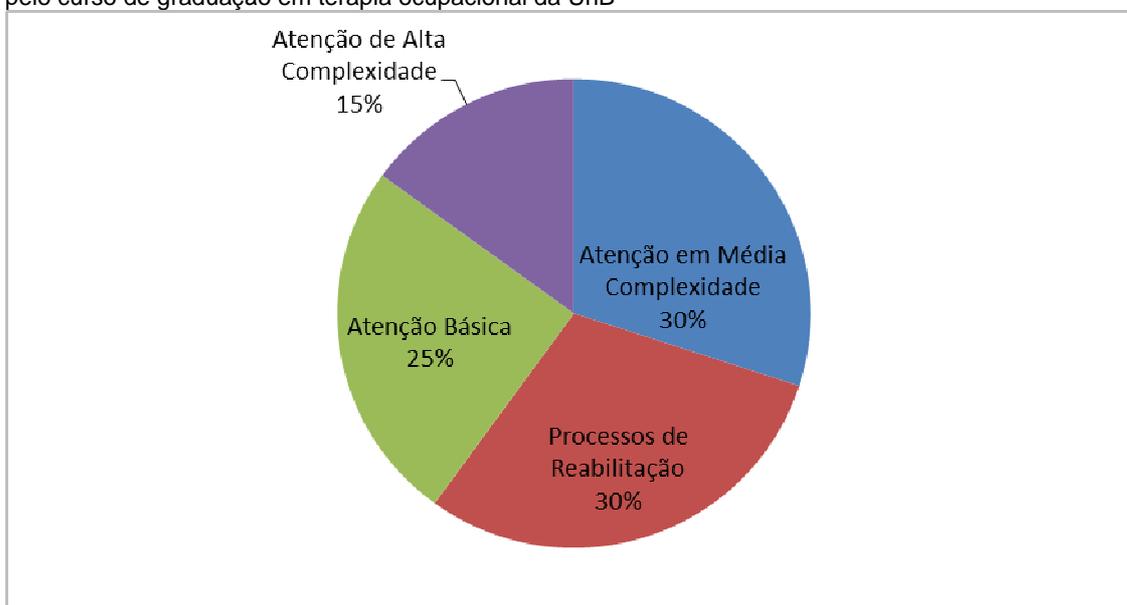
Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB

Podemos perceber que boa parte dos conteúdos trabalhados no curso são específicos da área da terapia ocupacional (43%). Há também uma representação significativa de conteúdos optativos (24%) e daqueles ligados às ciências biológicas e da saúde (23%), com menor expressão de temáticas relativas às ciências sociais e humanas (7%) e à pesquisa (3%).

Especialmente no que se refere aos conteúdos da terapia ocupacional, a maior parte da carga horária é voltada para os conteúdos práticos, 930 horas (63%), e, em menor quantidade os conteúdos teóricos, 540 horas (37%).

Como explanado, o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB não pauta a sua formação pelas áreas de atuação da profissão e sim pelo campo da saúde e seus diferentes níveis de atenção. O Gráfico 6.1 representa a distribuição percentual da carga horária, de acordo com esses pressupostos:

Gráfico 6.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UnB



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB

Tem-se, assim, uma divisão igualitária de carga horária destinada a atuação da terapia ocupacional na atenção de média complexidade e nos processos de reabilitação (30%), um pouco menor à atuação em atenção básica (25%) e uma menor representatividade da atenção de alta complexidade.

No entanto, ao dividir a atuação da terapia ocupacional em atenção básica, atenção de média complexidade, atenção de alta complexidade em saúde e em processos de reabilitação, coloca-se uma contradição ao preceito de níveis de atenção à saúde, visto que este último se caracteriza como uma das modalidades de

intervenção das atenções de média e alta complexidade, havendo, portanto, ênfase maior nesses dois níveis.

Para a coordenadora, embora ainda poucos alunos tenham sido formados e apesar de todas as dificuldades enfrentadas no início da sua implantação, o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB tem conseguido preparar profissionais com perfil crítico e ativo, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico, qualificados tecnicamente, mas também com uma formação mais geral e humana.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade de Brasília*

Como podemos ver pelo exposto acerca do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília, a terapia ocupacional social não é uma área de formação contemplada.

De acordo com a coordenadora do curso entrevistada, como o curso é muito voltado para o Sistema Único de Saúde falta espaço para uma discussão maior de outros campos, como, por exemplo, do campo social. No entanto, tem se discutido entre os docentes a necessidade de inserção da área, com a reformulação do Projeto Político-Pedagógico prevista para se iniciar em breve.

Ainda segundo a coordenadora, para minimizar essa insuficiência, têm sido inseridos alguns conteúdos em torno do campo, principalmente de ordem prática, como visitas à atuação nos equipamentos sociais, em alguns momentos do curso, especialmente nos referentes aos processos de reabilitação.

Indo ao encontro dessas perspectivas, uma das vagas para o concurso aberto é para a área da terapia ocupacional social, visto que, apesar de alguns dos atuais docentes trabalharem com temáticas de interface, ainda há carência de um professor com esse perfil específico para desenvolver a área.

Nesse sentido, a coordenadora avalia como sendo uma área em defasagem no curso, pois não há um espaço para que seus conteúdos sejam trabalhados

adequadamente, e o que existe é muito incipiente devido, principalmente, pelo perfil do curso. Mudar isso é uma das propostas a serem discutidas na futura reforma curricular.

### **3.8. Universidade Federal do Pará**

Como citado no item Procedimentos Metodológicos, a entrevista com o coordenador do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi realizada durante o XVI Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional, entretanto, por problemas técnicos, o áudio não foi gravado. Realizamos novo contato com o coordenador, porém não conseguimos entrevistá-lo novamente. Portanto, os dados aqui apresentados estão baseados no Projeto Político-Pedagógico e em algumas informações coletadas na página eletrônica do curso.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPA foi implantado em 2009, por meio da adesão da universidade ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, como proposta do seu Instituto de Ciências da Saúde (ICS), que também tinha como objetivo a maximização do aproveitamento de seus recursos para melhor atender às demandas sociais da região (UFPA, 2008).

De acordo com o seu Projeto Político-Pedagógico, a criação do curso sempre foi uma aspiração dos docentes dos outros cursos da área da saúde: enfermagem, farmácia, medicina, nutrição e odontologia, todos ligados ao ICS.

Até aquele momento, existiam apenas duas instituições responsáveis pela formação de profissionais na área na região Norte do país, uma pública: Universidade do Estado do Pará e uma privada, Universidade da Amazônia.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPA oferece 30 vagas anuais, por meio de concurso vestibular, e está vinculado à Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (FFTO), do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA, juntamente com o curso de graduação em fisioterapia, criado por meio desse mesmo processo.

Em relação aos recursos humanos, de acordo com a página eletrônica da FFTO, a área de terapia ocupacional conta com seis docentes efetivos específicos da área, contratados em regime de dedicação exclusiva pelo Instituto de Ciências da Saúde.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPA tem como objetivo formar um profissional capacitado para atuar nos níveis de atenção nas áreas da saúde, educacional e social, assim como em outras políticas públicas, com uma perspectiva interdisciplinar, na promoção e prevenção, assistência, planejamento e gestão de ações em saúde, e pesquisa na área. Ainda, “conscientizar o profissional sobre o seu papel na sociedade, comprometido com a melhoria das condições para uma qualidade de vida digna aos indivíduos, em especial, na região norte do país” (UFPA, 2008, p. 10).

Visa o desenvolvimento de habilidades e competências gerais e específicas, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional (BRASIL, 2002), em busca de um profissional com perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo.

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPA, elaborado em 2008 e aprovado em 2009, pauta-se pelos princípios

da pedagogia interativa onde a operacionalização dos eixos temáticos que integralizam os conteúdos deve-se dar através de problemas relacionados à multicausalidades dos fatores que interferem no processo saúde/doença da população: os momentos efetivos de ensino-aprendizagem, tendo como principal desafio a valorização de questionamentos voltados para responder qual é a melhor evidencia em defesa de uma argumentação, hipótese ou conduta, em todos os momentos da operacionalização do Currículo (UFPA, 2008, p. 18).

Toma como base do processo didático-pedagógico as metodologias ativas, onde o aluno é o sujeito da aprendizagem e o professor o mediador e facilitador deste processo.

A matriz curricular definida pelo Projeto Político-Pedagógico propõe um desenvolvimento vertical, na medida em que se inicia com uma fundamentação teórica básica, passando pelas fases da vida e culminado nos estágios supervisionados e, ainda, pelas atividades de formação prática nos serviços desde as séries iniciais do curso, com complexidade crescente. Ela está organizada em módulos semestrais, que buscam integrar horizontalmente os seguintes eixos temáticos:

- Saúde, Condição Humana e Sociedade: abrange os conteúdos teóricos e práticos das ciências biológicas, assim como o estudo dos seres humanos e de suas relações sociais e do processo saúde-doença nas suas múltiplas determinações.
- Cidadania e Desenvolvimento Humano: contempla a integração dos aspectos psico-sociais, culturais, filosóficos, antropológicos e epidemiológicos, e os conhecimentos relativos às políticas sociais.
- Atividade Humana e Terapia Ocupacional: compreende os conhecimentos da terapia ocupacional na saúde da criança, do adolescente, adulto e idoso.
- Métodos e Técnicas da Terapia Ocupacional: inclui-se os conteúdos referentes à aplicação de métodos e técnicas da terapia ocupacional aos processos saúde-doença e ao planejamento e gestão de serviços, tecnologia assistiva e normas de acessibilidade e a terapia ocupacional nas diferentes áreas de atuação.

Os módulos são dispostos transversalmente aos eixos temáticos e desenvolvem os conteúdos de cada eixo simultaneamente, através de um tema comum (UFPA, 2008).

Assim, a matriz curricular está prevista para se desenvolver da seguinte forma:

1º semestre	
Módulo	CH Total <sup>14</sup>
Concepção e Formação do Ser Humano	120
Fundamentos em Saúde e em Outras Políticas Públicas I	120
Fundamentos em Terapia Ocupacional I	30
Projeto de Trabalho – Atividade Prática- Aplicativa I	30
Seminário de Integração em Saúde I	15
Laboratório de Atividades Profissionais I	15
2º semestre	
Módulo	CH Total
Desenvolvimento Humano I: Aspectos Biológicos	150
Desenvolvimento Humano II: Aspectos Antropológicos e Psicossociais	90
Fundamentos em Saúde e em Outras Políticas Públicas II	90
Fundamentos em Terapia Ocupacional II	45
Projeto de Trabalho – Atividade Prática- Aplicativa II	30
Seminário de Integração em Saúde II	15
Laboratório de Atividades Profissionais II	15
3º semestre	
Módulo	CH Total
Desenvolvimento Humano III: Aspectos Éticos, Bioéticos e Psicossociais	60
Fundamentos em Saúde e em Outras Políticas Públicas III	135
Fundamentos em Terapia Ocupacional III	150
Projeto de Trabalho – Atividade Prática- Aplicativa III	30
Seminário de Integração em Saúde III	15
Laboratório de Atividades Profissionais III	30
4º semestre	
Módulo	CH Total
Saúde da Criança e do Adolescente	120
Fundamentos e Recursos em Terapia Ocupacional	150
Projeto de Trabalho – Atividade Prática- Aplicativa IV	30
Seminário de Integração em Saúde IV	15
Laboratório de Atividades Profissionais IV	30
5º semestre	
Módulo	CH Total
Saúde do Adulto I	225
Fundamentos e Recursos em Terapia Ocupacional	120
Projeto de Trabalho – Atividade Prática- Aplicativa V	45
Seminário de Integração em Saúde V	15
Laboratório de Atividades Profissionais V	30
6º semestre	
Módulo	CH Total
Saúde do Adulto II	300
Projeto de Trabalho – Atividade Prática- Aplicativa VI	30
Seminário de Integração em Saúde VI	15
Laboratório de Atividades Profissionais VI	30
7º semestre	
Módulo	CH Total
Saúde do Idoso	315
Projeto de Trabalho – Atividade Prática- Aplicativa VII	30
Seminário de Integração em Saúde VII	15
Laboratório de Atividades Profissionais VII	30
8º semestre	
Módulo	CH Total
Estágio Supervisionado I	300
Trabalho de Conclusão de Curso	30
9º semestre	
Módulo	CH Total
Estágio Supervisionado II	330
Trabalho de Conclusão de Curso II	60
10º semestre	
Módulo	CH Total
Estágio Supervisionado III	240
Trabalho de Conclusão de Curso III	60

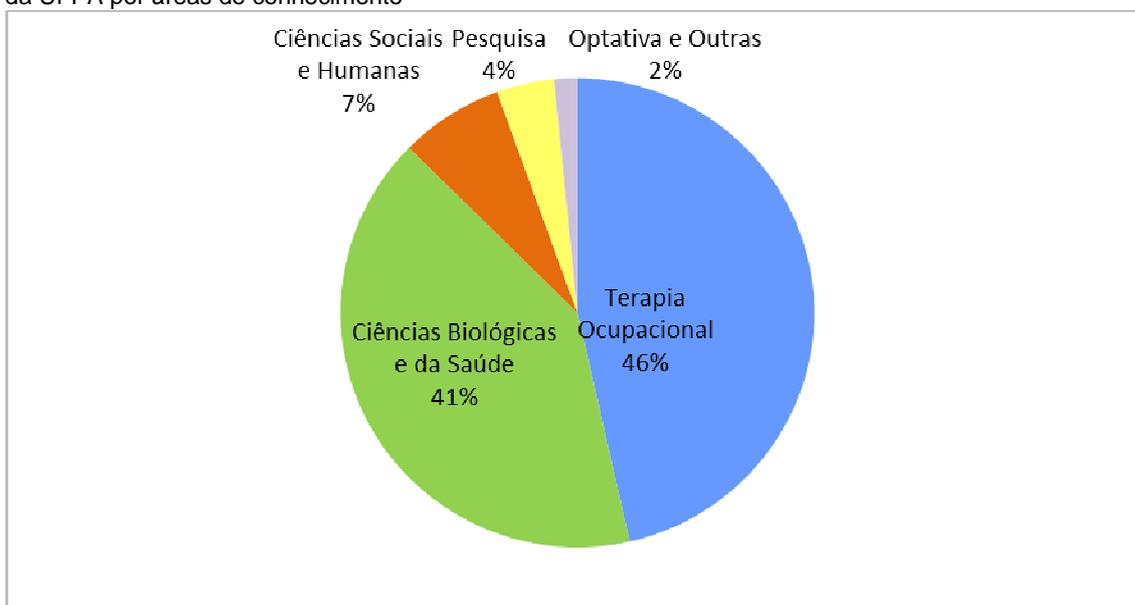
- Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
- Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
- Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
- Disciplinas ligadas à Pesquisa
- Disciplinas Eletivas e outras

<sup>14</sup> Não tivemos acesso à divisão da carga horária total em conteúdos teóricos e práticos.

A carga proposta para os módulos obrigatórios é de 3750 horas, que são acrescidas de 60 horas de módulos optativos e 240 horas de atividades complementares, que devem ser cumpridas ao longo do curso. O tempo mínimo para integralização é de cinco anos e o máximo é de setes anos e meio.

Distribuindo a carga horária da matriz curricular de acordo com as áreas de conhecimento por nós identificadas, temos a seguinte representação gráfica:

Gráfico 7: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPA por áreas de conhecimento



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPA

Observa-se que a maioria dos conteúdos trabalhados no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPA são específicos da profissão (46%) e ligados às ciências biológicas e da saúde (41%), seguidos por menor expressão dos conteúdos ligados às ciências sociais e humanas (7%), à pesquisa (4%) e de conteúdos optativos (2%).

Em relação à formação profissional em terapia ocupacional, como mostrado, ela está dividida conforme fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e idoso, no entanto, a matriz curricular, da maneira que é apresentada no Projeto Político-Pedagógico, não nos mostra como isso se dá. Ainda, como não

pudemos entrevistar novamente o coordenador do curso, não foi possível ter mais esclarecimentos. Fica também a dúvida de como se dá a formação nas áreas de especialidades da terapia ocupacional.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal do Pará*

Como citado anteriormente, a matriz curricular definida pelo atual Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará está estruturada de acordo com fases do desenvolvimento humano e não nos permite saber mais acerca da formação profissional direcionada às diversas áreas de atuação, logo, não temos, igualmente, como dimensionar a formação na área da terapia ocupacional social nesse curso. Porém, o que se vê é um forte direcionamento da formação para a área da saúde, conforme a distribuição da carga horária por áreas de conhecimento mostrada no Gráfico 7.

### **3.9. Universidade Federal do Espírito Santo**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sediado na capital Vitória, teve início em 2009 a partir da adesão da instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, em conformidade com o Planejamento Estratégico 2005-2010 da universidade, que tinha como umas das estratégias para o ensino a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação.

O curso de terapia ocupacional foi criado pelo Centro de Ciências da Saúde (CCS), ao qual permanece ligado, juntamente com o de graduação em fisioterapia; CCS já abrigava outros quatro cursos: odontologia, medicina, enfermagem e farmácia (UFES, 2007).

Oferece 50 vagas por ano, com entradas semestrais de 25 alunos, sendo o ingresso por concurso vestibular também semestral.

Quanto aos recursos humanos específicos da área, completou-se em 2013 a contratação de 12 professores efetivos previstos, em regime de dedicação exclusiva, vinculados ao Departamento de Educação Integrada em Saúde do Centro de Ciências da Saúde. Com o preenchimento de todas as vagas docentes, de acordo com a representante do curso entrevistada, espera-se o desmembramento do Departamento comum e a criação do departamento de Terapia Ocupacional. Além dos docentes, há ainda duas terapeutas ocupacionais ligadas à área para darem apoio às atividades de formação prática, contudo, também segundo a docente, elas foram realocadas para o Hospital Universitário, correspondendo majoritariamente às demandas desse serviço e às atividades do curso vinculadas a ele.

Em relação às condições de desenvolvimento do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFES, a docente entrevistada vê como sendo muito precárias, uma vez que faltam recursos físicos, financeiros e materiais, pois parte da verba total vinda por meio do REUNI foi investida em outras necessidades da

universidade. Tal problemática tem sido compensada com o grande empenho do corpo docente, que em relação ao número de alunos também é insuficiente, para se ter uma qualidade mínima de formação.

No que tange às perspectivas e projetos, a representante pontua que o curso está passando por uma reestruturação do seu Projeto Político-Pedagógico, na direção da construção de um perfil o mais generalista possível. A previsão é que esse processo seja concluído em 2013 e entre em vigor em 2014. Tem-se trabalhado também na direção de maior qualificação do corpo docente, através da obtenção de maiores titulações, tendo em vista que apenas quatro docentes são doutores, como meio para se acessar maiores possibilidades em termos de pesquisa. Do mesmo modo, busca-se um maior esclarecimento sobre as possibilidades de contribuição e atuação da terapia ocupacional nos diversos serviços e campos, devido à carência de profissionais da área no estado.

O Projeto Político-Pedagógico do curso foi construído em 2007, no momento de sua proposição e se mantém ainda em vigor. Sua elaboração, conforme a docente entrevistada foi realizada, por um grupo de professores que compunha o único curso de graduação em terapia ocupacional do Espírito Santo, desenvolvido por uma IES privada, a pedido do Centro de Ciências da Saúde da UFES. Ele tem como objetivo proporcionar aos jovens do estado a formação graduada na área em uma instituição pública, além de contribuir com o Sistema Único de Saúde “com a formação de profissionais necessários para as equipes da saúde pública” (UFES, 2007, p.19).

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFES busca uma formação generalista, com os conhecimentos necessários para o exercício das competências e habilidades gerais e específicas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002), bem como de um profissional:

Plenamente engajado na realidade brasileira e nas políticas públicas de saúde, apto a intervir de maneira crítico-reflexiva na promoção da saúde do Homem – quer em nível pessoal ou social e na construção da ciência; com a habilidade

de aplicar princípios biológicos, técnicos científicos e éticos para proporcionar qualidade de vida à população (UFES, 2007, p. 24).

Ainda, conforme seu projeto, o curso pauta-se pela educação para a atenção integral à saúde, buscando promover uma prática interdisciplinar, com integração dos conhecimentos estudados, e embasando solidamente o terapeuta ocupacional para intervir em todos os campos de atuação (UFES, 2007).

Seguindo as DCN (BRASIL, 2002), a matriz curricular do curso é composta por conteúdos das áreas das ciências biológicas e da saúde, das ciências sociais e humanas e específicos da terapia ocupacional (UFES,2007). Para a representante do curso, ele segue um modelo bastante tradicional, com inserção maior nos primeiros semestres de conteúdos das áreas básicas, principalmente biológicas, com aumento gradativo dos conteúdos da terapia ocupacional e das suas áreas de atuação, finalizando com o estágio supervisionado e com o trabalho de conclusão de curso.

Até o ano de 2012, a matriz curricular era distribuída em no mínimo oito semestres, no entanto, segundo a docente entrevistada, devido à sua elevada carga horária, no início do processo de reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação, esse período teve que ser ampliado para dez semestres, a partir de 2013, mantendo-se, contudo, toda a sua estrutura disciplinar.

Como não tivemos acesso a essa nova distribuição das disciplinas, apresentamos a seguir a matriz curricular conforme o Projeto Político-Pedagógico de 2007:

## 1º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Anatomia Humana	60	30	30
Biologia Celular e Embriologia Geral	60	45	15
Bioquímica	60	30	30
Saúde e Sociedade I	60	60	-
Fundamentos e História da Terapia Ocupacional	30	30	-
Educação Integrada em Terapia Ocupacional I	45	30	15
Fundamentos da Pesquisa Científica I	30	30	-
Recursos Terapêuticos e Análise de Atividades I (Lúdicas)	60	30	30
Optativa I	60	30	30

## 2º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Fisiologia Humana	90	60	30
Neuroanatomia Funcional	60	30	30
Saúde e Sociedade II	45	45	-
Recursos Terapêuticos e Análise de Atividades II (Pláticas)	60	30	30
Fundamentos da Pesquisa Científica II	30	30	-
Educação Integrada em Terapia Ocupacional II	30	30	-
Atividades no Desenvolvimento da Infância e Adolescência	90	60	30
Optativa II	45	30	15

## 3º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Farmacologia	60	45	15
Patologia Geral	60	30	30
Movimento Humano	90	60	30
Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva	45	45	-
Atividades do Desenvolvimento na Fase Adulta	60	45	15
Saúde do Trabalhador	45	30	15
Recursos Terapêuticos e Análise de Atividades III (Artesanato)	60	30	30
Modelos e Técnicas de Terapia Ocupacional I	45	45	-

## 4º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Terapia Ocupacional em Saúde Mental e Psiquiatria I	90	60	30
Terapia Ocupacional em Saúde do Trabalhador	60	30	30
Terapia Ocupacional Social	60	30	30
Terapia Ocupacional e Saúde da Mulher	60	30	30
Recursos Terapêuticos e Análise de Atividades IV (Corporais)	45	15	30
Abordagens Grupais em Terapia Ocupacional	60	30	30
Modelos e Técnicas de Terapia Ocupacional II	60	60	-
Optativa III	45	45	-

## 5º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Tecnologia Assistiva I – Adaptações e Softwares	45	30	15
Terapia Ocupacional em Pediatria	90	45	45
Terapia Ocupacional em Ortopedia e Reumatologia	105	45	60
Terapia Ocupacional Hospitalar	90	45	45
Terapia Ocupacional em Saúde Mental e Psiquiatria II	60	30	30
Ética e Deontologia	30	30	-
Terapia Ocupacional e Gestão de Serviços de Saúde	45	45	-
Optativa IV	45	30	15

## 6º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Tecnologia Assistiva II – Próteses e Órteses	60	30	30
Terapia Ocupacional em Geriatria e Gerontologia	90	45	45
Terapia Ocupacional em Neurologia	120	60	60
Reabilitação Profissional e Acessibilidade	45	45	-
Terapia Ocupacional em Educação	60	30	30
Terapia Ocupacional Baseada em Evidências	60	60	-
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I	30	30	-

## 7º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II	60	60	-
Estágio Supervisionado I – Saúde Física	225	-	225
Estágio Supervisionado II – Saúde Mental	225	-	225

## 8º semestre

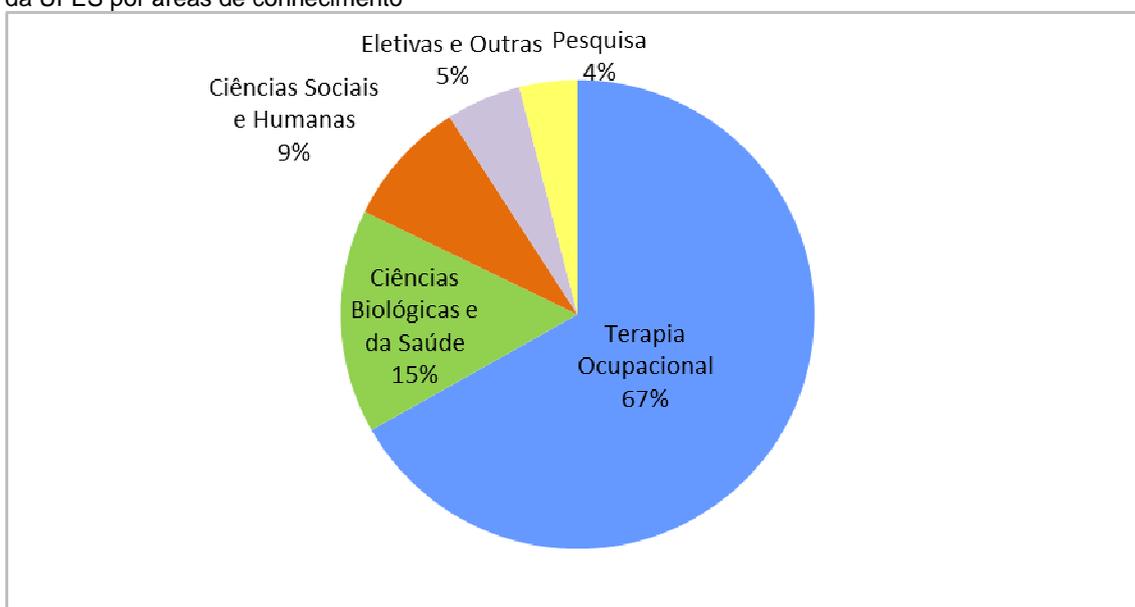
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Supervisionado III – Área Social	225	-	225
Estágio Supervisionado IV – Área de preferência profissional	225	-	225

- Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
- Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
- Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
- Disciplinas ligadas à Pesquisa
- Disciplinas Eletivas e outras

Trata-se de um total de 3795 horas, sendo 1920 horas (50,5%) de conteúdos teóricos e 1875 horas (49,5%) de conteúdos práticos, distribuídas, atualmente, em no mínimo cinco anos e no máximo em sete. A isso, somam-se 200 horas de atividades complementares que devem ser cumpridas até o final do curso.

Distribuindo-se a carga horária total da matriz curricular acima apresentada de acordo com as áreas de conhecimento por nós assinaladas, teremos a seguinte distribuição percentual, de acordo com o Gráfico 8:

Gráfico 8: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFES por áreas de conhecimento



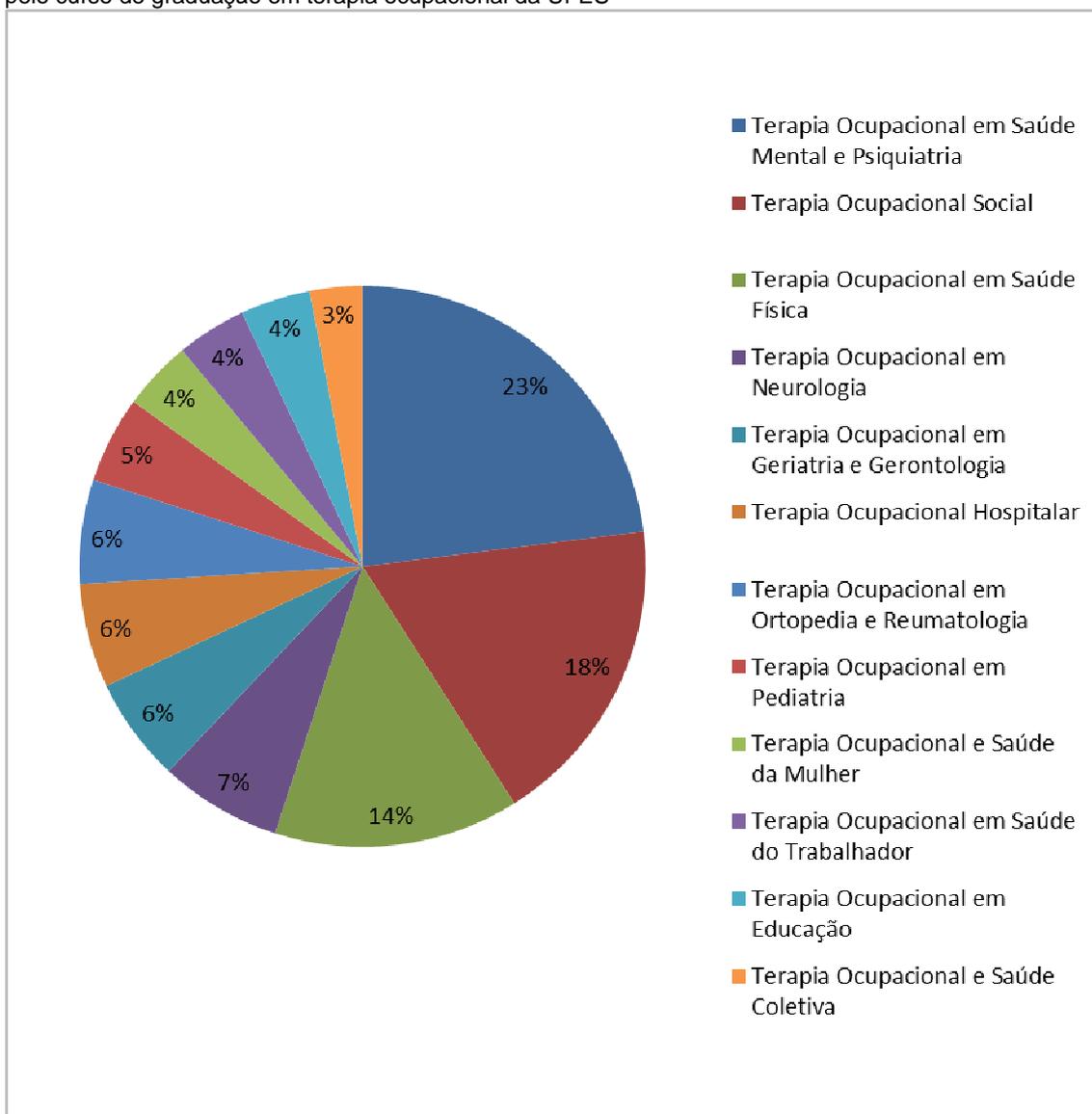
Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFES

Verifica-se, deste modo, que a grande maioria dos conteúdos trabalhados no curso de graduação em terapia ocupacional da UFES são específicos da profissão (67%), seguidos por conteúdos das ciências biológicas e da saúde (15%) e das ciências sociais e humanas (9%) e, em menor quantidade, conteúdos optativos e outros (5%) e aqueles ligados à pesquisa (4%).

Especificamente em relação aos conteúdos da área da terapia ocupacional, há um predomínio de carga horária voltada à formação prática, 1545 horas (61%) e 990 horas destinadas à formação teórica.

Ainda dentro desse conjunto de conteúdos, as áreas de atuação da terapia ocupacional com relação às quais o curso propõe a formação, incluindo-se as disciplinas aplicadas e de estágio supervisionado, de acordo com a carga horária, distribuem-se percentualmente, conforme demonstra-se a seguir:

Gráfico 8.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFES



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFES

Observa-se que temos uma maior carga horária voltada à formação profissional na área de Saúde Mental e Psiquiatria (23%), área Social (18%) e Saúde Física (14%), seguidos por Neurologia (7%), Geriatria e Gerontologia, Hospitalar e Ortopedia e

Reumatologia (6%), Pediatria (5%), Educação, Saúde da Mulher e Saúde do Trabalhador (4%) e Saúde Coletiva (3%).

No entanto, analisando essas áreas, percebe-se que apesar de estarem divididas didaticamente desta maneira, a maioria delas é uma subárea de uma área maior, especialmente disfunção física. Ainda, há uma sobreposição de abordagens, uma vez que existem divisões por faixa etária (infância, adolescência, idade adulta e envelhecimento), por contextos de atuação (contextos clínicos especiais) e por demandas (saúde mental, social, saúde coletiva e saúde do trabalhador).

A representante do curso entrevistada faz uma crítica quanto à formação desenvolvida no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFES pela sua formatação muito voltada para o campo da saúde e numa perspectiva às vezes muito positivista, sem muita reflexão, o que, com frequência, ocasiona sofrimento aos alunos ao entrarem em contato com conteúdos mais ligados às ciências sociais e humanas. Apesar disso, tem-se conseguido promover uma visão crítica por parte dos alunos, principalmente ligado à consciência da necessidade de recorrerem a outras discussões para além do que é ofertado no curso, o que tem produzido bons resultados.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal do Espírito Santo*

Como mostrado na matriz curricular do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo, o campo social é uma das áreas pautadas para a formação.

A disciplina nomeada Terapia Ocupacional Social, de caráter obrigatório, está inserida na matriz curricular no 4º semestre do curso, com 60 horas totais, sendo 30 horas de conteúdos teóricos e 30 de atividades práticas. Ela busca introduzir aos alunos a discussão do campo social e das práticas da terapia ocupacional nesse

campo e de alguns conceitos base para a área, tais como: sociedade, grupos sociais, redes sociais, desfiliação e exclusão/inclusão social; apresentar as diversas instituições assistências, educacionais e corretivas e a atuação do terapeuta ocupacional nesses espaços.

Com a mesma formatação de carga horária e inserção no currículo e de forma complementar, é oferecida a disciplina optativa Culturas, Grupos Sociais e Território, que busca oferecer bases teóricas para a compreensão de algumas interfaces entre cultura, sociedade e ação territorial e comunitária, promover o estudo de grupos populacionais que por razões sociais, culturais e históricas encontram-se em processos de ruptura de redes de suporte sociais e afetivas, e a atuação do terapeuta ocupacional no território, em espaços comunitários e em situações multiculturais.

Também de modo obrigatório, tem-se o estágio supervisionado na área, previsto para o 8º semestre, com carga horária totalmente prática de 225 horas.

Em relação aos recursos humanos, o curso conta atualmente com três docentes destinados especificamente para a formação na área, desde seus concursos públicos, sendo que dois foram contratados no início de 2013.

De acordo com a representante do curso, trabalha-se com perspectiva da realização de uma campanha, com apoio do CREFITTO – 2, para a contratação de terapeutas ocupacionais pelo setor da assistência social na região metropolitana de Vitória, visando assim o fortalecimento da área também no curso, com a ampliação de campos de estágio e preceptorias.

Igualmente de forma complementar, há a possibilidade de os alunos se inserirem em um projeto de extensão, desenvolvido pela docente que está no curso há mais tempo. A intenção é de que os outros dois docentes também contribuam com projetos de extensão na área. Ainda, os alunos que tiverem interesse podem desenvolver seus trabalhos de conclusão de curso em temáticas afins à terapia ocupacional social, sob orientação de tais docentes.

Apesar de a terapia ocupacional social ser uma das áreas de formação previstas para o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFES, embora a área ocupe uma expressão maior que outras no currículo, 18% da carga horária dentre as áreas de formação, ainda é substancialmente menor que outras, em especial saúde física. Além disso, conforme mostrado no Gráfico 8, os conteúdos ligados às ciências sociais e humanas, que possuem maior interface com a área da terapia ocupacional social, também são trabalhados com uma carga horária inferior no currículo, em comparação com os conteúdos das ciências biológicas e da saúde.

Essa constatação vai ao encontro da avaliação da representante do curso entrevistada e também docente da área, que vê a terapia ocupacional social como minoritária no curso. Mas, na sua avaliação, com as condições que o curso tem hoje e na forma como o currículo está organizado, conseguiu-se minimizar um pouco isso, com a criação da disciplina optativa e o desenvolvimento das práticas de pesquisa e extensão na área, possibilitando uma sensibilização para essas problemáticas. Todavia, para ela, os estudantes não sairão preparados para atuar no campo social, pois os conteúdos, além de não serem suficientes, são minoritários frente aos demais.

### **3.10. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) foi criado em 2009, com o processo de transformação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que até então, majoritariamente, ofertavam apenas cursos de nível médio, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passando a desenvolver também cursos de nível superior (BRASIL, 2008a; IFRJ, 2012).

Assim, este curso nasce com a proposta de expansão institucional e da iniciativa do IFRJ em ingressar na área da saúde, o que foi iniciado em 2008, com a criação do curso de graduação em farmácia. Este movimento, da mesma forma, vai ao encontro de uma reivindicação antiga da comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro quanto a ter escolas de formação públicas na região (IFRJ, 2012).

De acordo com a coordenadora do curso entrevistada, o interesse inicial foi pela criação do curso de graduação em fisioterapia, mas por intermédio do CREFFITO-2, foi possível esclarecer a importância de se ampliar para a terapia ocupacional, o que levou à criação dos dois cursos.

Esse foi o primeiro no estado do Rio de Janeiro a ser oferecido em uma IES pública, até então, haviam dois outros cursos vinculados a instituições privadas; é também o único no país vinculado a um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que se difere de uma universidade basicamente no que diz respeito ao seu estatuto, oferecendo cursos não apenas de nível superior, mas, do mesmo modo, trabalhando com o tripé ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 2008).

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do IFRJ está ligado diretamente à direção do campus Realengo, onde está alocado juntamente com mais dois cursos da área da saúde: fisioterapia e farmácia.

São oferecidas 35 vagas a cada semestre, totalizando, portanto, 70 vagas, sendo o ingresso via sistema Enem/SiSu, com uma seleção anual.

No que diz respeito aos recursos humanos, o curso conta com 12 docentes, sendo nove efetivos, em regime de dedicação exclusiva, e três temporários, havendo a previsão de abertura de novos concursos a fim de completar o quadro de 16 docentes efetivos, número inicialmente previsto no seu projeto.

Em relação às suas condições de desenvolvimento, a coordenadora coloca que o curso atualmente não tem tido problemas quanto a recursos físicos e materiais e recursos humanos específicos, no entanto, há carência de profissionais técnicos administrativos e de terapeutas ocupacionais na rede de serviços do município, o que onera o trabalho dos docentes.

Como perspectivas para o curso, ela aponta a melhor qualificação do corpo docente, visto que entre os efetivos há apenas uma doutora, para então poderem desenvolver mais as atividades de pesquisa e extensão, e isso como um meio para também se atingir um outro objetivo, que é firmar a marca da terapia ocupacional no IFRJ.

O Projeto Político-Pedagógico do curso entrou em vigor em 2012 e, de acordo com a coordenadora, é fruto de uma reformulação do primeiro Projeto, elaborado no momento da criação do curso. Sua construção envolveu estudos e reflexões coletivas, buscando incorporar as demandas da realidade local aos seus princípios filosóficos e metodológicos, assim como às Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional (BRASIL, 2002) e à missão do IFRJ (IFRJ, 2012).

Este Projeto pressupõe:

uma prática pedagógica que incentive a integração de múltiplos saberes e que explore as potencialidades de cada indivíduo, no sentido de formar profissionais de saúde preparados para o cuidado numa perspectiva de integralidade (IFRJ, 2012, p.53).

Adota, para isso, alguns princípios do construtivismo que, de modo geral, ressalta o papel determinante do aluno como agente ativo no seu próprio processo de aprendizagem, assim como metodologias ativas de ensino (IFRJ, 2012).

Busca o desenvolvimento das habilidades e competências gerais e específicas definidas pelas DCN para a graduação em terapia ocupacional, visando a formação de profissional generalista e apto para trabalhar “em equipes multiprofissionais, em ações intersetoriais, exercendo as competências necessárias ao campo das práticas e das políticas de saúde” (IFRJ, 2012, pg.57.).

Assim, o currículo se organiza para proporcionar uma formação integral:

estimulando simultaneamente a formação de sujeitos conscientes do seu papel na sociedade, de profissionais de saúde aptos para atuarem na melhoria das condições de saúde da população, na gestão e na educação. Em especial, formar profissionais terapeutas ocupacionais sensibilizados pelos princípios do SUS (IFRJ, 2012, p. 61).

A matriz curricular definida pelo Projeto Político-Pedagógico se organiza em torno de quatro eixos que deve nortear e perpassar todo o processo de formação:

- Eixo Formação Humana: constituído por disciplinas da área das ciências sociais e humanas.
- Eixo Formação em Saúde: abrange os conteúdos das ciências biológicas e da saúde.
- Eixo de Formação Específica em Terapia Ocupacional: compreende os conteúdos específicos da profissão e sua aplicabilidade em diversas áreas.
- Eixo Educação Permanente em Saúde: constituído por disciplinas que contemplam conhecimentos teóricos e práticos no campo da saúde, orientados pelo Sistema Único de Saúde.

Ainda, a cada semestre, as disciplinas são articuladas em torno de uma temática integradora, conforme a representação da matriz curricular abaixo:

## 1º semestre – Aproximação ao Campo da Saúde

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Metodologia Científica	60	45	15
Filosofia e Saúde	60	60	-
Bases Morfofuncionais dos Sistemas I	120	90	30
Bases Biológicas	60	45	15
História da Terapia Ocupacional	30	15	15
Fundamentos de Terapia Ocupacional	30	15	15
Recursos Terapêuticos Ocupacionais	90	45	45
Aproximação ao Campo da Saúde	60	30	30

## 2º semestre – Corpo, Movimento e Saúde

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Corpo e Sociedade	30	30	-
Bases Morfofuncionais dos Sistemas II	120	90	30
Movimento Humano	150	90	60
Corporeidade e Terapia Ocupacional	60	30	30
Métodos e Técnicas de Avaliação em Terapia Ocupacional	60	30	30
Terapia Ocupacional em Saúde Mental I	30	15	15
Humanização em Saúde	60	30	30

## 3º semestre – Saúde da Criança e do Adolescente

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Criança, Adolescente e Sociedade	30	30	-
Psicologia do Desenvolvimento	60	60	-
Saúde da Criança e do Adolescente	60	60	-
Genética e embriologia	60	60	-
Fundamentos de Microbiologia e Imunologia	30	30	-
Terapia Ocupacional nas Disfunções Neonatais	30	30	-
Terapia Ocupacional no Desenvolvimento Infantil	90	60	30
Terapia Ocupacional em Ação Social I	60	30	30
Terapia Ocupacional na Escola	30	15	15
Educação e Promoção em Saúde	60	30	30

## 4º semestre – Saúde da Mulher

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Mulher e Sociedade	30	30	-
Patologia Geral e Semiologia	90	60	30
Diagnóstico por Imagem e Exames Laboratoriais	60	30	30
Terapia Ocupacional em Traumatologia-Ortopedia e Reumatologia I	60	30	30
Terapia Ocupacional na Saúde da Mulher	60	30	30
Tecnologia Assistiva I	60	30	30
Terapia Ocupacional na Saúde Mental II	60	30	30
Ética e Deontologia em Terapia Ocupacional	30	30	-
Epidemiologia e Bioestatística	60	30	30

## 5º semestre – Saúde do Homem e da População Trabalhadora

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Homem, Sociedade e População Trabalhadora	60	60	-
Saúde do Homem e da População Trabalhadora	90	90	-
Terapia Ocupacional nas Disfunções Neurológicas	90	60	30
Terapia Ocupacional em Traumatologia-Ortopedia e Reumatologia II	60	30	30
Tecnologia Assistiva II	60	30	30
Terapia Ocupacional em Saúde Mental III	60	30	30
Terapia Ocupacional em Saúde da População Trabalhadora	60	30	30

## 6º semestre – Saúde do Idoso

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Idoso, Família e Sociedade	30	30	-
Terapia Ocupacional em Gerontologia	90	45	45
Terapia Ocupacional em Ação Social II	60	30	30
Terapia Ocupacional Hospitalar	60	30	30
Neuropsicologia e Reabilitação Cognitiva	60	30	30
Arte e Terapia Ocupacional	30	15	15
Estágio Curricular em Terapia Ocupacional I	120	60	60
Gestão e Controle Social	60	30	30

## 7º semestre – Integralidade do Cuidado

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Curricular em Terapia Ocupacional II	510	60	450
Seminário de Pesquisa em Terapia Ocupacional I	30	30	-

## 8º semestre – Integralidade do Cuidado

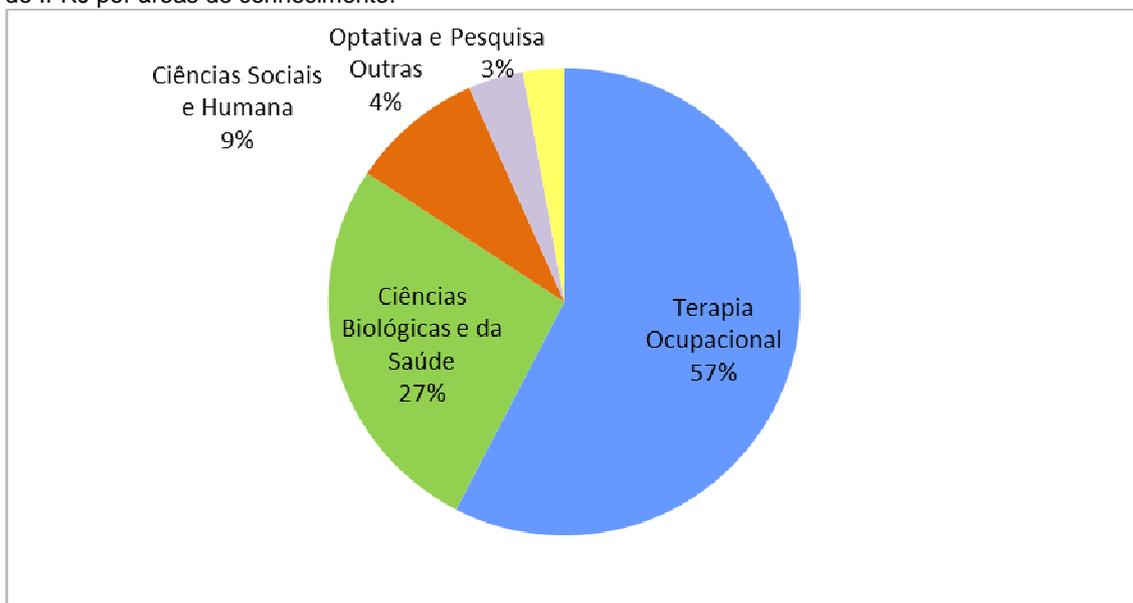
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Curricular em Terapia Ocupacional III	510	60	450
Seminário de Pesquisa em Terapia Ocupacional II	30	30	-

- Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
- Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
- Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
- Disciplinas ligadas à Pesquisa
- Disciplinas Optativas e Outras

As disciplinas obrigatórias somam uma carga de 4110 horas, sendo 2145 horas de conteúdos teóricos (52%) e 1965 horas de conteúdos práticos (48%). A esse valor são acrescentadas 162 horas de disciplinas optativas e 135 horas de atividades complementares, que os alunos devem desenvolver ao longo do período de formação, sendo, portanto, a carga horária total de curso 4407 horas.

Fazendo-se a distribuição da carga horária destinada a disciplinas, de acordo com as áreas de conhecimento assinaladas na matriz curricular, temos a seguinte representação percentual:

Gráfico 9: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do IFRJ por áreas de conhecimento.



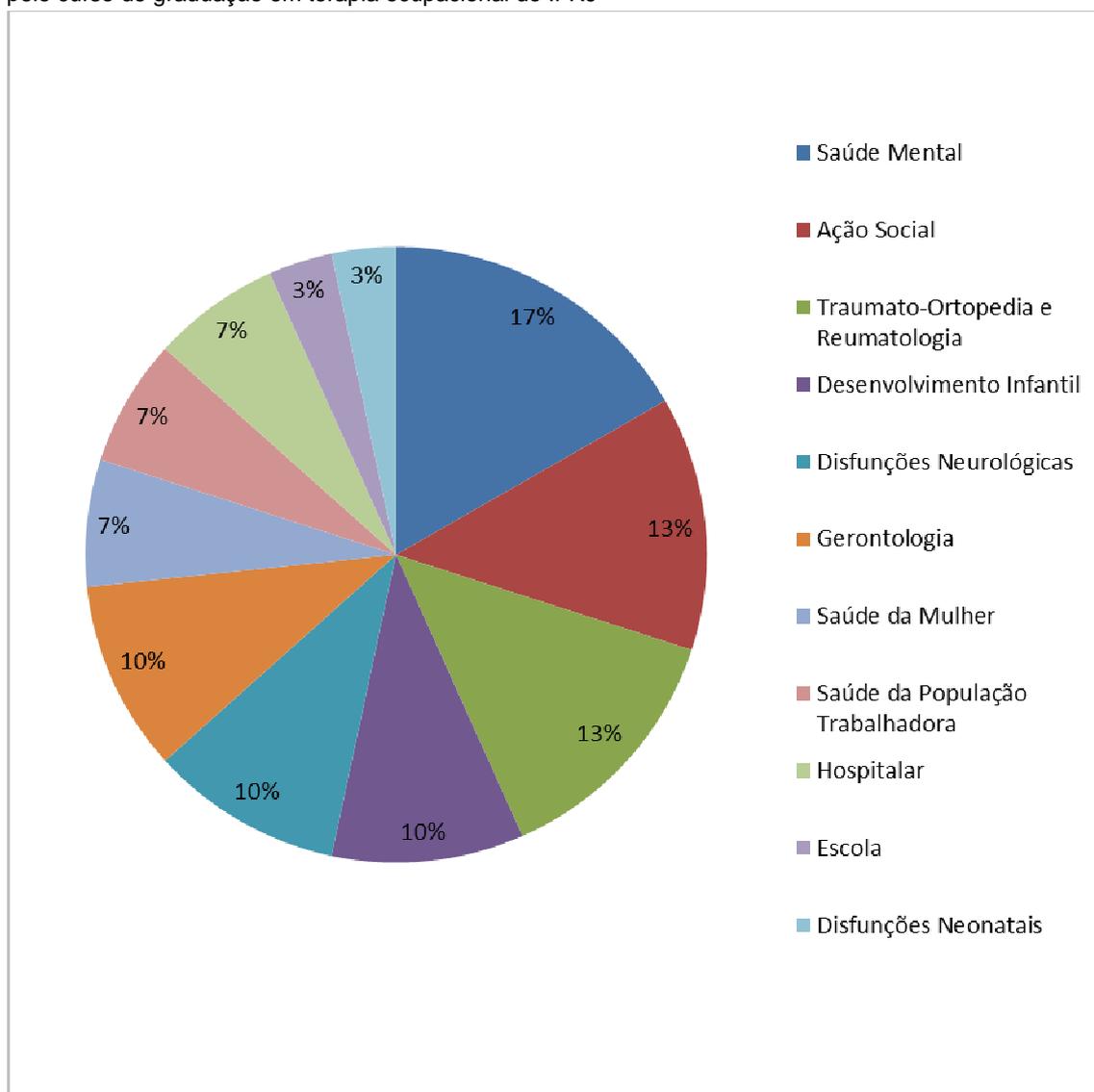
Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do IFRJ.

Verifica-se que a maior parte dos conteúdos trabalhados no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do IFRJ são específicos da profissão (57%), sendo o restante distribuído com uma representação expressiva de conteúdos ligados às ciências biológicas e da saúde (27%), seguidos, em menor quantidade, por aqueles ligados às ciências sociais e humanas (9%), disciplinas optativas e outras (4%) e da área de pesquisa (3%).

Especificamente em relação aos conteúdos da terapia ocupacional, a carga horária se divide em 64% (1575 horas) de formação prática e 36% (885 horas) de formação teórica.

Quanto às subáreas de atuação da terapia ocupacional com relação às quais o curso se propõe uma formação, de acordo com as disciplinas distribuídas entre o 2º e 6º semestre, temos a seguinte representação gráfica percentual:

Gráfico 9.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional do IFRJ



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do IFRJ.

Nota-se um foco sutilmente maior em relação à área de saúde mental (17%), seguido pelas áreas de ação social e traumato-ortopedia e reumatologia (13%),

desenvolvimento infantil, disfunções neurológicas e gerontologia (10%), saúde da mulher, saúde da população trabalhadora e hospitalar (7%) e, com menor expressão, as áreas escolar e de disfunções neonatais (3%).

Pode-se observar nessa composição das áreas de atuação da terapia ocupacional, uma sobreposição de abordagens, visto que estão divididas por diferentes critérios: biomédico, fase do desenvolvimento, população foco da intervenção, e campos e/ou locais, mas, ainda assim, a grande maioria dessas áreas está inserida no campo da saúde.

Quanto aos estágios profissionalizantes, desenvolvidos entre o 6º e 8º período, a coordenadora do curso coloca que é seguido uma orientação da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais e que, portanto, as áreas em que eles são desenvolvidos são: saúde física, saúde mental e social. Durante os três momentos de estágio é realizado um rodízio entre os alunos, de modo que todos passem por experiências nas três áreas.

Para a sua coordenadora, embora o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do IFRJ seja novo, os processos de formação dos futuros profissionais têm sido satisfatórios, principalmente pelas oportunidades de experiências práticas e de contato com a realidade desde o início do curso, o que favorecerá a inserção no mercado de trabalho e o fortalecimento da profissão no estado do Rio de Janeiro.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro*

Como se pode ver na matriz curricular no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), não há disciplinas denominadas especificamente de terapia ocupacional social. O que se tem são duas disciplinas: “Terapia Ocupacional em Ação Social I” e “Terapia

Ocupacional em Ação Social II”, ambas com carga horária total de 60 horas, divididas entre conteúdos teóricos e práticos.

A disciplina “Terapia Ocupacional em Ação Social I” está inserida no 3º semestre da matriz curricular, que é construído em torno da temática Saúde da Criança e do Adolescente e, portanto, de acordo com a coordenadora do curso, os conteúdos trabalhados possuem ênfase maior nesta faixa etária. O mesmo acontece com a disciplina “Terapia Ocupacional em Ação Social II”, inserida no 6º semestre, que tem como temática a Saúde do Idoso. Mas a coordenadora ressalta que apesar destas ênfases, também é trabalhada esta atuação profissional com outras populações.

De acordo com os programas destas disciplinas, tem-se como objetivo geral o estudo crítico sobre as condições socioeconômicas e culturais das diferentes populações em foco que vivenciam processos de vulnerabilidade e/ou desfiliação social e proporcionar a discussão das políticas públicas voltadas a elas. Assim como compreender “a ação do terapeuta ocupacional, a partir de abordagens comunitárias e territoriais, na assistência pública e nos projetos sociais desenvolvidos no terceiro setor” (IFRJ, 2012, p. 137).

Ainda, a área social aparece como obrigatória nos estágios profissionalizantes, como já citado anteriormente, porém não tivemos acesso à carga horária a ser cumprida.

Em relação aos recursos humanos para a área, há uma vaga específica que no momento não está preenchida, visto que a docente então concursada deixou o cargo. A previsão é de que se abra um novo concurso para o seu preenchimento. Também conforme a coordenadora, há uma docente temporária que se dedica à área, além de duas outras efetivas que trabalham com a possibilidade de interface.

Para a coordenadora, ainda não é possível fazer uma avaliação acerca da terapia ocupacional social neste curso, pois a sua estruturação atual é fruto da reformulação do Projeto Político-Pedagógico e isso é ainda muito recente.

Não há como dimensionar a maneira como tais conteúdos, teóricos e práticos, são trabalhados, no entanto, nos programas das disciplinas não há menção a especificidade do campo social, podendo a abordagem da terapia ocupacional ser vista sob o ponto de vista do campo da saúde.

### **3.11. Universidade Federal do Rio de Janeiro**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi implantado em 2009 com a participação da universidade no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. A criação do curso se justifica, conforme o seu Projeto Político-Pedagógico, pela grande carência desse profissional no estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que até aquele momento havia apenas dois cursos na área em IES privadas, além do intuito de fortalecer a área de reabilitação da UFRJ, pela proposta de integração com os cursos de fonoaudiologia e fisioterapia, por meio da articulação curricular e da criação do Centro Multidisciplinar de Saúde Funcional.

De acordo com a coordenadora do curso entrevistada, o movimento pela abertura de cursos públicos na área é antigo, considerando a própria história de constituição da profissão no país, com origens no Rio de Janeiro. A partir de 2006, esse movimento se intensificou junto ao CREFFITO-2 e pôde ser concretizado pela oportunidade trazida pelo REUNI. Isso foi favorecido também pela presença de um terapeuta ocupacional como docente do Departamento de Arte Corporal da UFRJ.

São oferecidas 30 vagas a cada semestre, totalizando, portanto, 60 anuais, com o ingresso por meio do sistema Enem/SiSu. Porém, segundo o Projeto Político-Pedagógico do curso, após a sua estruturação, prevê-se a ampliação na oferta do número de vagas para 80 anuais.

Em relação aos recursos humanos específicos, a área de terapia ocupacional da UFRJ conta com 11 docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva, quatro docentes temporários, que de acordo com a coordenadora são vagas REUNI, a serem convertidas em vagas efetivas e, ainda, com 10 professores substitutos, com dedicação parcial, vinculados ao Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da UFRJ.

No que diz respeito às condições de desenvolvimento, a coordenadora nos traz que a grande carência está nos recursos materiais, mas muito por conta da burocracia e gestão da universidade, visto que os recursos financeiros existem. Quanto à estrutura física, o curso aguarda a inauguração de um novo prédio do Departamento, onde terá uma acomodação própria, funcionando hoje em espaços diversos.

Ainda pelo depoimento da entrevistada, tem-se como perspectiva para o curso a reforma do seu Projeto Político-Pedagógico, uma vez que os docentes avaliam que existem algumas inadequações, conseguir a contratação de mais docentes efetivos, pois o número atual ainda não é ideal, assim como a contratação de mais terapeutas ocupacionais na rede de serviços do município para ampliação da preceptoria dos alunos e dos cenários de prática. Como projetos de curto prazo, ela coloca a reestruturação da infra-estrutura do curso, em médio prazo se pensa na criação de uma revista científica da área da universidade e de um programa de mestrado e, a longo prazo, a emancipação frente à Faculdade de Medicina.

A proposta do curso se orienta pelo princípio de que a sociedade necessita de profissionais de saúde voltados para o Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como objetivo geral formar terapeutas ocupacionais com as competências e habilidades gerais e específicas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a graduação na área (BRASIL, 2002), com perfil generalista, “tornando o egresso apto a interagir em equipes multiprofissionais, em ações intersetoriais, exercendo as competências necessárias ao campo das práticas e das políticas de saúde de forma resolutiva” (UFRJ, 2008, p.14).

O atual Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ foi elaborado em 2008, quando da proposição do curso, e visa cumprir os princípios do SUS e das DCN (BRASIL, 2002). Para a sua construção foram analisados os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em terapia ocupacional da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (UFRJ, 2008).

Segundo a sua coordenadora, tal Projeto Político-Pedagógico, na sua elaboração, também seguiu os moldes da Faculdade de Medicina da UFRJ, uma instituição tradicional, para que não houvesse impedimentos na sua aprovação e, conseqüentemente, na criação do curso, para, posteriormente, reformá-lo de acordo com as concepções dos docentes.

Esse Projeto em vigor prevê o encadeamento e a interrelação entre as disciplinas propostas para o currículo, desta forma, “desde o ciclo básico até o profissionalizante busca-se criar uma visão ampla sobre o processo de saúde e dos processos da ocupação humana” (UFRJ, 2008, p. 25). A formação é pautada por grandes eixos norteadores, desenvolvidos ao longo do curso e que integram as diversas disciplinas do ciclo básico, pré-profissionalizante e profissionalizante, sendo eles: Ciência da Ocupação; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Humanas e Sociais; Saúde da Criança, da Mulher e Educação e Saúde; Saúde do Trabalhador e Clínica da Terapia Ocupacional e Saúde do Idoso, Saúde Mental e Práticas Sociais (UFRJ, 2008).

Ainda, é pensada a integração entre os cursos de graduação em terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia, que compõem o Centro Multidisciplinar de Saúde Funcional, dada a oferta conjunta das disciplinas do ciclo básico, e pela possibilidade de os alunos dos demais cursarem disciplinas optativas oferecidas pela terapia ocupacional. Acrescenta-se que a maioria das disciplinas tem um caráter teórico-prático, visando estreitar a relação entre essas duas dimensões do saber e, também, prevê-se a inserção dos alunos em diversos cenários reais de trabalho, desde os primeiros períodos do curso.

A matriz curricular do curso, guiada por tais concepções, está organizada da seguinte maneira:

## 1º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Fundamentos de Terapia Ocupacional	30	30	-
Bases Biológicas da Terapia Ocupacional	300	240	60
Laboratórios de Terapia Ocupacional I	45	15	30
Arte e Movimento	30	30	-
Terapia Ocupacional, Antropologia e Sociologia	45	45	-

## 2º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Saúde e Sociedade	30	30	-
Fundamentos de Física e Biofísica	45	15	30
Sistema Neuromotor	145	55	90
Análise do Movimento Humano nas Atividades Cotidianas	90	60	30
Patologia Geral	45	15	30
Laboratórios de Terapia Ocupacional II	45	15	30
Psicologia Geral	45	45	-

## 3º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Metodologia Científica	30	30	-
Terapia Ocupacional Geral	30	30	-
Bioestatística	60	30	30
Avaliação em Terapia Ocupacional	45	15	30
Recursos Terapêuticos em Terapia Ocupacional	45	15	30
Análise de Atividade	45	15	30
Terapia Ocupacional e Filosofia	45	45	-
Farmacologia	30	30	-
Administração, Planejamento e Gestão em Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia	30	30	-

## 4º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Terapia Ocupacional na Saúde da Mulher	30	30	-
Terapia Ocupacional na Saúde da Criança	105	75	30
Educação Popular e Educação Inclusiva em Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia	75	45	30
Tecnologia Assistiva em Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia	120	60	60
Ética e Cidadania	45	45	-

## 5º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Terapia Ocupacional nas Disfunções Neurológicas	105	75	30
Terapia Ocupacional nas Disfunções Traumato-ortopédicas e Reumatológicas	75	45	30
Terapia Ocupacional nas Disfunções Dermatológicas e Oncológicas	75	45	30
Terapia Ocupacional no Contexto Hospitalar	45	15	30
Ergonomia, Saúde do Trabalhador e Terapia Ocupacional	60	30	30
Terapia Ocupacional nas Disfunções Cardiorrespiratórias	30	30	-

## 6º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Terapia Ocupacional na Inclusão Social e Instituições Penais	60	30	30
Terapia Ocupacional em Saúde Mental	60	45	15
Terapia Ocupacional em Geriatria e Gerontologia	75	45	30
Trabalho de Conclusão de Curso na Terapia Ocupacional	30	30	-
Estágio Supervisionado I – Terapia Ocupacional Educacional	105	15	90

## 7º semestre

Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Supervisionado II – Terapia Ocupacional nas Disfunções Motoras e Sensoriais	225	-	225
Estágio Supervisionado III – Terapia Ocupacional na Área Hospitalar	225	-	225

## 8º semestre

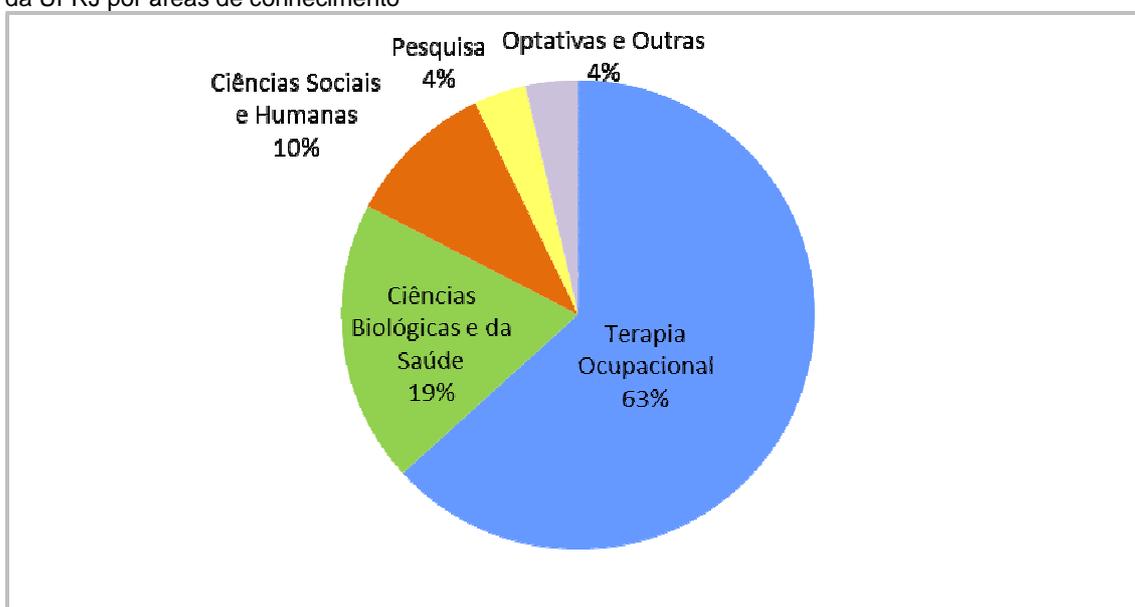
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Estágio Supervisionado IV – Terapia Ocupacional nas Disfunções Motoras e Sensoriais	225	-	225
Estágio Supervisionado V – Terapia Ocupacional na Área Hospitalar	225	-	225

<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #90EE90; border: 1px solid black;"></span> Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #FF8C00; border: 1px solid black;"></span> Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #ADD8E6; border: 1px solid black;"></span> Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #FFFF00; border: 1px solid black;"></span> Disciplinas ligadas à Pesquisa
<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #D3D3D3; border: 1px solid black;"></span> Disciplinas Eletivas e outras

Assim, tem-se uma carga de 3250 horas, sendo 1495 horas de conteúdos teóricos (46%) e 1755 de conteúdos práticos (64%), que são acrescidas de 120 horas de disciplinas optativas e 80 horas de atividades complementares, que devem ser cumpridas pelo aluno ao longo do curso, tendo o curso um total de 3450 horas.

Fazendo-se a distribuição da carga horária em disciplinas pelas áreas de conhecimento identificadas, teremos o seguinte percentual, como mostrado no Gráfico 10:

Gráfico 10: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ por áreas de conhecimento



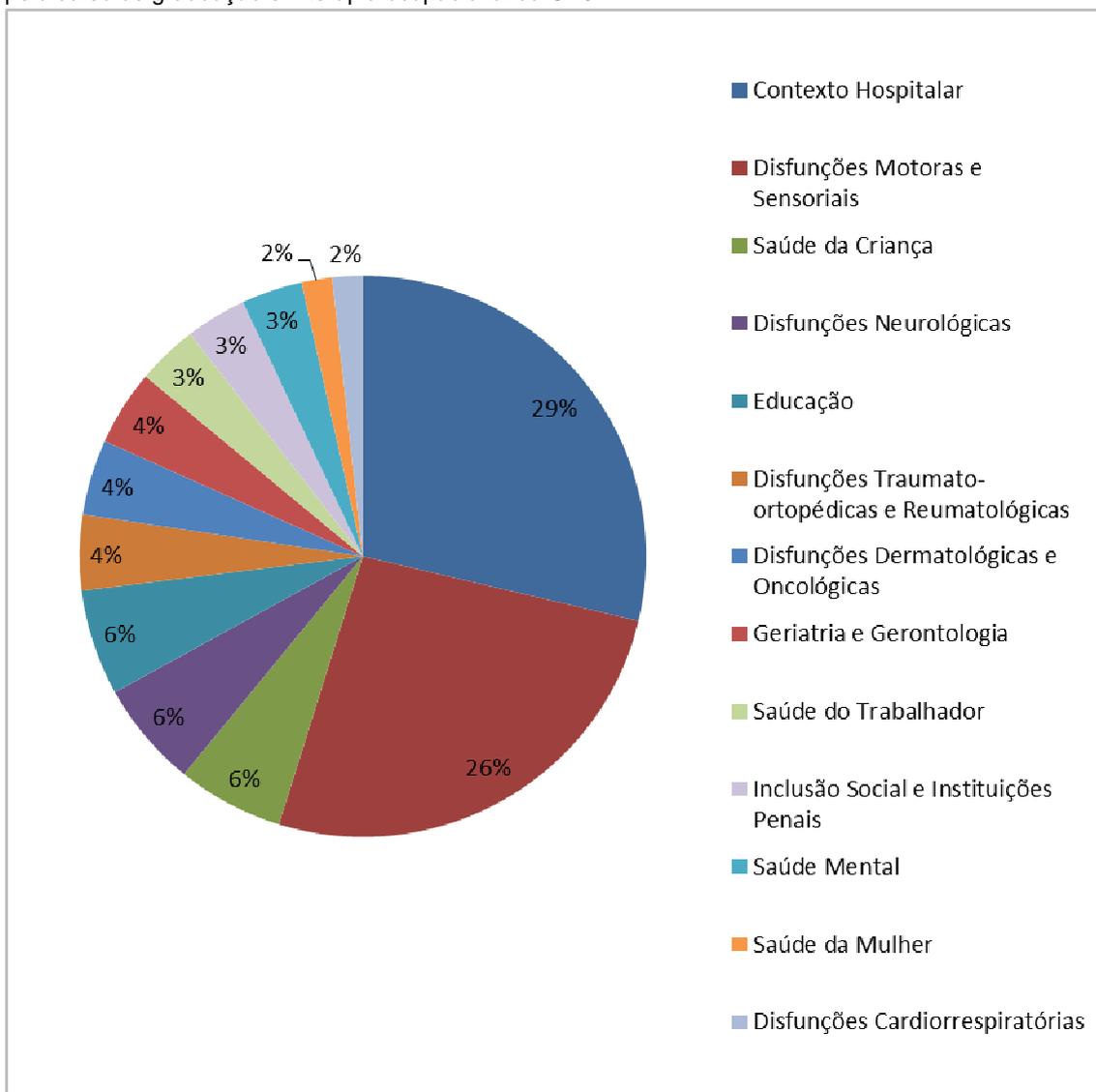
Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ

Visualiza-se que grande parte dos conteúdos trabalhados no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ é específicas da profissão (63%), seguidas por uma porcentagem menor de conteúdos ligados às ciências biológicas e da saúde (19%), das ciências sociais e humanas (10%) e, em menor escala e de maneira equivalente, das disciplinas ligadas à pesquisa e de cunho optativo (4%).

Particularmente em relação aos conteúdos da terapia ocupacional, 68% deles são de caráter prático e 32% de caráter teórico.

Detendo nossa análise a tais conteúdos e, mais especificamente, às subáreas de atuação da terapia ocupacional que este curso se propõe formar, temos uma desproporcionalidade, como mostrado no Gráfico 10.1 abaixo:

Gráfico 10.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da URJ



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ

Observa-se que a formação profissional está fortemente direcionada para as áreas de contexto hospitalar (29%) e disfunções motoras e sensoriais (26%), com menor quantidade de horas voltadas para as dez demais áreas de formação propostas, sendo 6% voltadas para a saúde da criança, disfunções neurológicas e educação, 4% para as disfunções traumato-ortopédicas e reumatológicas, disfunções

dermatológicas e oncológicas e geriatria e gerontologia, 3% para a saúde do trabalhador, inclusão social e instituições penais e saúde mental e 2% voltados para a saúde da mulher e disfunções cardiorrespiratórias.

No que diz respeito a essa divisão de áreas propostas para a formação profissional, o que podemos perceber é uma sobreposição de abordagens na medida em que se utilizam diferentes critérios para estabelecê-la, como especialidades médicas, contexto e campo de atuação e grupo populacional, ainda, quase a sua totalidade está voltada para a área da saúde.

Embora o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ não tenha formado nenhuma turma, a sua coordenadora avalia o processo como positivo, muito como fruto do esforço dos docentes, apesar de todas as dificuldades relativas à infraestrutura e de algumas limitações postas pela vinculação à Faculdade de Medicina.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Como vemos na apresentação do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não há disciplinas especificamente nomeadas como terapia ocupacional social, porém, de acordo com a sua coordenadora, os conteúdos relativos à área estão inseridos na disciplina “Terapia Ocupacional na Inclusão Social e Instituições Penais”. Trata-se de uma disciplina teórico-prática, com carga total de 60 horas. Não tivemos acesso a sua ementa e, também segundo a coordenadora, ela ainda está em processo de construção, sendo que a maior parte dela se destina a trabalhar conteúdos teóricos, visto a escassez de possibilidades de parceria com instituições do campo social e o não desenvolvimento de projetos envolvendo esses cenários por parte dos docentes.

Conforme a entrevistada, não há docentes concursados para esta área específica; grande parte dos concursos precedentes foi destinado à área de

fundamentos da terapia ocupacional e os docentes que possuem maior afinidade com as temáticas a serem abordadas ministram a disciplina. Porém, projetava-se a abertura de um concurso específico para a área em 2013 ou início de 2014.

Para a coordenadora do curso, o processo de formação em terapia ocupacional social não está bom, principalmente pelo fato de ainda não haver campos para o desenvolvimento da formação prática.

Como mostrado do Gráfico 10.1 a área “Inclusão Social e Instituições Penais”, representa apenas 3% da carga horária destinada à formação profissional, de acordo com as áreas de atuação propostas pelo curso. Além do mais, conforme o Gráfico 10, os conteúdos ligados às ciências sociais e humanas, com os quais a terapia ocupacional social possui maior afinidade, ocupam igualmente espaço minoritário no currículo, apenas 10%.

### **3.12. Universidade Federal de Santa Maria**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi criado em 2009, iniciando suas atividades no 2º semestre, com adesão da instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

A sua criação visa atender a necessidade de formação de recursos humanos para a área da saúde, e contemplar uma demanda reprimida de jovens que buscam a formação nessa área (USFM, s/d).

O processo de sua implantação, de acordo com a coordenadora do curso entrevistada, teve início entre os anos de 2007 e 2008, sob responsabilidade de um professor do curso de graduação em fisioterapia. Na época, o estado do Rio Grande do Sul solicitava cursos públicos na área; só haviam dois, que se desenvolviam em IES privadas e que não supriam a demanda por este profissional.

São oferecidas atualmente 35 vagas a cada semestre, um total de 70 por ano, sendo o ingresso por meio de concurso vestibular também semestral.

O curso está vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da UFSM, o qual congrega os demais cursos da área da saúde: enfermagem, farmácia e bioquímica, fonoaudiologia, medicina e odontologia.

Quanto aos recursos humanos, a área de terapia ocupacional da UFSM conta com nove docentes efetivos, em regime de dedicação exclusiva, ligados ao Departamento de Fisioterapia do Centro de Ciências da Saúde. Está prevista a abertura de concurso para mais quatro vagas. No entanto, segundo a coordenadora, no projeto inicial do curso a previsão era de 20 docentes para a terapia ocupacional.

A coordenadora nos coloca que, no início, o curso passou por muitas dificuldades devido à falta de recursos físicos, materiais e humanos, mas que, no momento está em processo de estruturação, com a chegada de novos docentes e a inauguração de um prédio próprio, com todas as instalações necessárias. No entanto,

os recursos humanos ainda não são suficientes, o que se agrava pelo fato de não haver terapeutas ocupacionais na rede de serviços de Santa Maria, ficando por conta dos docentes a implementação das práticas.

Como perspectiva para o curso, ela aponta como necessidade primeira a reformulação do seu Projeto Político-Pedagógico do curso, para o seu aperfeiçoamento e ajuste de algumas inadequações. Expressa como objetivo a melhor qualificação do corpo docente em processos de doutoramento, atualmente são três doutores, para maior fortalecimento nas áreas de pesquisa e extensão, a constituição de um departamento próprio de terapia ocupacional, assim como um curso de especialização também próprio, pois o que há hoje também é desenvolvido junto com a fisioterapia.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSM busca formar profissionais com perfil generalista “qualificados e capazes de resolver problemas de saúde, com enfoque geral, bio-psíquico-social (...) capacitado para atuar em todos os níveis de atenção de saúde” (UFSM, s/d, s/p.)

O Projeto Político-Pedagógico do curso foi elaborado para a sua criação, pelo docente da fisioterapia que estava a frente desse processo. Ele visa apresentar aos alunos os conhecimentos necessários para capacitá-lo com habilidades, atitudes e competências condizentes com o perfil profissional desejado, tornando-o crítico, reflexivo, com capacidade para aprender a aprender e de trabalhar tanto em equipe como individualmente, “considerando a realidade social do meio em que estiver inserido, para prestar uma atenção e assistência de forma integrada e com qualidade” (UFSM, s/d, s/p.)

A matriz curricular posta por esse Projeto propõe um desenvolvimento gradativo dos conteúdos em termos de complexidade e visa inserir os alunos em atividades de formação prática desde o início do curso, partindo da atuação em promoção e prevenção em saúde em direção às ações de atenção e reabilitação em saúde. O foco na atividade humana também deve perpassar todo o processo de

formação. Ainda, visa desenvolver no aluno as competências e habilidades gerais e específicas, conforme proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional (BRASIL, 2002; UFSM, s/d). O desenvolvimento está previsto para se dar conforme, mostramos abaixo:

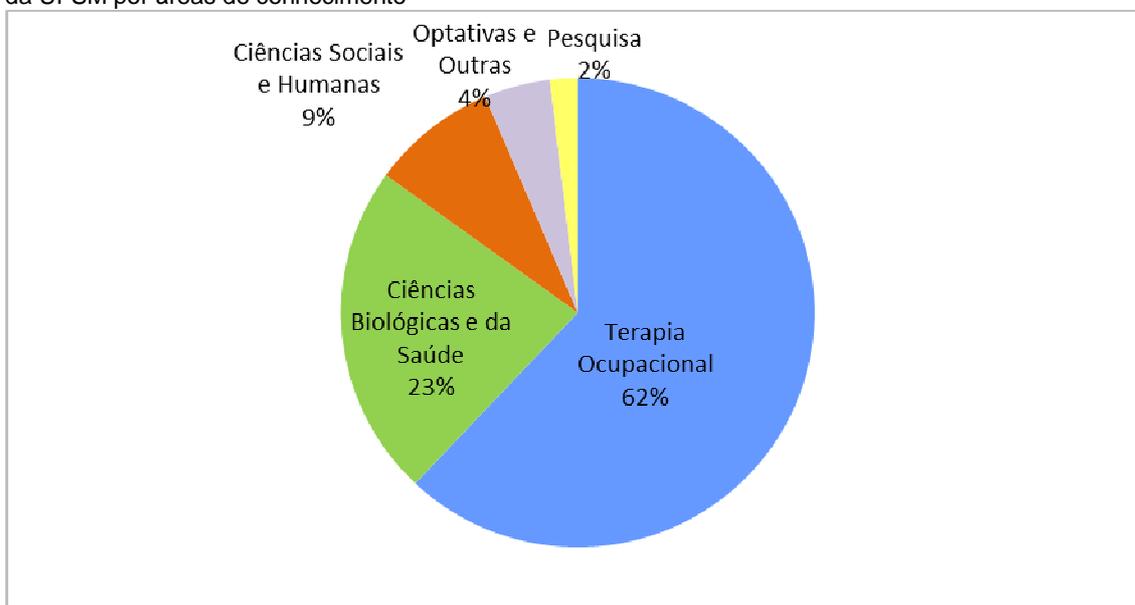
1º semestre			
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Genética Humana	45	45	-
Anatomia do Aparelho Locomotor	45	15	30
Bioquímica	60	30	30
Histologia e Embriologia A	90	60	30
Políticas de Saúde	45	30	15
Estudo da Ocupação Humana	60	30	30
Métodos e Técnicas em Terapia Ocupacional	45	45	-
História e Fundamentos da Terapia Ocupacional	45	45	-
Atividades e Recursos Terapêuticos I	60	30	30
2º semestre			
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Psicologia do Desenvolvimento Humano	60	60	-
Fisiologia Geral	60	30	30
Anatomia dos Sistemas e Topográfica	60	30	30
Fundamentos de Microbiologia e Imunologia	75	45	30
Saúde Pública	45	30	15
Deontologia e Ética em Terapia Ocupacional	30	30	-
Atividades e Recursos Terapêuticos II	60	30	30
Prática em Terapia Ocupacional I	30	15	15
Psicomotricidade	60	30	30
3º semestre			
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Farmacologia Aplicada à Terapia Ocupacional	30	30	-
Anatomia Funcional do Sistema Nervoso	45	15	30
Patologia	75	30	45
Bioética	30	30	-
Psicologia Aplicada à Terapia Ocupacional	30	30	-
Cinesioterapia	60	30	30
Atividades e Recursos Terapêuticos III	60	30	30
Introdução à Ciências Sociais para Terapia Ocupacional	60	60	-
Prática em Terapia Ocupacional II	30	15	15
4º semestre			
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Psicopatologia	60	30	30
Atividades e Recursos Terapêuticos IV	45	30	15
Fisiopatologia	90	90	-
Métodos e Técnicas de Avaliação em Terapia Ocupacional	60	30	30
Terapia Ocupacional em Ortopedia e Traumatologia	60	30	30
Terapia Ocupacional em Reumatologia	30	15	15
Terapia Ocupacional em Neurologia	60	30	30
Introdução à Antropologia Social para Terapia Ocupacional	60	60	-
Práticas em Terapia Ocupacional III	30	15	15
5º semestre			
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Terapia Ocupacional em Saúde Mental	75	45	30
Terapia Ocupacional em Saúde da Criança e do Adolescente	60	30	30
Terapia Ocupacional em Saúde da Mulher	60	30	30
Terapia Ocupacional em Saúde do Idoso	60	30	30
Terapia Ocupacional em Saúde do Trabalhador	60	45	15
Órteses e Próteses	45	15	30
Dinâmica de Grupo e Processos Grupais	45	30	15
Atividades e Recursos Terapêuticos V	60	30	30
Práticas em Terapia Ocupacional IV	30	15	15
6º semestre			
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Reabilitação Cognitiva	60	30	30
Tecnologias Assistivas	60	30	30
Abordagens Corporais	60	30	30
Terapia Ocupacional nas Disfunções Sensoriais	60	30	30
Estágio Supervisionado em Saúde da Comunidade	120	-	120
Estágio Supervisionado em Saúde Psicossocial	120	-	120
7º semestre			
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Trabalho de Conclusão de Curso I	30	30	-
Gestão em Serviços de Saúde	60	45	15
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional I	405	-	405
8º semestre			
Disciplina	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Trabalho de Conclusão de Curso II	45	45	-
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional II	405	-	405

<span style="background-color: #90EE90; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
<span style="background-color: #FFD700; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
<span style="background-color: #ADD8E6; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
<span style="background-color: #FFFF00; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Disciplinas ligadas à Pesquisa
<span style="background-color: #D3D3D3; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Disciplinas Optativas e Outras

Tem-se uma carga de 3810 horas, 1710 horas de conteúdos teóricos (46%) e 2070 horas de conteúdos práticos (54%), a serem cumpridas em disciplinas obrigatórias, às quais são somadas 180 horas de disciplinas optativas e 100 horas de atividades complementares, tendo o curso uma carga horária total de 4090 horas.

Fazendo-se a distribuição percentual da carga horária em disciplinas, de acordo com as áreas de conhecimento assinaladas na matriz curricular do curso apresentada acima, teremos a seguinte representação gráfica:

Gráfico 11: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSM por áreas de conhecimento



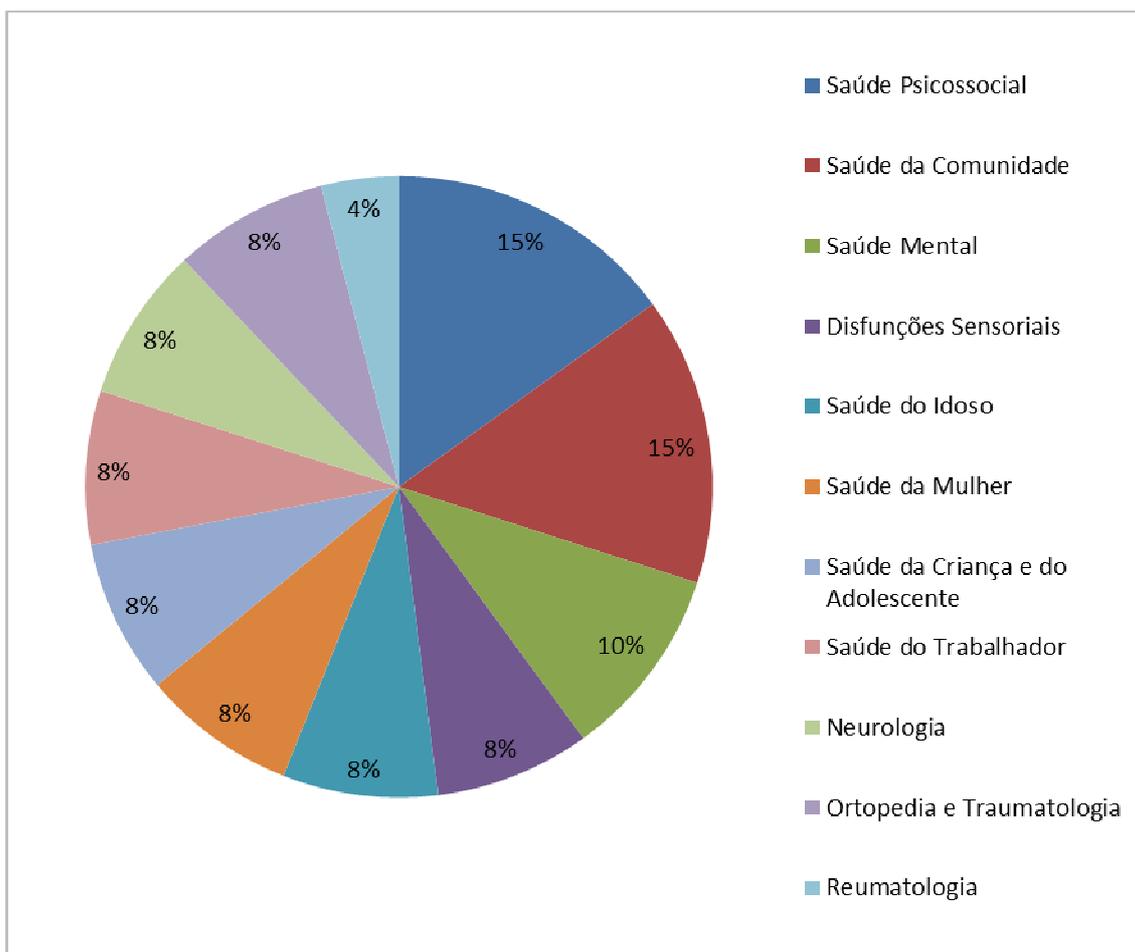
Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSM

Há uma expressão superior de conteúdos específicos da área da terapia ocupacional (62%), sendo o restante distribuindo entre as ciências biológicas e da saúde (23%) em maior quantidade, ciências sociais e humanas (9%), conteúdos optativos (4%) e ligados à área de pesquisa (4%).

Especificamente em relação aos conteúdos da terapia ocupacional, o foco maior é dado aos conteúdos práticos, com uma representação de 68% (1695 horas), contra 32% (780 horas) de conteúdos teóricos.

No que diz respeito às áreas de formação profissional propostas pelo curso, distribuídas entre o 4º e 6º semestre, elas se distribuem percentualmente da seguinte maneira:

Gráfico 11.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFSM



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSM

O Gráfico 11.1 nos mostra uma distribuição não igualitária entre algumas áreas de atuação da terapia ocupacional enfocadas pelo curso, com uma concentração maior de carga horária destinada as áreas de saúde da comunidade e saúde psicossocial (15%), seguida pela área de saúde mental (10%). Entre as áreas de disfunções sensoriais, saúde do idoso, saúde da mulher, saúde da criança e do adolescente, saúde do trabalhador, neurologia e ortopedia e traumatologia há uma

representação equivalente (8%). A área menos trabalhada dentre as propostas é a de reumatologia (4%).

A coordenadora do curso entrevistada não pôde elaborar uma avaliação acerca do processo e dos resultados da formação em terapia ocupacional desenvolvida na UFSM, por não haver ainda turmas formadas, contudo, intui que serão profissionais que farão diferença no mercado de trabalho, assim como nas condições gerais da profissão no estado do Rio Grande do Sul e mais especificamente na região de Santa Maria.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal de Santa Maria*

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria não oferece formação específica na área da terapia ocupacional social, como podemos ver na sua matriz curricular e no Gráfico 11.1 apresentados.

Para a coordenadora, a formação nesta área é escassa no curso, entretanto, tem-se tentado inserir seus conteúdos em outras disciplinas, para, minimamente, tentar contemplá-los. Coloca que o foco maior de inserção tem sido no 6º semestre, na disciplina “Estágio Supervisionado em Saúde da Comunidade”. Todavia, ela ressalta que a intenção é de se criar uma disciplina específica para a terapia ocupacional social na reformulação do Projeto Político-Pedagógico do curso.

Também não há docentes concursados para desenvolver esta área. Segundo a coordenadora, existem duas docentes, uma concursada para a área de fundamentos da terapia ocupacional e uma para a área de saúde mental, que trabalham em interface com o campo social.

Na sua avaliação, a terapia ocupacional social não é uma área fortalecida no curso, mas é um dos seus grandes eixos de busca.

### **3.13. Universidade Federal da Paraíba**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPb) entrou em funcionamento no 2º semestre de 2010, a partir da adesão da universidade ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

De acordo com a coordenadora do curso entrevistada, o Centro de Ciências da Saúde da UFPb tinha a intenção de oferecer todos os cursos da área da saúde, o que pôde ser concretizado com o REUNI. Deste modo, criaram-se os cursos de graduação em terapia ocupacional e fonoaudiologia, que se juntaram aos demais já existentes: educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, nutrição, odontologia e medicina. Além disso, soma-se o fato de, até aquele momento, não existir nenhum curso de formação na área no estado da Paraíba.

O curso está vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da universidade, o qual abriga os demais cursos da saúde citados. São ofertadas 60 vagas anuais, divididas em duas entradas semestrais, sendo o ingresso por concurso vestibular e SiSu/Enem.

Em relação às condições de desenvolvimento do curso, segundo a coordenadora, o curso possui os recursos físicos e os equipamentos necessários, tendo sido, inclusive, contemplado com uma clínica-escola exclusiva de terapia ocupacional, assim como os demais cursos possuem as suas, todas vinculadas ao hospital universitário, no entanto, faltam recursos materiais, muito por conta da burocracia exigida pela universidade. Quanto aos recursos humanos, atualmente são 12 os docentes efetivos específicos da área, em regime de dedicação exclusiva, ligados ao Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde. Está prevista a contratação de mais dois docentes, porém, a intenção é de que se chegue ao total de 28 professores, o que possibilitaria o seu pleno desenvolvimento.

A perspectiva é, além da contratação de mais docentes, a contratação de terapeutas ocupacionais para a rede pública de saúde para a realização de preceptoria dos alunos e ampliação de campo, visto que por este ser o primeiro curso na área no estado há ainda poucos profissionais.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPb tem como base da formação profissional as necessidades de saúde locais, regionais e nacionais, com ênfase no Sistema Único de Saúde, como via para assegurar “a construção do conhecimento voltado à integralidade da atenção, a qualidade e humanização das intervenções da terapia ocupacional” (UFPb, 2008, p. 10). Está centrado nos aspectos físicos, psíquicos e sociais da atividade humana, buscando formar um profissional com competência e habilidade para conhecer o processo saúde-doença nas suas múltiplas determinações e impactos, com perfil generalista e apto para atuar nos diferentes âmbitos da profissão. Para isso, pauta-se pelo desenvolvimento de habilidades e competências gerais e específicas, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional (BRASIL, 2002).

O atual Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPb foi aprovado pela universidade em 2008. De acordo com a coordenadora, ele é fruto de uma reformulação do primeiro projeto elaborado por profissionais da área da fisioterapia e enfermagem para a proposição da criação do curso. Ainda segundo ela, o Projeto baseia-se nos níveis de atenção à saúde, assim como nas áreas social e educacional.

A organização curricular do curso se dá de modo a abarcar conteúdos de formação biológica e da saúde, social e humana e profissionalizante. Conforme o Projeto Político-Pedagógico, no processo de formação:

serão utilizadas metodologias ativas que possibilitem aos discentes problematizar e intervir no seu campo de atuação, através de estratégias pedagógicas que enfatizem o trabalho individual e em grupo, a construção coletiva das práticas de saúde e a investigação científica como instrumento para aprendizagem e divulgação do saber (UFPb, 2008, p.19).

Segundo a entrevistada, a matriz curricular se organiza de modo a abordar nos primeiros semestres conteúdos mais básicos, com aumento gradativo dos conteúdos específicos da terapia ocupacional e das atividades de formação prática. Seu desenvolvimento está proposto para se dar da seguinte maneira:

1º semestre	
Disciplinas	CH <sup>15</sup> Total
Anatomia Aplicada à Terapia Ocupacional	75
Biologia do Desenvolvimento e Histologia Humana	60
Noções Básicas de Bioquímica	30
Introdução à Saúde Pública	45
Introdução à Sociologia	60
Introdução Prática em Terapia Ocupacional	60
História da Terapia Ocupacional	45
2º semestre	
Disciplinas	CH Total
Neuroanatomia Aplicada à Terapia Ocupacional	45
Fisiologia Humana II	90
Introdução à Psicologia	60
Fundamentos da Terapia Ocupacional	45
Desenvolvimento Humano e Ocupação I	30
Metodologia do Trabalho Científico	30
Componente Optativo/Flexível	90
3º semestre	
Disciplinas	CH Total
Patologia Geral	45
Epidemiologia	45
Antropologia Cultural	60
Psicologia do Desenvolvimento	60
Desenvolvimento Humano e Ocupação II	60
Cinesiologia	90
Componente Optativo/Flexível	105
4º semestre	
Disciplinas	CH Total
Desenvolvimento Humano e Ocupação III	60
Tecnologia Assistiva	60
Avaliação em Terapia Ocupacional	45
Dinâmica e Atividade Grupal	60
Terapia Ocupacional e as Políticas Públicas de Saúde, Educação e Assistência Social	90
Psicomotricidade	60
Ética e Bioética Aplicada à Terapia Ocupacional	30
Pesquisa Aplicada à Terapia Ocupacional	45
Componente Optativo/Flexível	30
5º semestre	
Disciplinas	CH Total
Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática I	180
Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática II	180
Componente Optativo/Flexível	60
6º semestre	
Disciplinas	CH Total
Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática III	180
Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV	180
Componente Optativo/Flexível	60
7º semestre	
Disciplinas	CH Total
Estágio Supervisionado I	360
Trabalho de Conclusão de Curso I	60
8º semestre	
Disciplinas	CH Total
Estágio Supervisionado II	360
Trabalho de Conclusão de Curso II	60

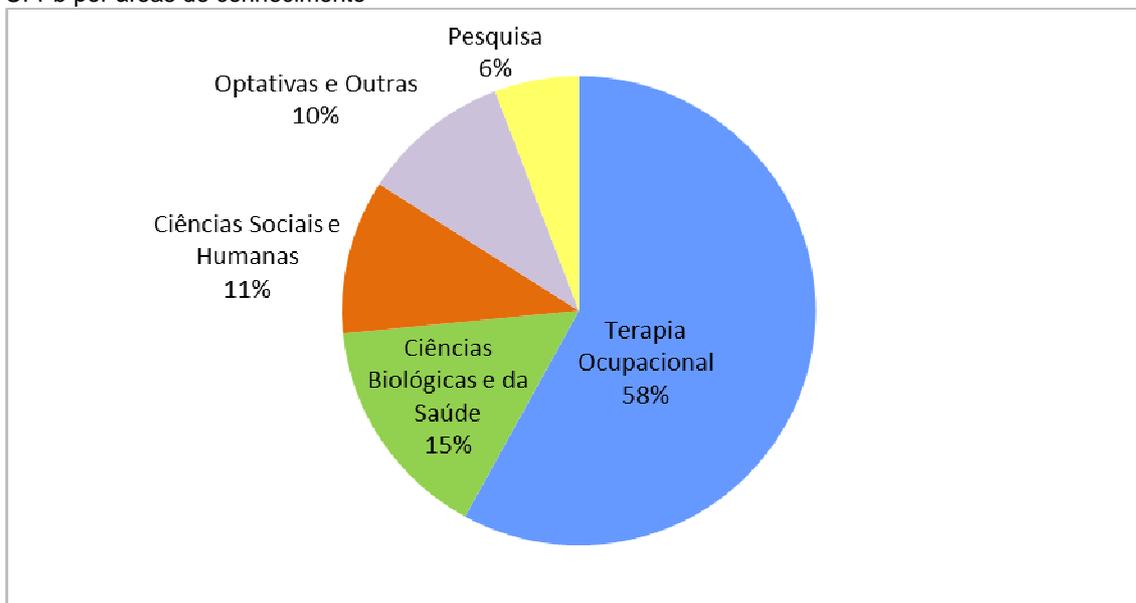
	Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
	Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
	Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
	Disciplinas ligadas à Pesquisa
	Disciplinas Eletivas e outras

<sup>15</sup> No Projeto Político-Pedagógico do curso e nas ementas das disciplinas não há discriminação de carga horária teórica e prática.

Trata-se, portanto, de uma carga horária total de 3390 horas.

Distribuindo-se a carga horária total do curso de acordo com as áreas de conhecimentos, temos a seguinte distribuição percentual:

Gráfico 12: Distribuição da carga horária em disciplinas do curso de graduação em terapia ocupacional da UFPb por áreas de conhecimento



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPb

Nota-se que a maioria dos conteúdos trabalhados no curso são específicos da área da terapia ocupacional (58%), seguidos pelos conteúdos ligados às ciências biológicas e da saúde (15%), das ciências sociais e humanas (11%), pelos optativos e complementares (10%), e com menor expressão, por conteúdos relativos à pesquisa.

Em relação aos conteúdos específicos da terapia ocupacional, as disciplinas da matriz curricular não apresentam divisões em áreas de formação, mas, conforme sua coordenadora, tais conteúdos são desenvolvidos nas disciplinas “Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática”, trabalhando-se em três delas a atuação da profissão nos três níveis de atenção à saúde e em uma delas os campos social e educacional. O mesmo ocorreria nos dois últimos semestres, sendo abordado no “Estágio Supervisionado I” a atenção básica e de média complexidade em saúde e no “Estágio Supervisionado II” a atenção de alta complexidade e os campos social e educacional.

Como não tivemos acesso à divisão da carga horária destinada a cada um desses campos, não foi possível fazer o cálculo percentual, o que podemos afirmar por esse depoimento da coordenadora é que o foco da formação profissional é o campo da saúde, como bem explicitado no seu Projeto Político-Pedagógico.

Embora o curso tenha poucos anos de funcionamento, a coordenadora do curso vê como positivo o processo até o momento, pelo envolvimento e interesse dos alunos em construir e solidificar a terapia ocupacional no estado da Paraíba, o que tem se refletido na procura crescente, a cada vestibular. Também, ela diz que o curso vem buscando se adequar às propostas dos demais cursos da área da saúde da UFPb e às recomendações do Ministério da Saúde no que diz respeito à formação profissional em saúde e, por isso, acredita que o seu Projeto Político-Pedagógico deverá passar por muitas mudanças, com vistas a essas adequações.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal da Paraíba*

Como mostrado na apresentação do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, não há disciplinas específicas da área da terapia ocupacional social.

O que se tem, de acordo com a coordenadora do curso, é a disciplina “Terapia Ocupacional e as Políticas Públicas de Saúde, Educação e Assistência Social”, que, conforme a sua ementa, estuda as políticas públicas de saúde e inclusivas de educação e assistência social, analisando suas interfaces com a terapia ocupacional e a sua inserção profissional nessas políticas. Apesar de não tratar especificamente da terapia ocupacional social, lida-se com uma temática de interface: a assistência social.

Nas disciplinas “Cenários de Prática IV” e “Estágio Supervisionado II”, segundo as suas ementas e com o depoimento da entrevistada, estão previstas que uma parte das atividades se desenvolva no campo social.

Em relação aos recursos humanos destinados à área, também de acordo com a coordenadora, o curso conta com duas docentes, sendo uma concursada para as áreas social e saúde do trabalhador e a outra para as áreas social e saúde mental, trabalhando na interface entre elas.

Na avaliação da coordenadora do curso, a sua estrutura proporciona aos alunos uma boa compreensão da terapia ocupacional no campo social ao analisar a história e os fundamentos da profissão e a sua inserção nas políticas sociais do Brasil até chegar às atividades de formação prática específicas. Além disso, a composição heterogênea do corpo docente permitiria que o futuro profissional não seja especialista em nenhuma das áreas de atuação da terapia ocupacional, mas que tenha uma visão geral de todas, inclusive da terapia ocupacional social.

### **3.14. Universidade Federal de Pelotas**

Como citado no item Procedimentos Metodológicos, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) ainda não foi aprovado pela universidade, portanto, não pudemos ter acesso à ele. Os dados por ora apresentados se baseiam no depoimento da coordenadora do curso.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPel foi criado em 2010, iniciando-se no 2º semestre, com a adesão da instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Conforme a sua atual coordenadora, a demanda surgiu com a proposta de um professor do curso de medicina que pretendia criar um ambulatório de atendimento na área de neurodesenvolvimento. Salienta, ainda, a escassez de profissionais da área na região de Pelotas.

O primeiro coordenador do curso foi um docente do curso de graduação em educação física e que permaneceu até janeiro de 2012, quando a atual coordenadora assumiu.

São oferecidas 40 vagas por ano, com apenas uma entrada, sendo o ingresso via SiSu/Enem.

O curso está vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Graduação da universidade. Segundo a coordenadora, há a intenção de se criar um centro de ciências da saúde, onde ele ficaria alocado com os demais cursos da área da saúde, porém, o projeto ainda é incipiente. De todo modo, o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFPel pretende se tornar mais autônomo com a criação de uma faculdade específica de terapia ocupacional ou em parceria com outro curso.

Em relação aos recursos humanos destinados especialmente para o curso, são dois docentes efetivos, contratados em regime de dedicação exclusiva, sendo que um deles tem como formação básica a fisioterapia, e mais seis docentes temporários. No

entanto, a previsão é de que sejam contratados mais cinco docentes efetivos e que os docentes temporários deixem o curso, além da contratação de um técnico terapeuta ocupacional.

No que concerne às condições de desenvolvimento, a entrevistada coloca que a estruturação física é muito precária e tem sido um fator bastante limitador, assim como a quantidade de docentes. Quanto aos recursos materiais, tem se conseguido acesso a eles, apesar de toda a burocracia exigida pela universidade. Para ela, tem havido uma gestão inadequada dos recursos financeiros destinados aos cursos implantados pelo REUNI, o que tem afetado negativamente o curso.

Como perspectivas, aponta-se a expectativa de que com contratação dos docentes efetivos o curso possa desenvolver melhor projetos de extensão e de pesquisa, pois com a condição atual a carga horária dedicada ao ensino é muito alta. Ainda, o curso irá integrar a residência multiprofissional do hospital universitário, o que viabilizará a contratação de um terapeuta ocupacional para este espaço, que também auxiliará na preceptoria dos alunos. Conforme a coordenação, os docentes projetam a produção de livro a cada ano com os melhores trabalhos de conclusão dos alunos que se formarem.

O Projeto Político-Pedagógico é fruto é uma reelaboração do primeiro projeto proposto para a abertura do curso, construído pelo seu primeiro coordenador, tendo em vista a sua inadequação frente às diretrizes da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais.

O Projeto, segundo a coordenadora, foi pensado para proporcionar aos estudantes uma formação generalista, pautado pelo Sistema Único de Saúde, com uma visão geral das diversas possibilidades de atuação da terapia ocupacional, para que a opção pela especialidade seja feita após a graduação ser finalizada. Tem como objetivo abordar questões e necessidades relacionadas ao estado do Rio Grande de Sul, para que os futuros profissionais permaneçam na região, devido à carência deste profissional, bem como trabalhar a área da pesquisa.

Conforme a coordenadora do curso, o Projeto Político-Pedagógico se orienta por quatro módulos, nos quais são distribuídas as disciplinas semestrais. Há uma estruturação com as fases do desenvolvimento humano, que englobam todas as áreas de atuação da terapia ocupacional, em uma visão generalista. As disciplinas de áreas específicas são dadas de forma optativa e as atividades práticas estão inseridas desde o início do curso, com aumento gradativo.

A carga horária total do curso, somando-se as disciplinas obrigatória, optativas e atividades complementares, segundo a entrevistada, é de 4097 horas.

Na avaliação da coordenadora do curso, o processo de formação dos alunos tem sofrido perdas por conta da falta de infra-estrutura da universidade, porém, com o esforço dos docentes, tem-se conseguido atender às expectativas da proposta de formação generalista e de profissionais aptos para atuarem e desenvolverem pesquisas em todas as áreas da terapia ocupacional.

#### *A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal de Pelotas*

Como não tivemos acesso ao Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, não temos como mensurar a formação em terapia ocupacional social.

De acordo com a coordenadora do curso, conteúdos específicos da área são oferecidos apenas em disciplinas optativas. Há uma disciplina obrigatória nomeada “Contextos Sociais e o Homem”, que engloba conteúdos da área de filosofia, sociologia e antropologia aplicados à terapia ocupacional, que mais se aproxima da área.

Mas na visão da coordenadora, a inserção dos alunos em todos os semestres em unidades básicas de saúde, contribuiria para o desenvolvimento desta área.

O curso não conta com docentes concursados especificamente para a formação na área, no entanto, uma das futuras vagas a serem abertas abrangerá também a área social, juntamente com saúde mental.

Para a coordenadora, não há como avaliar o processo de formação na área, pois ela ainda está se estruturando, mas as perspectivas são positivas, principalmente pela proposta de formação prática dos alunos na rede de atenção básica em saúde.

Tomando-se o depoimento da coordenadora, podemos perceber que todo o seu discurso está estruturado em torno do campo da saúde e que, portanto, isso não abrange a terapia ocupacional social.

### **3.15. Universidade Federal de Sergipe**

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi implantado em 2011 no processo de expansão e interiorização da universidade com a sua adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e a criação do campus Professor Antônio Garcia Filho, localizado no município de Lagarto, com uma proposta de reorientação da formação em saúde, juntamente com outros sete cursos da área da saúde, a saber: medicina, odontologia, fisioterapia, enfermagem, fonoaudiologia e nutrição.

De acordo com a coordenadora do curso entrevistada, já havia a intenção de se criar este curso mediada pelo CREFITO-7, visto a não existência de nenhum curso da área no estado do Sergipe, o que foi viabilizado pela criação desse campus, com o REUNI.

Todos esses cursos se constituem ainda como núcleos, vinculados diretamente à direção do campus.

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFS oferece 50 vagas, sendo uma entrada anual e o ingresso, via sistema SiSu/Enem.

A área de terapia da UFS conta com oito docentes efetivos, um temporário e um substituto. Segundo sua coordenadora, o projeto inicial previa a contratação de 16 professores efetivos, contudo, a perspectiva é de que esse número se mantenha em torno de 14.

Em relação às condições de desenvolvimento, segundo a coordenadora, os cursos funcionam em uma estrutura provisória, porque o campus definitivo está em processo de construção, o que tem sido uma das maiores dificuldades. Outro fator limitador é a carência de recursos materiais, muito por conta de dificuldades internas à universidade na tramitação desses processos. Ela aponta a necessidade de contratação de mais docentes, pois os existentes não são suficientes para o pleno

desenvolvimento do curso, principalmente pela questão das metodologias ativas de aprendizagem adotadas, que demandam mais docentes.

Apesar das dificuldades, a coordenadora vê como positivas as perspectivas para o curso; embora a infra estrutura atual seja frágil, o projeto do campus definitivo atenderá todas as suas necessidades. Projeta-se, ainda, a qualificação do corpo docente em programas de pós-graduação *stricto sensu*, posto que não há doutores na sua composição, para melhor desenvolver as atividades de pesquisa e extensão.

Não tivemos acesso ao Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFS na íntegra, apenas às Resoluções do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da universidade, acerca de alterações realizadas nesse Projeto.

Conforme a Resolução Nº16/2012/CONEPE, este curso “propõe uma educação integral, compartilhada com outros saberes e contextualizada no sujeito em sua existência na sociedade” (p.3).

Segundo a coordenadora do curso, a perspectiva é formar o aluno no Sistema Único de Saúde e para ele, assim como para o Sistema Único de Assistências Social, para a área educacional e para todos os demais campos de atuação da terapia ocupacional. Para ela, objetiva-se a formação de um profissional generalista:

voltado para um campo de prática que possibilite a inserção em diversos cenários de aprendizagem, voltados também para a questão da construção e consolidação do SUS [...] trabalhar de forma integrada entre prevenção, promoção, assistência, atuar na educação, gestão, a questão da vigilância em saúde também, a questão da habilitação e/ou reabilitação a partir das atividades cotidianas dos indivíduos (COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL DA UFS)

Ainda, de acordo com a Resolução Nº16/2012/CONEPE, a matriz curricular do curso é dividida em quatro ciclos anuais, desenvolvidos em subunidades curriculares, orientados por competências, sendo que o primeiro ciclo, básico da formação em saúde, é desenvolvido integralmente com os demais cursos da área da saúde do

campus, tendo como foco a prática da atenção primária em saúde. Os ciclos seguintes são específicos de formação em terapia ocupacional e acrescentam ao foco do ciclo anterior a atenção em saúde de nível secundário, as especialidades ambulatoriais e os núcleos integrados de saúde, visando assim uma formação generalista. A formação prática em serviços está prevista em todos os momentos do curso, partindo da observação à prática assistida.

A coordenadora do curso acrescenta a isso, que o curso segue, igualmente, uma divisão de acordo com os ciclos de vida: infância e adolescência, adulto e idoso, e, ainda, que são utilizadas metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, baseadas na problematização, sendo o desenvolvimento das subunidades curriculares em pequenos grupos, mediados por um docente que assume o papel de facilitador deste processo.

Assim, é proposto que a matriz curricular do curso de graduação em terapia ocupacional da UFS se desenvolva da seguinte maneira:

## Ciclo I

Subunidades Curriculares	Carga Horária
Introdução à Ciência da Saúde	120
Funções Biológicas	120
Proliferação Celular, Inflamação e Infecção	120
Abrangência das Ações em Saúde	90
Concepção e Formação do Ser Humano	120
Metabolismo	90
Percepção, Consciência e Emoção	120
Práticas de Ensino na Comunidade - PEC	120
Habilidades e Atitudes em Saúde	120

## Ciclo II

Subunidades Curriculares	Carga Horária
Saúde, Sociedade e Terapia Ocupacional	60
Desenvolvimento Humano	90
Terapia Ocupacional na Infância e Adolescência I	90
Terapia Ocupacional na Infância e Adolescência II	180
Política, Organização e Gerenciamento de Sistemas, Serviços e Programas de Saúde, Sociais e Educacionais	60
Habilidades Profissionais em Terapia Ocupacional I	120
Prática de Integração Ensino Serviço em Terapia Ocupacional I	120
Laboratório de Pesquisa em Terapia Ocupacional I	60

## Ciclo III

Subunidades Curriculares	Carga Horária
Aspectos Éticos, Filosóficos e Metodológicos da Terapia Ocupacional	60
Grupos, Instituições e Contexto	45
Terapia Ocupacional no Adulto I	120
Terapia Ocupacional no Adulto II	120
Terapia Ocupacional no Idoso	135
Habilidades Profissionais em Terapia Ocupacional II	120
Prática de Integração Ensino Serviço em Terapia Ocupacional II	120
Laboratório de Pesquisa em Terapia Ocupacional II	60

## Ciclo IV

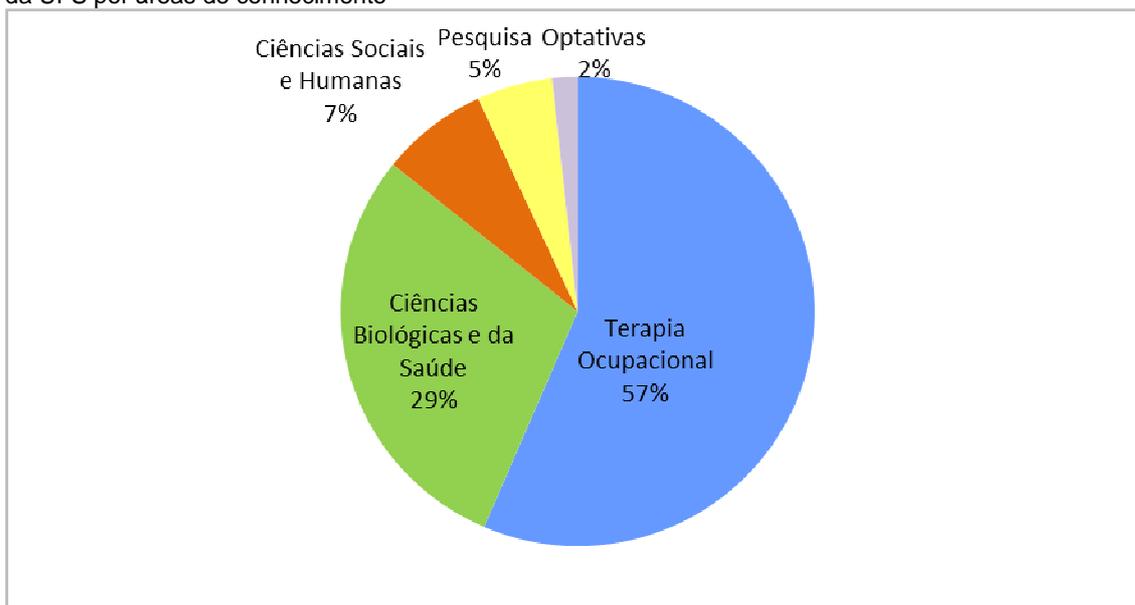
Subunidades Curriculares	Carga Horária
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional I	390
Trabalho de Conclusão de Curso I	30
Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional	390
Trabalho de Conclusão de Curso II	30

	Disciplinas ligadas às Ciências Biológicas e da Saúde
	Disciplinas ligadas às Ciências Sociais e Humanas
	Disciplinas ligadas à Terapia Ocupacional
	Disciplinas ligadas à Pesquisa
	Disciplinas Optativas e outras

Observa-se uma carga de conteúdos obrigatórios de 3420 horas, que são acrescidas de 60 horas de componentes curriculares optativos e de 120 horas de atividades complementares que deverão ser desenvolvidas pelo estudante ao longo do curso, sendo sua carga horária total de 3600 horas, a serem integralizadas em no mínimo quatro anos e no máximo sete.

Fazendo-se a distribuição da carga horária do curso em disciplinas pelas áreas de conhecimento, por nós identificadas, temos os seguintes valores percentuais, conforme mostrado no Gráfico 13:

Gráfico 13: Distribuição da carga horária em disciplinas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFS por áreas de conhecimento

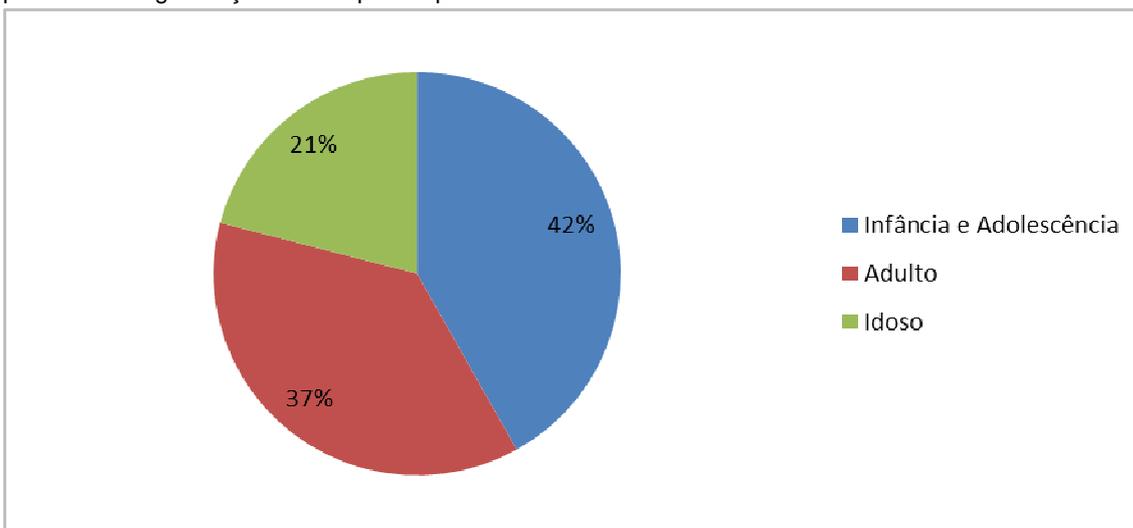


Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFS

A maior parte dos conteúdos trabalhados no Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFS é específica (57%), seguidas por uma quantidade também expressiva de conteúdos ligados as ciências biológicas e da saúde, com menor significância dos ligados às ciências sociais e humanas (7%), à pesquisa (5%) e, finalmente, de conteúdos optativos (2%).

Como já citado anteriormente, a formação profissional específica está organizada em ciclos de vida, sendo que, de acordo com a coordenadora, as áreas de atuação da terapia ocupacional são trabalhadas longitudinalmente, em todas essas fases. Distribuindo-se, portanto, a carga horária destinada a essa formação, conforme especificado na matriz curricular, chegamos a seguinte porcentagem:

Gráfico 13.1: Distribuição da carga horária de acordo com as áreas de formação profissional propostas pelo curso de graduação em terapia ocupacional da UFS



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFS

Nota-se, deste modo, uma não equivalência nesta proposta, com maior foco na infância e adolescência (42%), que engloba duas fases do desenvolvimento humano distintas, sequenciada pelo ciclo adulto (37%) e pelo idoso (21%), em menor expressão.

Na avaliação da coordenadora do curso, apesar de sua criação ser recente, o processo de formação tem propiciado ao aluno uma visão bastante crítica e uma postura ativa, com um bom nível de autonomia e independência de determinadas habilidades do curso e de interlocução com os usuários e equipes de saúde, principalmente por conta da metodologia adotada. Coloca ainda, que, embora a terapia ocupacional seja uma profissão nova no estado do Sergipe, percebe-se um movimento de busca dos alunos em torno das suas possibilidades de inserção e atuação

*A Formação em Terapia Ocupacional Social na Universidade Federal de Sergipe*

Como mostrado, o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Sergipe, a formação profissional se pauta pelos ciclos de vida e não por áreas de atuação.

Para a sua coordenadora, no curso as áreas de atuação da terapia ocupacional se apresentam neste curso em uma perspectiva longitudinal, perpassando todas as fases do desenvolvimento humano. Neste sentido, a terapia ocupacional social é trabalhada como todas as demais áreas, não havendo disciplinas específicas, em todos os ciclos: infância e adolescência, adulto e idoso.

Também segundo ela, a área está em processo de estruturação, pois não há terapeutas ocupacionais trabalhando neste campo, na rede de serviços do município, mas tem se trabalhado nessa interlocução. Ainda, não há docentes concursados exclusivamente para a área social, sendo estes conteúdos trabalhados por uma docente concursada para a área de saúde coletiva.

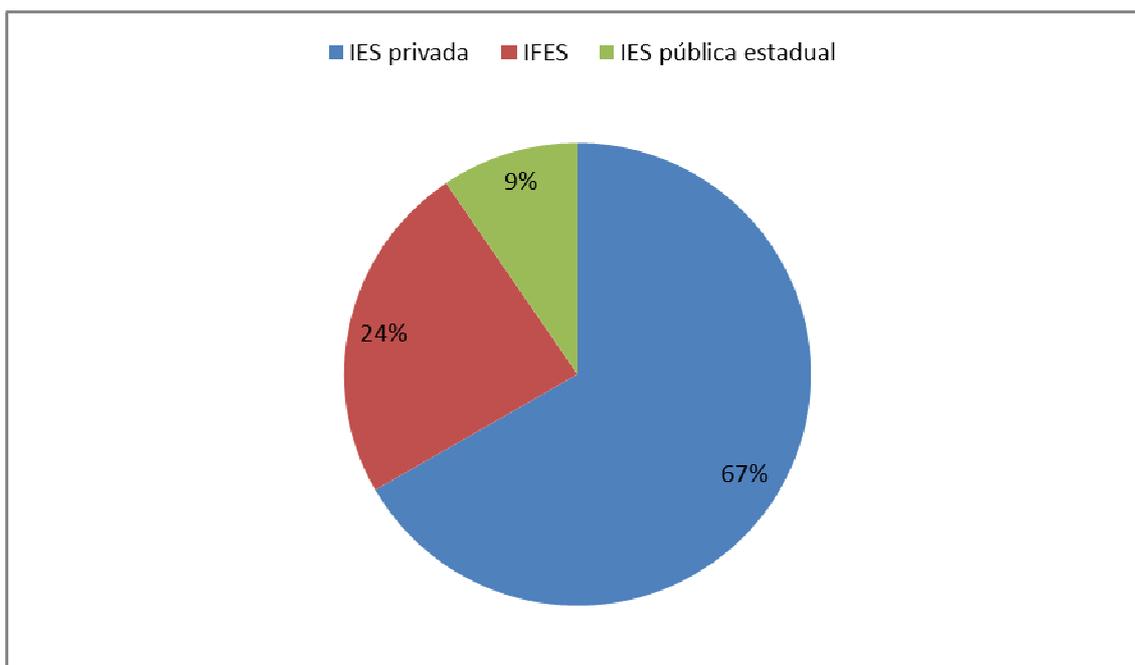
Para a entrevistada, como o curso está muito no início, é difícil avaliar o processo e os resultados da formação na área, mas a perspectiva é que os alunos possam ter vivências práticas nesse campo, fazendo a articulação com os eixos teóricos e possa vislumbrar as possibilidades de inserção e atuação da terapia ocupacional social. Ela ressalta que a preocupação de se formar profissionais para atuar no campo social é exclusiva do curso de terapia ocupacional, em relação aos demais cursos que compõem o campus, que estão exclusivamente voltados para o campo da saúde, no entanto, isso não seria um fator limitante para o desenvolvimento da área.

#### 4. A Graduação em Terapia Ocupacional e o Ensino de Terapia Ocupacional Social no Brasil

Nesta sessão, apresentaremos um panorama geral da graduação em terapia ocupacional no Brasil, com base nos dados apresentados na sessão anterior com relação aos 15 cursos de graduação em terapia ocupacional das Instituições Federais de Ensino Superior.

De acordo com dados do INEP, em 2013 havia 63 cursos de graduação em terapia ocupacional em funcionamento no país, sendo 21 em IES pública e 42 em IES privada. Dentre os cursos públicos, 15 são de IFES, o que representa 24% dos cursos de graduação em terapia ocupacional no país.

Gráfico 14: Distribuição porcentual dos cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil, por categoria administrativa.



Fonte: INEP, 2013.

Embora o número de cursos em IES privadas seja mais expressivo, Catani e Hey (2007), colocam que são as IES públicas que possuem maior relevância no cenário nacional, no que concerne à produção acadêmica e ao desenvolvimento de atividades de extensão, visto que as IES privadas, diferentemente das públicas, em sua maioria, organizam-se em outros modelos institucionais que não em universidade

e, portanto, não são obrigadas a desenvolver pesquisa e extensão, conforme postulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Pelo papel de destaque que possuem no cenário nacional, o modo como as IES públicas organizam e desenvolvem os seus cursos de graduação pode se constituir como referência para muitos cursos de IES privada. Portanto, ao estudar os cursos de graduação em terapia ocupacional de IES pública e, em especial, neste caso, das IFES, podemos delinear um panorama relevante de como vem se desenvolvendo a formação de terapeutas ocupacionais no Brasil.

No quadro abaixo apresentamos um panorama geral dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES:

Quadro 1: Panorama geral dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES – 2013.

IFES	Ano de Criação do Curso	Ano do Atual Projeto Político-Pedagógico	Nº de Vagas Oferecidas Anualmente	Recursos Humanos		
				Nº de Docentes		Técnicos
				Efetivos	Substitutos/ Temporários	
UFPE	1962	2011	36	18	2	-
UFSCar	1978	2011	40	17	11	-
UFMG	1979	2009	66	17	2	-
UFPR	2000	2005	120	23	-	2
UNIFESP	2006	2013	40	14	-	-
UFTM	2007	2007	60	15	4	2
UnB	2008.2	2009	100	12	2	-
UFPA	2009	2009	30	6	2	-
UFES	2009	2007	50	12	-	2
IFRJ	2009	2012	70	9	3	-
UFRJ	2009.2	2008	60	15	10	-
UFSM	2009.2	2009	70	9	-	-
UFPb	2010.2	2008	60	12	-	-
UFPeI	2010.2	2013	40	2	6	-
UFS	2011	2012	50	8	2	-
<b>Totais</b>			892	189	44	6

Observa-se que por um longo período, entre as décadas de 1960 e 2000, havia poucos cursos de graduação em terapia ocupacional em IFES, sendo que a maioria foi criada após 2006, com intensa abertura de novos cursos nos anos de 2009 e 2010. Isso se deu pela política de expansão do ensino superior adotada pelo governo federal

na gestão 2002-2010 e, em especial, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI.

Há uma variação em relação ao número de vagas oferecidas anualmente, sendo que nos cursos que oferecem maior quantidade há mais de uma entrada por ano; uma a cada semestre.

Da mesma forma, há variação quanto aos recursos humanos específicos da área dedicados à formação. Cabe destacar que todos os novos cursos criados por meio do REUNI ainda não estão com o seu corpo docente completo. Outro fator limitante é a falta de contratação de terapeutas ocupacionais para atuarem como técnicos nos cursos e que assumam a tarefa de implementação, acompanhamento e supervisão das atividades práticas, o que implica em acúmulo de funções para os docentes. Todos os coordenadores dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES consideram esse número de recursos humanos insuficiente, o que influi diretamente na qualidade não apenas do ensino, mas também no desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.

Todos os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES foram construídos tendo como referencial as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional, de 2002, e, de uma forma geral, estão em consonância com o que está estabelecido por elas no âmbito nacional.

No que concerne à matriz curricular geral e duração dos cursos, temos o seguinte panorama:

Quadro 2: Panorama geral das matrizes curriculares dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES – 2013.

IFES	Tempo mínimo de integralização	CH Total	CH Específica	CH CBS	CH CSH	CH Pesquisa	CH Optativa	Atividades Complementares
UFPE	4 anos	3600 horas	64%	23%	8%	3%	2%	150 horas
UFSCar	5 anos	4300 horas	*	*	*	*	*	100 horas
UFMG	4 anos	3060 horas	56%	19%	11%	8%	6%	180 horas
UFPR	4,5 anos	3855 horas	60%	25%	12%	3%	-	180 horas
UNIFESP	4 anos	4540 horas	59%	31%	6%	4%	-	200 horas
UFTM	4 anos	3920 horas	62%	21%	10%	4%	3%	335 horas
UnB	4 anos	3570 horas	43%	23%	7%	3%	24%	150 horas
UFPA	5 anos	3750 horas	46%	41%	7%	4%	2%	300 horas
UFES	4 anos	3995 horas	67%	15%	9%	4%	5%	200 horas
IFRJ	4 anos	4407 horas	57%	27%	9%	3%	4%	297 horas
UFRJ	4 anos	3450 horas	63%	19%	10%	4%	4%	200 horas
UFSM	4 anos	4090 horas	62%	23%	9%	2%	4%	280 horas
UFPb	4 anos	3390 horas	58%	15%	11%	6%	10%	*
UFPeI	4 anos	4097 horas	**	**	**	**	**	**
UFS	4 anos	3600 horas	57%	29%	7%	5%	2%	180 horas

CH: Carga horária

CBS: Ciências biológicas e da saúde

CSH: Ciências sociais e humanas

\*Dados não disponíveis no Projeto Político-Pedagógico

\*\*Projeto Político-Pedagógico não acessado

Não há uma uniformidade nos cursos no que tange à carga horária total, no entanto, na maioria deles essa quantidade é superior a 3600 horas, número mínimo defendido pelos docentes terapeutas ocupacionais durante o processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais, com exceção dos cursos da UnB, UFRJ, UFPb e UFMG, sendo que este último não atinge nem ao menos a carga horária mínima de 3240 horas fixada pelo antigo currículo mínimo.

Sabemos que quantidade não se transforma necessariamente em qualidade, contudo, qualidade implica em alguma quantidade mínima. Apesar dessa quantidade não estar fixada nas DCN, há parâmetros consensuados, nacional e internacionalmente, no interior da categoria profissional e que devem ser levados em conta no processo de construção de um curso de graduação.

Embora legalmente as Diretrizes Curriculares Nacionais sejam o norteador da formação de terapeutas ocupacionais no Brasil, o processo de construção e elaboração das mesmas não atendeu, de modo geral, as proposições feitas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Terapia Ocupacional (CEETO), por terem sido consideradas não condizentes com as propostas de flexibilização curricular

trazidas pela LDB, apesar de representarem os anseios da categoria, por serem parâmetros consensuados conjuntamente, resultado de uma ampla discussão entre os docentes da área. Assim, é necessário que um projeto de curso leve em conta não apenas o que está estabelecido pelas DCN, mas, também, o que está acordado no interior na profissão como padrão mínimo de qualidade para a formação, que, na ausência de discussões atuais, permanece sendo aquele primeiro documento apresentado pela CEETO ao Ministério da Educação, em 1998, com exceção da questão da carga horária mínima defendida, que passou de 3600 para 4000 horas.

Quanto à divisão da carga horária total pelas áreas de conhecimento, todos os cursos possuem basicamente a mesma estrutura, sendo quantitativamente, de modo decrescente: conteúdos específicos da terapia ocupacional, conteúdos das ciências biológicas e da saúde, das ciências sociais e humanas e de forma mais igualitária conteúdos ligados ao campo da pesquisa e optativos. A única exceção é o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UnB, que possui uma elevada porcentagem de conteúdos optativos.

Cabe destacar que essa divisão dos conteúdos foi feita a partir de critérios por nós estabelecidos e, em alguns casos, não condiz, necessariamente, com a divisão feita nos Projetos Político-Pedagógicos de cada curso. Fizemos essa opção por considerar que alguns conteúdos classificados como sendo das ciências sociais e humanas se inserem e/ou estão muito mais voltados para o campo da saúde e suas interfaces. Pelo mesmo motivo, optamos por incluir como uma categoria à parte os conteúdos ligados à pesquisa.

Posto isso, nota-se uma porcentagem elevada de conteúdos ligados às ciências biológicas e da saúde e uma desproporcionalidade quando comparados aos conteúdos das ciências sociais e humanas, sendo mais ou menos acentuadas, a depender do curso. Ainda, se nos detivermos na análise dos conteúdos das ciências biológicas e da saúde, temos que grande parte das disciplinas são essencialmente médico-biológicas.

Sem dúvida o conhecimento e entendimento de alguns processos biológicos são necessários para o exercício da terapia ocupacional, contudo, é preciso discutirmos quais desses conteúdos são realmente indispensáveis e qual deve ser o seu nível de aprofundamento, uma vez que a terapia ocupacional não direciona suas ações diretamente para esses processos e sim para a vida dos sujeitos, visando o aumento da qualidade de vida, maior autonomia e independência e inserção e participação social. Dito de outro modo, a terapia ocupacional não estabelece ações de cura das disfunções biológicas, portanto, alguns conteúdos desse âmbito são dispensáveis para a formação profissional.

Ao nível do discurso é reproduzido a máxima de que queremos superar o modelo biomédico hegemônico, porém, na prática da formação profissional, o que se nota é que reafirmamos esse modelo ao destinar boa parte da carga horária dos cursos para esse tipo de conteúdo.

Este fato tem raízes na história da terapia ocupacional, quando na década de 1960 houve um movimento de se alinhar aos preceitos do modelo biomédico, a fim de se validar técnica e cientificamente. As implicações disso se fazem sentir ainda hoje, quando da necessidade da terapia ocupacional se enquadrar enquanto uma profissão nominada como “da saúde”, como meio de legitimar a sua prática, alcançar status e construir uma identidade profissional.

No que concerne à formação específica em terapia ocupacional, embora em todos os cursos a carga horária destinada a ela ocupe a maior parte do currículo, também não há uniformidade quanto à porcentagem que representam, variando entre 43% e 67%. O panorama geral desta formação nos cursos se coloca da seguinte forma:

Quadro 3: Formação específica em terapia ocupacional nos cursos de graduação em terapia ocupacional da IFES – 2013.

<b>IFES</b>	<b>CH Específica Total</b>	<b>CH Específica Teórica</b>	<b>CH Específica Prática</b>
<b>UFPE</b>	2295 horas	750 horas	1545 horas
<b>UFSCar</b>	*	*	*
<b>UFMG</b>	1710 horas	765 horas	945 horas
<b>UFPR</b>	2205 horas	780 horas	1425 horas
<b>UNIFESP</b>	2560 horas	1038 horas	1522 horas
<b>UFTM</b>	2250 horas	1200 horas	1050 horas
<b>UnB</b>	1470 horas	540 horas	930 horas
<b>UFPA</b>	1725 horas	*	*
<b>UFES</b>	2535 horas	990 horas	1545 horas
<b>IFRJ</b>	2460 horas	885 horas	1575 horas
<b>UFRJ</b>	2050 horas	655 horas	1395 horas
<b>UFSM</b>	2475 horas	780 horas	1695 horas
<b>UFPb</b>	1965 horas	*	*
<b>UFPEl</b>	**	**	**
<b>UFS</b>	2052 horas	*	*

\*Dados não disponíveis no Projeto Político-Pedagógico

\*\*Projeto Político-Pedagógico não acessado

Constata-se, no que diz respeito à formação específica, que os conteúdos de ordem prática são o foco, como aliás sempre foram, quando não foram únicos na história da formação em terapia ocupacional (LOPES, 2004), possuindo maior carga horária que os conteúdos teóricos, excetuando-se o curso da UFTM, onde essa situação se inverte. Podemos afirmar, assim, que a formação em terapia ocupacional no Brasil é eminentemente prática.

Tais conteúdos práticos envolvem também outras atividades que não apenas formação em serviço, portanto não temos a informação exata da quantidade de horas destinada a isso. Embora no Brasil não haja fixação de cargas horárias mínimas, em nível mundial, os Padrões para a Educação de Terapeutas Ocupacionais, da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais, recomendam 1000 horas mínimas de formação em serviço. O que se pode notar, pelo quadro, é que alguns cursos não atingem esse padrão mínimo.

Ao fazermos a distribuição da carga horária específica da terapia ocupacional por áreas de atuação profissional propostas para a formação em cada curso, encontra-se, em geral, uma divisão desigual desses conteúdos. A maioria dos cursos

desenvolve a formação profissional com base no modelo, que podemos considerar tradicional, de áreas de atuação. Alguns cursos propõem essa formação de outra maneira, dividindo-a por ciclos de vida ou fases do desenvolvimento humano e por níveis de atenção à saúde, em que essa divisão, teoricamente, seria mais igualitária. No entanto, sabe-se que na prática os serviços de atenção estão organizados, em sua maioria, de acordo com as demandas atendidas, ou seja, áreas de atuação, necessitando uma análise maior desses currículos sobre como vem sendo desenvolvida a formação prática.

De todo modo, a quase absoluta maioria das áreas de formação propostas em todos os cursos são ligadas ao campo da saúde, com ênfase crescente na atuação primária em saúde, a maior parte ligada à atuação especializada da média e menos à reabilitação.

Ainda é necessário frisar que embora historicamente o campo da saúde tenha sido o lugar de maior inserção dos terapeutas ocupacionais, não está restrito a ele.

Estabelece-se como um dos objetivos centrais dos cursos de graduação a formação de profissionais com um perfil generalista, contudo, faz-se primordial uma discussão e reflexão aprofundada do que se quer com esse preceito.

O que significa formar um terapeuta ocupacional com perfil generalista? Estamos falando de um profissional generalista apenas para dentro do campo da saúde ou generalista no sentido de ser capaz de atuar em diferentes campos, também na saúde, mas não apenas?

Pensar em uma formação de fato generalista para a terapia ocupacional significa incorporar outros referenciais teóricos e práticos, para além dos restritos às ciências biológicas e da saúde, o que não tem sido feito nos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES e, possivelmente, de forma geral no país.

O modo como os cursos têm se estruturado não abarca todas as possibilidades e complexidades postas para a formação do terapeuta ocupacional atualmente no Brasil. O foco na generalidade em saúde impacta diretamente nos outros campos

possíveis de atuação, em especial para o campo social, mas igualmente para outros, como, por exemplo, para a reabilitação profissional, que tem aberto um número importante de postos de trabalho via o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Especificamente em relação à formação em terapia ocupacional social, ela se dá de uma maneira bastante diversificada entre os cursos, mas, de modo geral, ela se insere de forma muito minoritária nos currículos e, em boa parte deles, não é especificamente abordada, como mostrado no quadro abaixo:

Quadro 4: Formação em terapia ocupacional social nos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES e recursos humanos específicos – 2013.

IFES	Disciplina Obrigatória	Disciplina Optativa	Estágio Profissionalizante	Recursos Humanos	
				Efetivos	Temporários
UFPE	Terapia Ocupacional Social I	Terapia Ocupacional Social II	Optativo	2	-
UFSCar	*	*	Optativo	2	1
UFMG	Intervenções em Terapia Ocupacional II	-	-	1	-
UFPR	Terapia Ocupacional aplicada às Condições Sociais	-	Optativo	-	-
UNIFESP	Terapia Ocupacional Social	-	Optativo	2	-
UFTM	-	-	-	-	-
UnB	-	-	-	-	-
UFPA	-	-	-	-	-
UFES	Terapia Ocupacional Social	Cultura, Grupos Sociais e Território	Obrigatório	3	-
IFRJ	Terapia Ocupacional em Ação Social I e II	-	Obrigatório	-	1
UFRJ	Terapia Ocupacional na Inclusão Social e Instituições Penais	-	-	-	-
UFSM	-	-	-	-	-
UFPb	-	-	-	2**	-
UFPel	-	-	-	-	-
UFS	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>				<b>12</b>	<b>2</b>

\*O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar não está organizado em disciplinas

\*\* Vagas não exclusivas em terapia ocupacional social

Dentre os 15 cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES, oito deles inserem os conteúdos da terapia ocupacional social em disciplinas específicas e sete não o fazem.

Nos cursos de graduação que não ofertam disciplinas específicas da área, constata-se que isso se dá pelo fato de seus projetos político-pedagógicos não considerarem o campo social como um campo específico de atuação do terapeuta ocupacional e estarem totalmente formatados para o campo da saúde – ainda que também se observe essa formatação nos cursos que possuem disciplinas específicas.

Isso tem impacto na forma como se constitui o corpo docente na área. Na medida em que não há espaço reservado no currículo para essa formação, não se abrem vagas para docentes específicos e isso se mantém em um ciclo de retroalimentação.

Entre os cursos que oferecem essa formação, nota-se que isto se dá de forma muito diferente entre eles, no que tange a: nomeação e número de disciplinas, carga horária, formação prática, conteúdos abordados, distribuição ao longo da graduação e número de docentes específicos.

A escassez de recursos humanos particularmente dedicados à terapia ocupacional social é uma problemática constatada e que tem impacto na conceituação da área, tanto do aspecto teórico quanto prático, assim como no seu desenvolvimento e consolidação, por meio do fomento de atividades de pesquisa e extensão.

Dos oito cursos que promovem esta formação, apenas três possuem docentes que se dedicam ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e produção de conhecimento propriamente no campo social.

Verifica-se, ainda, uma heterogeneidade na conceituação da terapia ocupacional social. Pelo fato de todos os cursos, sem exceção, embora alguns muito mais que outros, estarem totalmente formatados para a grande área da saúde, em alguns deles o campo social é visto sob a ótica da saúde, especialmente naqueles em que não há docentes específicos, corroborando com apontamentos já feitos anteriormente por Lopes e Pan (2012) em pesquisa acerca do ensino de terapia ocupacional social nas universidades públicas do estado de São Paulo. Naquela ocasião, verificou-se uma sobreposição entre os conceitos de contextos sociais e

campo social em que, no primeiro, prevalece a idéia de que o social se constitui como um elemento que permeia todas as áreas de atuação da terapia ocupacional e que, a depender do “olhar” do profissional e da referência metodológica adotada por ele, o “social”, enquanto um componente, será mais ou menos considerado e trabalhado.

Parece não termos avançado muito em relação à discussão iniciada ao final da década de 1970, conforme colocado por Pinto (1990) e Soares (1991), quando da emergência da área, em torno do que é a terapia ocupacional social, no sentido de construir um consenso entre os terapeutas ocupacionais e, sobretudo, entre aqueles envolvidos na formação profissional.

Obviamente são inegáveis os avanços e o crescimento dessa subárea, tanto em relação à ampliação de espaços de intervenção quanto em relação ao desenvolvimento de pesquisas e produção científica, no entanto, não conseguimos ainda produzir um parâmetro comum, aceito em âmbito nacional, dos conteúdos mínimos necessários para a formação profissional em terapia ocupacional social.

A flexibilização nos currículos promovida pelo estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais somada às normativas impostas para os cursos de graduação consideradas “da saúde”, acabaram por influir negativamente para a área da terapia ocupacional social.

De um lado, as diretrizes curriculares, ao proporem a flexibilização dos currículos deixaram de fixar os conteúdos mínimos considerados necessários para a formação, assim como suas respectivas cargas horárias. Embora o antigo currículo mínimo, de 1983, não estabelecesse a terapia ocupacional social como conteúdo obrigatório nos cursos de graduação, estipulava que, no mínimo, 10% da carga horária total de curso se destinassem a conteúdos da área das ciências sociais e humanas – o que também constava na primeira proposta para as diretrizes curriculares nacionais para a graduação em terapia ocupacional elaborada pela CEETO em 1998 – conteúdos os quais, podemos dizer, são a base da formulação teórica da terapia ocupacional social.

De outro, a influência exercida pela Rede UNIDA junto aos Conselho Nacional de Educação e Conselho Nacional de Saúde culminou em parâmetros que foram aplicados a todos os cursos de graduação tidos como da área da saúde em suas diretrizes curriculares, incluindo a terapia ocupacional. Tais parâmetros estabelecem o perfil desejado de profissionais para atuarem no campo da saúde, a partir da aquisição de competências e habilidades gerais comuns a todos eles. Isso tem um impacto – negativo – importante para a terapia ocupacional social: limitar o perfil do terapeuta ocupacional a um profissional da área da saúde é limitar as suas possibilidades de ações em outros campos, como, por exemplo, o campo social.

Apesar da proposta das diretrizes curriculares nacionais terem como diretiva a flexibilização dos currículos, os parâmetros estabelecidos para os profissionais da área da saúde buscam enquadrar, de certa forma, a terapia ocupacional a esse campo e limitar a ele a concepção de um profissional generalista, o que se constata nos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES: em todos eles a formação está voltada para um perfil generalista circunscrito ao campo da saúde, ao contrário de um perfil generalista mais amplo, no sentido de ter capacidade para atuar em diferentes campos, também na saúde, mas não apenas.

Conjuntamente, as políticas educacionais incrementadas na última década para a formação de profissionais para atuarem no setor saúde, promoveram a emersão e ênfase na atenção básica em saúde, como principal alternativa ao modelo de assistência à saúde da população brasileira e isso também trouxe impactos para a área da terapia ocupacional social, ao suscitar certa sobreposição na conceituação destes dois campos de atuação profissional.

O Ministério da Saúde define a atenção básica ou atenção primária em saúde, como

um conjunto de ações em saúde no âmbito individual ou coletivo que abrangem a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigida a populações de territórios delimitados,

pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações (BRASIL, 2007.p.7).

Assim, podemos dizer que a atuação da terapia ocupacional social, que se propõe a trabalhar a partir dos problemas, características e necessidades concretas dos sujeitos – individuais e coletivos –, direcionando suas ações para aqueles cujas demandas emergem da sua condição de exclusão do acesso aos bens sociais e pelo agravamento das condições de vida a que estão submetidos (GALHEIGO, 2003; BARROS et al., 2007), apresenta como principais interfaces com a atenção básica em saúde a intervenção com base na abordagem territorial e a situação de vulnerabilidade social em que se encontra parte da população-alvo, mas que, no entanto, não são suficientes para defini-las.

O território, enquanto um espaço de intervenção, vem sendo pautado na atuação de diversos profissionais e não é diferente na terapia ocupacional. De acordo com Oliver et al. (2001), o território é um espaço de múltiplas potencialidades, onde se produzem saberes sobre a vida, os problemas e as possibilidades de criação e solução. O estado de vulnerabilidade social, conforme proposto por Castel (1997), se constitui como um fenômeno produzido pela conjunção da precariedade do trabalho, frente à estrutura economicamente desigual, com a fragilidade dos vínculos sociais, sendo capaz de descrever uma grande parcela da população brasileira.

Metodologicamente também é possível traçar similaridades entre os dois campos, como, por exemplo, a proposição de ações coletivas e práticas democráticas e participativas, mas que se diferem no modo como são desenvolvidas e nos objetivos a serem alcançados, assim como os saberes e conhecimentos que norteiam e embasam essas ações. Ou seja, a distinção basilar está no ponto de partida e na finalidade da intervenção, a qual, para a terapia ocupacional social, não é necessária, e muitas vezes problemática, a mediação dos processos saúde-doença.

O terapeuta ocupacional tem sido chamado para atuar em torno de demandas que circunscrevem o campo social, e este cada vez mais reconhecido enquanto um

espaço para a intervenção/ação, tanto no interior da profissão como por outros profissionais. Dois grandes exemplos legais disso são a Resolução Nº383/2010 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) que reconhece o campo social como uma das possíveis áreas de atuação do terapeuta ocupacional e a Resolução Nº17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em que estabelece o terapeuta ocupacional enquanto um dos profissionais que pode compor a equipe básica, tanto na atenção das especificidades dos serviços socioassistenciais como na gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tais ganhos são frutos de intensa luta dos terapeutas ocupacionais do país, não obstante, ao que parece, isso ainda não teve impacto suficiente para que os cursos de graduação em terapia ocupacional se mobilizassem no sentido de atender às exigências postas para a formação e intervenção na área.

Ademais, na medida em que se define a terapia ocupacional como um campo de conhecimento e intervenção em saúde, em educação e *no campo social*, que visa, através de suas ações, a emancipação e a autonomia de pessoas que, por razões ligadas a problemáticas específicas (físicas, sensoriais, psicológicas, mentais e/ou sociais), apresentam, temporária ou definitivamente, dificuldades de inserção e participação na vida social (BARROS et al., 2002, grifo nosso), não podemos prescindir de oferecer aos futuros profissionais formação adequada e de qualidade para a atuação em outros campos e não apenas para a saúde, como tem se verificado.

O cotidiano de trabalho no campo social implica em demandas específicas para a formação profissional e que envolve além de disciplinas teóricas e práticas próprias, abertura de vagas para docentes que tenham este perfil e que desenvolvam atividades de pesquisa, produção de conhecimento e extensão na área, bem como conhecimentos gerais de conteúdos das ciências humanas e sociais.

À vista disso, torna-se necessário que os cursos de graduação em terapia ocupacional do país repensem seus currículos e a constituição de seus corpos docentes.

## **5. O Rebatimento das Atuais Políticas de Ensino Superior para os Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional no Brasil**

### **5.1. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**

Como já colocado anteriormente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, implantado em 2007, propôs a ampliação de vagas e criação de novos cursos de graduação e novos campi em universidades federais (BRASIL, 2007).

A terapia ocupacional, desde a sua regulamentação como profissão de nível superior, vem crescendo progressivamente a partir da expansão de cursos de graduação. Em documento publicado pelo Ministério da Saúde acerca da trajetória dos cursos de graduação na área da saúde, verificou-se que entre o período 1991-2004 houve um aumento de 129% no número de cursos de graduação em terapia ocupacional, que passaram de 17 para 39, ficando na região Sudeste e, mais especificamente, no estado de São Paulo, a maior concentração desses cursos (BRASIL, 2006). Contudo, como mostrado abaixo no Quadro 5, o aumento mais significativo se deu em IES privadas, em consonância com a política de educação superior para o período e de modo similar aos demais cursos de graduação da saúde (BRASIL, 2006; CARVALHO, 2006).

Em 2013, verifica-se a existência de 63 cursos de graduação em terapia ocupacional credenciados pelo Ministério da Educação (INEP, 2013). O quadro a seguir nos mostra essa configuração no país, de acordo com a categoria administrativa das IES.

Quadro 5. Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional, por categoria administrativa - 1991/2013

Ano	Total	IES Pública			IES Privada
		Total	Estadual	Federal	Total
1991	17	05	02	03	12
2004	39	09	05	04	30
2013	63	21	06	15	42

Fonte: INEP, 2013.

Como se pode perceber, a formação em terapia ocupacional, ao nível de graduação, continuou se expandindo no Brasil e, ainda que numericamente tenha sido maior no setor privado, em termos percentuais foi pouco maior (uma diferença em torno de 15%) no setor público. De todo modo, foi notável e bastante significativo o aumento dos cursos em IFES, principalmente no que se refere ao período compreendido entre 2004-2013.

Esse aumento dos cursos de graduação em terapia ocupacional em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se deu, em grande parte, com a implantação do REUNI.

Até 2008, havia apenas seis cursos de graduação em terapia ocupacional em IFES, concentrados principalmente na região Sudeste, como mostrado na Figura 1, representados pelo marcador vermelho:

Figura 1: Distribuição dos cursos de graduação em terapia ocupacional vinculados a IFES antes do REUNI



Fonte: Google ©, 2013

Com o REUNI, houve nesses cursos a expansão no número de vagas oferecidas, conforme o quadro a seguir, que representa a sua IES de origem, o ano de sua criação e o número de vagas ofertadas anteriormente e posteriormente ao REUNI:

Quadro 6: Expansão do número de vagas nos cursos de graduação em terapia ocupacional já existentes nas IFES.

Instituição	Ano de Criação do Curso	Nº de vagas oferecidas antes do REUNI	Nº de vagas oferecidas após o REUNI
Universidade Federal de Pernambuco	1962	30	36
Universidade Federal de São Carlos	1978	30	40
Universidade Federal de Minas Gerais	1979	60	66
Universidade Federal do Paraná	2001	30	120
Universidade Federal de São Paulo	2006	30	40
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2007	40	60
<b>Total</b>		220	362

Os cursos de graduação em terapia ocupacional de IFES já existentes, até 2008, somavam uma oferta total de 220 vagas por ano. Após a adesão dessas IFES ao REUNI, estes cursos passaram a totalizar 362 vagas anuais, ou seja, houve um aumento de 64,5% da oferta de vagas.

Ainda, com o REUNI, foram criados oito novos cursos de graduação em terapia ocupacional no país em universidades federais<sup>16</sup>, o que representa um aumento de 133%, simbolizados pelo marcador azul na Figura 2:

<sup>16</sup>Neste período houve também a criação do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do Instituto Federal do Rio de Janeiro (assinalado na Figura 2 pelo marcador amarelo), o qual compôs o universo dos cursos aqui estudados, contudo, a sua implantação foi oportunizada pelo processo de transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFTs) em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, passando a oferecer também cursos de nível superior (BRASIL, 2008a).

Figura 2: Distribuição dos cursos de graduação em terapia ocupacional vinculados a IFES posteriormente ao REUNI



Fonte: Google®, 2013.

O Quadro 7 a seguir, faz a apresentação destes novos cursos:

Quadro 7: novos cursos de graduação em terapia ocupacional criados pelo REUNI.

<b>Instituição</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Nº de Vagas Atualmente Oferecidas</b>
<b>Universidade de Brasília</b>	2008	100
<b>Universidade Federal do Pará</b>	2009	30
<b>Universidade Federal do Espírito Santo</b>	2009	50
<b>Universidade Federal de Santa Maria</b>	2009.2	70
<b>Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>	2009.2	60
<b>Universidade Federal da Paraíba</b>	2010.2	60
<b>Universidade Federal de Pelotas</b>	2010.2	40
<b>Universidade Federal de Sergipe</b>	2011	50
<b>Total</b>		<b>460</b>

Fonte: Coordenadores dos Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional das IFES

Foram criadas com o REUNI, portanto, 460 novas vagas públicas federais em cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil. Percebe-se também que houve uma expansão para outras regiões do país que ainda não possuíam cursos na área em IES públicas, embora continuem escassos, notadamente nas regiões Norte e Centro-Oeste.

O total de vagas ampliadas, somando-se a expansão nos cursos já existentes e as criadas pelos novos cursos, é de 892 vagas anuais, o que representa um aumento de aproximadamente 305%.

Para a grande maioria dos coordenadores e representantes dos novos cursos de graduação em terapia ocupacional entrevistados, se não fosse pela adesão de suas instituições ao REUNI, a possibilidade de abertura de tais cursos seria bastante escassa ou até mesmo não existiria. Desse modo, podemos afirmar que esta política foi determinante para a atual expansão da terapia ocupacional no Brasil.

No entanto, a implantação e a implementação do REUNI nas instituições aqui estudadas se deram de forma não uniforme.

Este programa previa o investimento de recursos nas universidades federais que aderissem ao programa com a criação de novos cursos e /ou expansão de vagas em cursos já existentes, ficando a gestão desses recursos a cargo de cada instituição (BRASIL, 2007).

Ao que parece, de acordo com o discurso dos entrevistados, a gestão dos recursos financeiros providos pelo REUNI se dá de forma diferente entre as universidades aqui estudadas, o que pode estar ligado a algumas condições pouco favoráveis para o desenvolvimento dos novos cursos implantados, âmbito no qual a terapia ocupacional se insere, talvez porque não eram mesmo suficientes ou porque o investimento nos novos cursos não seja visto como prioridade, visto que o uso desses recursos se dá com escolha autônoma das IFES.

A maior queixa dos coordenadores e representantes dos cursos de graduação em terapia ocupacional estudados é com relação à falta de recursos humanos, especialmente de docentes.

No que concerne aos cursos criados anteriormente ao REUNI, houve um aumento na contratação de docentes efetivos que gira em torno 25%, em contrapartida a uma expansão de 64,5% de suas vagas; no volume total, o aumento de docentes foi de 123%, sendo, porém, de 305% a expansão no número de vagas. Mas vale salientar que a relação do número de alunos por docente prevista, de modo geral, pelo REUNI é de 18 por um e também que o corpo docente dos novos cursos, em sua maioria, não está completo e há a previsão de abertura de novos concursos.

De qualquer forma, o que se vê é que a contratação de docentes para os cursos de graduação em terapia ocupacional não tem sido suficiente para acompanhar a ampliação no número de vagas e possibilitar um pleno desenvolvimento dos seus projetos, ressaltando o fato de que a função docente não é apenas o ensino de graduação.

Quanto à questão da infra-estrutura e dos recursos materiais para o funcionamento destes cursos, quase a totalidade dos sujeitos entrevistados relatam algum tipo de dificuldade, o que, como já dito, parece estar relacionado com a gestão dos recursos financeiros por parte das universidades, mas, apesar disso, os cursos têm conseguido se desenvolver, sendo realmente o maior problema a falta de recursos humanos.

Isso tem relação com a proposta de melhor aproveitamento da estrutura universitária e obtenção de maior eficiência trazida pelo REUNI , focando em resultados que, não necessariamente, implicam em determinada qualidade (ARAÚJO, PINHEIRO, 2010). Seria importante tentar ir além da democratização e ampliação de acesso ao ensino superior.

Para o âmbito da terapia ocupacional no Brasil, uma profissão pouco reconhecida e que até então contava com poucos cursos de graduação, se comparados a outras profissões, os benefícios trazidos pelo REUNI são inquestionáveis. Sem esta proposta certamente não teríamos o número de cursos públicos que temos atualmente.

Mas, não é por conta disso que devemos olhá-la sem crítica. Já na época da criação do REUNI, estudiosos da educação superior brasileira afirmaram que nos moldes em que esta expansão se colocava não havia uma contrapartida orçamentária correspondente para a implantação de ensino de qualidade, como se tem visto. O reflexo disso, primeiro, tem sido a precarização do trabalho docente, com o aumento de alunos sob sua responsabilidade e ainda, a necessidade de sua maior dedicação a atividades ligadas à graduação, o que pode comprometer atividades de pesquisa e extensão, e, conseqüentemente, o tripé de sustentação da universidade: ensino-pesquisa-extensão (LÉDA, MANCEBO, 2008).

O que é também preocupante para a terapia ocupacional, que depende do seu avanço científico, por meio da pesquisa, para sua plena institucionalização acadêmica no Brasil, notadamente com programas de pós-graduação stricto-sensu.

Não obstante, Catani (2008) coloca que uma das únicas possibilidades de obtenção de recursos adicionais pelas universidades federais era por meio da adesão ao REUNI, na época de sua vigência. Nas palavras do autor: “é ruim se aderir; se não aderir pode ser pior” (CATANI, 2008, p. 8), o que acabou culminando na elaboração de planos de reestruturação e expansão por todas elas. O que vai ao encontro dos depoimentos dos coordenadores de curso entrevistados, de que o processo de

implantação do REUNI parece ter sido aproveitado por grande parte das instituições para obterem maiores financiamentos, ao contrário da democracia pretendida pelas diretrizes do programa.

Este fato nos traz questionamentos quanto à demora da expansão dos cursos de graduação em terapia ocupacional em instituições de ensino superior públicas e do por que isso ter ocorrido apenas por meio do REUNI. Por que as IFES que já tinham a maior parte dos cursos ditos da saúde e, por tanto, já contavam com uma certa estrutura, não se mobilizaram antes para a implantar a área de terapia ocupacional? Pode-se “hipotetizar” que, talvez, o curso de terapia ocupacional não seja visto como tão necessário e importante, sendo a sua implantação uma estratégia meio e não um fim.

No mais, o REUNI esteve limitado à previsão orçamentária concedida, não tendo havido a efetividade e o cumprimento dos desembolsos acordados (LIMA et al., 2008), o que contribuiu para a incerteza quanto ao futuro, em termos qualitativos, dos novos cursos criados; todavia, os recursos acordados foram liberados durante 2013 e estão sendo implementados. Resta avaliar aonde se chegou com o que foi proposto pelo programa e aceito pelas IFES. O que podemos afirmar até o momento é que, sem dúvida, se ampliou o acesso ao ensino superior como um todo e inclusive para a terapia ocupacional.

## **5.2. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde**

O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), integrado a uma política indutória dos Ministérios da Saúde e Educação, tem como objetivo geral transformar os processos de formação dos profissionais da saúde, como meio para consolidação e fortalecimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), propondo financiamento para os cursos que optassem por integrar o programa e se propusessem a reformular os seus currículos (BRASIL, 2007).

Para aderirem ao Pró-Saúde é necessário que os cursos reformulem seus Projetos Político-Pedagógicos no sentido de atender os eixos propostos, que orientam a adoção de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem, integração entre os serviços de saúde e de ensino, inserção dos alunos em serviços de saúde desde o início do curso, foco na atenção básica em saúde, educação permanente (BRASIL, 2007).

A terapia ocupacional classificada como uma profissão da área da saúde se insere nesse cenário. Contudo, os resultados obtidos por meio da realização desta pesquisa demonstra que o Pró-Saúde não teve impacto direto na elaboração dos atuais Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em terapia ocupacional das Instituições Federais de Ensino Superior, como detalharemos a seguir.

Nos 15 cursos de graduação em terapia ocupacional vinculados a IFES, verificou-se que apenas dois aderiram ao Pró-Saúde com a submissão de propostas e a reformulação dos seus Projetos Político-Pedagógicos de acordo com as diretrizes do programa. Estes cursos são os da Universidade Federal de São Carlos e Universidade Federal de Minas Gerais.

No entanto, como já melhor detalhado anteriormente, no item Os Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional das Instituições Federais de Ensino Superior, o que as coordenadoras dos cursos de graduação em terapia ocupacional da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade Federal de Minas Gerais apontam é que já havia discussões internas com o intuito de reformulação dos antigos Projetos Político-Pedagógicos e muito do que se pretendia ia ao encontro das propostas do Pró-Saúde, assim, as reformulações não foram realizadas especificamente para atender ao programa; foram processos que caminharam paralelamente e que se encontraram principalmente pela possibilidade de financiamentos proposto pelo Pró-Saúde. Desta forma, o Pró-Saúde não teve um rebatimento direto na elaboração nesses novos Projetos Político-Pedagógicos.

Ainda, percebeu-se que alguns dos cursos de graduação em terapia ocupacional aqui estudados passaram por um processo recente de reformulação dos seus Projetos Político-Pedagógicos e que muito das novas propostas curriculares estão em consonância com as diretrizes do Pró-Saúde, especialmente no que diz respeito à inserção dos alunos nos serviços de atenção básica à saúde desde o início da graduação, porém, parece que os cursos não tiveram acesso a essa política e suas possibilidades de financiamento.

Por outro lado, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), direcionado para o fortalecimento de áreas estratégicas do SUS, estabelecido como uma das estratégias do Pró-Saúde, tem como pressuposto a educação pelo trabalho e disponibiliza bolsas para docentes (tutores), profissionais dos serviços (preceptores) e estudantes de graduação da área da saúde (BRASIL, 2010), tem tido maior repercussão.

Todos os cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES estão de alguma forma envolvidos com o PET-Saúde, com a inserção de alunos e docentes nos programas em desenvolvimento em suas instituições. Apesar disso e da proposta de que o Pet-Saúde exerça um papel indutor nos processos de formação dos futuros profissionais da área da saúde, isso não tem reverberado diretamente nos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em terapia ocupacional.

Estes dados corroboram com os apontamentos feitos por Conterno (2013), de que tais programas, Pró-Saúde e Pet-Saúde, possuem um caráter de efeito demonstrativo, ou seja, na medida em que não há incentivos financeiros suficientes para todas as instituições de ensino superior interessadas em integrá-los, privilegiam-se algumas instituições de referência e destaque no cenário nacional para que as mudanças na formação profissional promovidas por elas incentivem e sirvam de modelos às demais.

Na medida em que esses programas surgem com o rótulo de medidas inovadoras – principalmente ao propor a adoção de metodologias ativas de ensino-

aprendizagem, que não o é, como também demonstrado por Conterno (2013) – e com promessas de “revolucionar” na formação profissional e a assistência à saúde, parece provocar um “efeito manada” entre os cursos de graduação, que adotam as suas diretrizes, mesmo não estando de fato inseridos nos programas, pois não é desejável não acompanhar essa tendência e correr o risco de perder credibilidade.

Pode-se inferir que as estratégias referentes ao Pet-Saúde, por exemplo, tenham sido levadas a cabo por outras áreas nas IFES e que estudantes da terapia ocupacional tenham sido incluídos em versão recente. Seria interessante mensurar quantos docentes da área de terapia ocupacional nas IFES estão na direção desse programa, recebem bolsas de tutoria e como têm articulado esse trabalho a suas atividades de pesquisa e extensão.

O movimento pela necessidade de reorientação da formação dos profissionais da saúde produzido pela Rede UNIDA, iniciado principalmente com o PROMED e que culminou na proposição do Pró-Saúde II:

Tornou-se difusor da idéia de que a solução dos problemas da população passaria pela inovação do processo de formação dos profissionais que atuam na área da saúde, ignorando que os problemas de saúde da população não são exclusivamente resultado da má formação dos seus profissionais, mas sim, da inexistência de acesso aos serviços e aos cuidados à saúde (CONTERNO, 2013, p. 106).

Não desconsiderando a importância e a necessidade de melhor qualificação profissional para a melhoria da assistência à saúde da população, é essencial o entendimento de que a mudança, por si só, não resulta automaticamente na solução dos problemas do sistema de saúde nacional; mais do que isso, é primordial a existência de condições concretas, ou seja, uma estrutura que proporcione a atuação qualificada, em todo o seu potencial. Para além da questão da formação profissional, faz-se necessário a discussão sobre os elementos determinantes envolvidos na assistência à saúde, como conseqüências do modelo adotado e das formas de financiamento, tendo em vista que o nosso sistema de saúde sofre com determinantes

estruturais que ultrapassam os limites de possíveis medidas educacionais (CONTERNO, 2013).

Ademais, o fato de o Pró-Saúde ser nada mais do que uma ampliação do antigo PROMED, traz questionamentos quanto a real problemática da formação de profissionais para atuarem na área da saúde, pois as suas diretrizes, idênticas entre os dois programas, parecem estar muito mais vinculada ao diagnóstico, majoritariamente, da formação graduada em medicina, não correspondendo, necessariamente, à realidade dos demais cursos da área, como, por exemplo, da terapia ocupacional.

## Conclusões

O formato colocado para a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em terapia ocupacional das IFES é muito similar e isso, de certo modo, acarretou limites para o aprofundamento das questões colocadas pela pesquisa.

O estudo pretendia, além de verificar as implicações das recentes políticas de ensino superior para a terapia ocupacional, averiguar como vem se desenvolvendo o ensino ao nível de graduação na área e, mais especificamente, da terapia ocupacional social, o que foi feito; contudo, finalizamos a pesquisa com um quê de frustração, pois foi difícil avançar na discussão; a metodologia de pesquisa utilizada era essencial à construção de um panorama até aqui inexistente, mas esse formato, fazer um retrato a partir dos documentos e do discurso dos gestores da educação em terapia ocupacional no Brasil, discurso este que se configurou, na absoluta maioria das vezes, de um modo bastante enquadrado a algo que se espera, do ponto de vista da instituição, implicou limites a serem superados.

Nota-se que, assim como a maioria dos cursos de graduação, os docentes e coordenadores são novos em suas funções e passam ainda por um processo de se consolidarem nas mesmas; parece haver um esforço de afirmação da qualidade do ensino e do trabalho desenvolvido que se reflete, em boa medida, em uma fala pronta, institucionalizada, com argumentos superficiais e repleta de chavões e de lugares comuns.

O que se conclui, essencialmente, é que a graduação em terapia ocupacional no país como um todo continua muito incipiente e que faltam discussões parametrizadas por argumentos robustos, faltam auto-críticas e reflexões para além do evidente, que ultrapassem a centralidade discursiva da questão das metodologias de ensino utilizadas.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi determinante para a expansão dos cursos de

graduação em terapia ocupacional em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sem a oportunidade proporcionada por este programa certamente os oito novos cursos não teriam sido criados.

Se uma das metas da terapia ocupacional para o seu crescimento no país era a criação de mais vagas e novos cursos públicos de graduação, isso foi alcançado. A luta agora deve ser para que esses cursos se consolidem e se desenvolvam com qualidade.

Os cursos de graduação em terapia ocupacional aqui estudados apresentam algumas dificuldades para o seu pleno desenvolvimento, o que se agrava nos novos cursos criados. Faltam recursos financeiros, materiais e infra-estrutura, todavia, parece ser possível conviver e prosseguir com isso. O problema principal está relacionado aos recursos humanos; o número atual de docentes e de técnicos da área de todos os cursos é insuficiente para o pleno desenvolvimento das propostas pedagógicas, o que acaba por dificultar o ensino, bem como por interferir igualmente nas atividades de pesquisa e extensão.

Para se alcançar o reivindicado e defendido pela terapia ocupacional brasileira, são necessários além de recursos financeiros, estruturais e materiais, o investimento em recursos humanos, tanto no que concerne à quantidade como à sua maior titulação, visto que ainda carecemos de doutores, que têm autonomia para a proposição de pesquisas aos órgãos de fomento.

Também a forma como estruturamos e desenvolvemos a formação profissional deve ser pauta dos debates atuais.

Todos os cursos de graduação em terapia ocupacional das Instituições Federais de Ensino Superior, ao nível do “discurso” dos seus Projetos Político-Pedagógicos, estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação na área, especialmente no que diz respeito à proposição de uma formação crítica, humanista, reflexiva e generalista, o que é repetido integralmente em todos eles. Não obstante, em alguns casos, esses conceitos aparecem esvaziados de

contexto e sentido, sem que os conteúdos curriculares façam, verdadeiramente, uma articulação com esses objetivos.

A rediscussão desses preceitos no interior da terapia ocupacional é urgente, sobretudo em referência ao seu posicionamento em torno do que se coloca como um profissional generalista.

Os direcionamentos dados para a formação de profissionais para atuarem na saúde, desde a década de 2000 e agora mais fortemente com o Pró-Saúde, têm tido implicações restritivas para a graduação em terapia ocupacional.

Vive-se atualmente um impasse: de um lado as diretrizes políticas do Ministério da Saúde norteiam e delimitam cada vez mais a formação no âmbito da saúde, ainda que em contradição com as propostas de flexibilização curricular postas pelas próprias diretrizes curriculares, e, de outro, a terapia ocupacional vem expandindo e se legitimando progressivamente em outros setores de atuação. É bom lembrar que as competências e habilidades específicas prescritas para a formação do terapeuta ocupacional incluem outros campos, explicitamente.

O campo social, que vem ganhando cada vez mais notoriedade no cenário da terapia ocupacional brasileira, traz especificidades para a ação profissional, que apesar de possuir diversas interfaces com outras áreas, requer conhecimentos para lidar com objetivos e metodologias que lhe são particulares e uma formação extremamente voltada para o campo da saúde não abarca toda a sua complexidade.

O lugar ocupado pela terapia ocupacional na saúde é legítimo e não defendemos o contrário, apesar de toda discussão feita em torno das implicações disso. A problemática está em limitar a formação e, conseqüentemente, a atuação profissional a esse campo. Nos moldes em que a formação em terapia ocupacional vem sendo desenvolvida no país, com foco exacerbado na área da saúde, como aqui demonstrado, reduz o olhar do aluno para as possibilidades de ação profissional, ao invés de ampliá-lo, o que seria o desejável e o ideal para um perfil realmente generalista, além de não prepará-lo adequadamente para uma possível futura atuação

em outros campos. Até aqui, a categoria, especialmente seus docentes, tem defendido que a especialização, na forma de educação continuada ou de pós-graduação, se dê a partir da finalização de uma graduação de caráter generalista.

Assim, na medida em que a terapia ocupacional amplia os seus campos de atuação, torna-se indispensável a revisão dos seus processos formativos e dos conteúdos considerados básicos para um perfil efetivamente generalista; isto implica, igualmente, em uma revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em terapia ocupacional, no sentido de haver maior clareza no que lhe é proposto.

## Referências

ABRATO. **Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais** Disponível em: <<http://www.abrato.com.br/>> Acesso em: 03 abr. 2012.

ARAÚJO, M. A. D.; PINHEIRO, H.D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCIÓN Y FOMENTO/ BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.** Washington, D. C.: Banco Mundial, 1995. 115p.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.** São Paulo – SP. v.13, n.2, p.95 - 103, 2002.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. Terapia ocupacional social: concepções e perspectivas. In: Alessandra Cavalcanti; Claudia Galvão. (Org.). **Terapia Ocupacional - fundamentação & prática.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2007, p. 347-353.

BITTAR, M.. Universidade, pesquisa educacional e educação básica. In: BITTAR, M; LOPES, R. E. (Org.). **Estudos em Fundamentos da Educação.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394.** Brasília: Conselho Nacional da Educação, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Parecer CNE/CES nº 776**, de 3 de dezembro de 1997

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Padrão Mínimo de Qualidade para Cursos de Terapia Ocupacional**, 1997.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 287**, de 08 de outubro de 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Parecer CNE/CES nº 583**, de 4 de abril de 2001.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **Resolução CNE/CES 6/2002.** Brasília : Conselho Nacional de Educação, 2002.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.096.** Brasília, 2005.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 5.773.** Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde**: 1991-2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.096**. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: Diretrizes Gerais. Brasília, 2007a.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 6.096**, de 24 de abril de 2007b.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008.

BRASIL, **Diário Oficial da União**. Ano CXLV Nº 253, de 30 de dezembro de 2008a.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial Nº 421**, de 3 de março de 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Resolução 17/2011**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **PET-Saúde**: Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. Brasília, 2011a.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Edital Nº 24**, de 15 de dezembro de 2011b.

BRASIL, Ministério da Educação. Diário Oficial da União. **Portaria Normativa Nº 21**, de 05 de novembro de 2012.

CAMPOS, G. W. S. Reforma Política e Sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? **Ciência e Saúde Coletiva**, v.12. pg. 301-306, 2007.

CARVALHO, C. H. A. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. **Grupo de Trabalho: Política de Educação Superior** n.11. UNICAMP: Campinas, 2006.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, p.15-48.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. **Avaliação (Campinas)**, vol.04, n.04, suppl.01, pp. 31-36. ISSN 1414-4077, 1999.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. Política Educacional, Mudanças no Mundo do Trabalho e Reforma Curricular dos Cursos de Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**. ano XXII, n.75, agos, 2001.

CATANI, A. M. ; OLIVEIRA, J. F. A educação superior. In: Romualdo Portela de Oliveira; Theresa Adrião. (Org.). **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002, v. , p. 77-88.

CATANI, A. M.; HEY, A. P. A Educação Superior no Brasil e as Tendências das Políticas de Ampliação do Acesso. **Atos de Pesquisa Em Educação** – PPGE/ME FURB, v. 2, nº 3, p. 414-429, set./dez. 2007.

CATANI, A. M. O papel da universidade pública hoje: concepção e função. **Jornal de Políticas Educacionais**, nº 4, jul/dez. p.4-14, 2008.

CECCIM, R. B.; FAUERWERKER, L. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, v.14. pg.41-65. 2004.

CENTRO DE DOCÊNCIA E PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL. **O curso de terapia ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 1997.

CNAS. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n. 17/2011**, 2011.

COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Resolução n. 383/2010**, 2010.

CONTERNO, S. F. R. **Pressupostos pedagógicos das atuais propostas de formação superior em saúde no Brasil**: origens históricas e fundamentos teóricos. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

CUNHA, L.A. **A Universidade Temporã**: O Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica**: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

CUNHA, L. A. Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica construída. **Cadernos de Pesquisa**. n.101. jul. pg. 20-49, 1997.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DE CARLO, M. P.; BARTALOTTI, C. C. Caminhos da Terapia Ocupacional. In: DE CARLO, M. P.; BARTALOTTI, C. C. **Terapia Ocupacional no Brasil**: Fundamentos e Perspectivas. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90. **Educação e Sociedade**. v.23, n.8, set. pg. 234-252, 2002.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**. n.28. pg. 17-36, 2006

FEUERWERKER, L. Modelos Tecnoassistenciais, Gestão e Organização do Trabalho em Saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**. v.9. n.18. pg.489-506, set/dez, 2005

FEUERWERKER, L. Estratégias para a Mudança na Graduação das Profissões da Saúde. **Cadernos ABEM**. v.2. jun, 2006.

FIGUEIREDO, G. V. R. **Educação universal de qualidade: um projeto para o Brasil**. Brasília: PROIFES, 2010, 64 p.

FRAGOSO FILHO, C. **Universidade e Sociedade**. Campina Grande: GRAFSET, 1984.

GALHEIGO, S. M. O social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: PÁDUA, E. M. M.; MAGALHÃES, L. V. (Orgs.). **Terapia Ocupacional: teoria e prática**. Papirus: Campinas, 2003. Pg. 29-46.

HADDAD, A. E.; CAMPOS, F. E.; FREITAS, M. S. B. F.; BRENELLI, S. L.; PASSARELLA, T. M.; RIBEIRO, T. C. V. Programa de Educação pelo Trabalho – PET-SAÚDE. **Cadernos ABEM**, v.8. out, 2009.

HAHN, M.S.; LOPES, R. E. Diretrizes para a formação de terapeutas ocupacionais – percursos e perspectivas. **Pro-posições**, v. 14, n. 1(40), p. 121-139, jan./abr., 2003.

INEP, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 04/06/2012.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: Heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**, 2008.

LIMA, L.C.; AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A, M, C. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Revista Avaliação**, v.13, nº1, p. 7-36, 2008.

LOPES, R. E.; PAN, L. C. O ensino de terapia ocupacional nas universidades públicas do estado de São Paulo. **Relatório final de pesquisa de iniciação científica apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**, 2012.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O.; HAHN, M. S. Educação Profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, 2010. p. 140-147.

LOPES, R. E. A formação do terapeuta ocupacional: considerações sobre a trajetória de 50 anos no Brasil. **V Congresso Norte-Nordeste de Terapia Ocupacional**. Fortaleza, out. 2004.

LOPES, R. E.; MAGALHÃES, L. V.; MAGALHÃES, L. C. Comissão de Especialistas de Ensino de Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 12, n. 1/3, p. i-ii, 2001.

LOPES, R. E. A direção que construímos: algumas reflexões sobre a formação do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 4/7, p. 27-35, 1997.

LOPES, R.E. **A Formação do Terapeuta Ocupacional: Um Trabalhador Social na Área da Saúde**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: 1991.

MAIO, M. C.; LIMA, N. T. O Desafio SUS: 20 anos do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. v.25, jul. pg. 1611-1613, 2009.

MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 1-8, jan./abr., 2005.

OLIVER, F.C. et al. Reabilitação no território: construindo a participação na vida social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 12, n.1/3, p. 15-22, 2001.

PINTO, J. M. **As Correntes Metodológicas em Terapia Ocupacional no Estado de São Paulo (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: 1990.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Reforma Universitária e Mudanças no Ensino Superior no Brasil**. Brasília, 2003.

SAVIANI, D. A Expansão do Ensino Superior no Brasil. **Póiesis Pedagógica**. v.8, n.2 ago/dez, 2010.

SOARES, L. B. T. História da Terapia Ocupacional. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

SOARES, L. B. T. **Terapia Ocupacional: Lógica do Capital ou do Trabalho**: São Paulo: Hucitec, 1991.

WFOT, World Federation of Occupational Therapy. **Normas mínimas revisadas para la formación de terapeutas ocupacionales**, 2002.

WFOT, World Federation of Occupational Therapy. Disponível em: <<http://www.wfot.org/>> Acesso em: 18/12/2013.

## Proposta de Normatização de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Terapia Ocupacional

### CURSO: TERAPIA OCUPACIONAL

#### PERFIL DO EGRESSO

**A formação dos Terapeutas Ocupacionais deve ser generalista, contemplando de forma equilibrada conhecimentos gerais nas áreas biológicas e humanas, além de conhecimentos específicos no campo da Terapia Ocupacional. O ensino de graduação deve ser entendido como uma etapa inicial de um processo de formação continuada e permanente.**

**O egresso dos Cursos de Graduação deve ser capaz de:**

- relacionar a problemática específica da população com a qual trabalhará, com os seus processos sociais, culturais e políticos e perceber que a emancipação e a autonomia da população atendida são os principais objetivos a serem atingidos pelos planos de ação e tratamento;
- considerar as realidades regionais no que diz respeito ao perfil de morbi-mortalidade da população e as prioridades assistenciais por ele colocadas;
- compreender as relações saúde-sociedade como também as relações de exclusão-inclusão social, bem como participar da formulação e implementação das políticas sociais, sejam estas setoriais (políticas de saúde, infância e adolescência, educação, trabalho, promoção social, etc) ou intersetoriais;
- reconhecer as intensas modificações nas relações societárias, de trabalho e comunicação em âmbito mundial assim como entender os desafios que tais mudanças contemporâneas virão a trazer.
- inserir-se profissionalmente nos diversos níveis de atenção à saúde, atuando em programas de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, assim como em programas de promoção e inclusão social, educação e reabilitação;
- explorar recursos pessoais, técnicos e profissionais para a condução de processos terapêuticos numa perspectiva interdisciplinar;
- compreender o processo de construção do fazer humano, isto é, de como o homem realiza suas escolhas ocupacionais, utiliza e desenvolve suas habilidades, se reconhece e reconhece a sua ação;
- identificar, entender, analisar e interpretar as desordens da dimensão ocupacional do ser humano e a utilizar, como instrumento de intervenção, as diferentes atividades humanas quais sejam as artes, o trabalho, o lazer, a cultura, as atividades artesanais, o auto-cuidado, as atividades cotidianas e sociais, dentre outras;
- utilizar o raciocínio terapêutico ocupacional para realizar a análise da situação na qual se propõe a intervir, o diagnóstico clínico e/ou institucional, a intervenção propriamente dita, a escolha da abordagem terapêutica apropriada e a avaliação dos resultados alcançados.
- desempenhar atividades de assistência, ensino, pesquisa, planejamento e gestão de serviços e de políticas, de assessoria e consultoria de projetos, empresas e organizações.

**As Instituições de Ensino Superior poderão flexibilizar as suas propostas curriculares para enriquecer e complementar a base nacional comum, levando em conta as características regionais e os perfis de morbi-mortalidade locais. Para tal poderão diversificar os conteúdos oferecidos na Área de Formação Específica desde que seja assegurado o conhecimento equilibrado de diferentes áreas, níveis de atuação e recursos terapêuticos.**

## COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

**Os currículos de habilitação dos terapeutas ocupacionais devem ser baseados nas competências, habilidades e conhecimentos descritos abaixo:**

- conhecimento dos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos da vida do país, fundamentais à cidadania e a prática profissional;
- conhecimento do processo saúde-doença, nas suas múltiplas determinações contemplando a integração dos aspectos biológicos, sociais, psíquicos, culturais e a percepção do valor dessa integração para a vida de relação e produção;
- conhecimento e análise da estrutura conjuntural da sociedade brasileira em relação ao perfil de produção e da ocupação dos diferentes indivíduos que a compõe;
- conhecimento histórico e atual da formulação das políticas sociais (de saúde, educação, trabalho, promoção social e, infância e adolescência) e a inserção do terapeuta ocupacional nesse processo;
- conhecimento e correlação das realidades regionais no que diz respeito ao perfil de morbimortalidade e as prioridades assistenciais por ele colocada com a formulação de estratégias de intervenção em Terapia Ocupacional;
- conhecimento da problemática das populações que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes de inserção e participação na vida social;
- conhecimento da estrutura anatomo-fisiológica e cinesiológica do ser humano e o processo patológico geral e dos sistemas;
- conhecimento da estrutura psíquica do ser humano enfocada pelos diferentes modelos teóricos da personalidade;
- conhecimento do desenvolvimento do ser humano em suas diferentes fases enfocando por várias teorias;
- conhecimento das forças sociais do ambiente, dos movimentos da sociedade e seu impacto sobre os indivíduos;
- conhecimento da influência das diferentes dinâmicas culturais nos processos de inclusão, exclusão e estigmatização;
- conhecimento dos fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da Terapia Ocupacional e seus diferentes modelos de intervenção;
- conhecimento de métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos;
- conhecimento dos princípios éticos que norteiam os terapeutas ocupacionais em relação as suas atividades de pesquisa, à prática profissional, à participação em equipes interprofissionais, bem como às relações terapeuta-paciente;
- conhecimento da atuação inter, multi e transdisciplinar e transcultural pautada pelo profissionalismo, ética e equidade de papéis;
- conhecimento dos principais métodos de avaliação e registro, formulação de objetivos, estratégias de intervenção e verificação da eficácia das ações propostas em Terapia Ocupacional;
- conhecimento dos principais procedimentos e intervenções terapêuticas utilizados tais como: atendimentos individuais, grupais, familiares, institucionais, coletivos e comunitários;
- desenvolvimento de habilidades pessoais e atitudes necessárias para a prática profissional, a saber: consciência das próprias potencialidades e limitações, adaptabilidade e flexibilidade, equilíbrio emocional, empatia, criticidade, autonomia intelectual e exercício da comunicação verbal e não verbal;
- desenvolvimento da capacidade de atuar enquanto agente facilitador, transformador e integrador junto às comunidades e agrupamentos sociais através de atitudes permeadas pela noção de complementaridade e inclusão;
- conhecimento, experimentação, análise, utilização e avaliação da estrutura e dinâmica das atividades e trabalho humano, tais como: atividades artesanais, artísticas, corporais, lúdicas, lazer, cotidianas, sociais e culturais;
- conhecimento das bases conceituais das terapias pelo movimento: neuro-evolutivas, neuro-fisiológicas e biomecânicas, psicocorporais, cinesioterápicas entre outras;
- conhecimento da tecnologia assistiva e acessibilidade, através da indicação, confecção e treinamento de dispositivos, adaptações, órteses, próteses e software;

- competência teórico-prática para desenvolver atividades profissionais nos diferentes níveis de atenção à saúde, sejam eles programas de proteção, promoção, recuperação da saúde ou programas de promoção e inclusão social, educação, habilitação e reabilitação;
- vivência em atividades profissionais nos diferentes equipamentos sociais e de saúde, sejam hospitais, unidades básicas de saúde, comunidades, instituições em regime aberto ou fechado, creches, centros de referência, convivência e de reabilitação, cooperativas, oficinas, instituições abrigadas e empresas, dentre outros;
- competência teórico-prática para desenvolver atividades profissionais com diferentes grupos populacionais em situação de risco e ou alteração nos aspectos: físico, sensorial, percepto-cognitivo, mental, psíquico e social;
- competência teórico-prática para desenvolver atividades de planejamento e gerenciamento de serviços de Terapia Ocupacional, sociais e de saúde.

**Respeitando-se as competências acima descritas, podem ainda ser definidas novas competências específicas que possam advir da organização diferenciada do currículo de graduação.**

**Desde que seja assegurada a formação mínima acima proposta, as IES tem a possibilidade de enfatizar a formação em áreas de atuação específicas assim como a formação de docentes e a formação de pesquisadores.**

### **TÓPICOS DE ESTUDO – Conteúdos Básicos**

**Este núcleo deve ser subdividido em duas grandes áreas, cada uma delas com no mínimo 360 horas (10% da carga horária), a saber:**

- **Área Biológica:** compreendendo estudos de Biologia Humana, Anatomia Fisiologia, Patologia Geral e de Sistemas;
- **Área de Humanas:** compreendendo estudos de Sociologia e Antropologia, de Psicologia Geral, da Personalidade e do Desenvolvimento, de Filosofia, Ética e Deontologia e de Metodologia do Trabalho Científico e da Pesquisa;

### **TÓPICOS DE ESTUDO – Conteúdos Específicos**

**Este núcleo deve ser ministrado ao longo de todo o Curso de Graduação e corresponder a 2.880 horas (80% da carga horária mínima), que deve ser subdividido nas áreas abaixo relacionadas. Destaca-se que o ensino prático, envolvendo situações de laboratório de Terapia Ocupacional e de formação em serviço, deve estar em acordo com os Padrões Mínimos para os Cursos de Terapia Ocupacional:**

- **Área de Formação Específica:** compreendendo estudos dos Fundamentos de Terapia Ocupacional, das Atividades e Recursos Terapêuticos, de Cinesiologia, Cinesioterapia e de Ergonomia, de Clínicas Médicas, Saúde Coletiva e de Planejamento e Gestão de Serviços, de Estudos de Grupos e Instituições e de Terapia Ocupacional em diferentes áreas de atuação. Este conteúdo deve perfazer um total de 1.870 horas (52% da carga horária mínima). Recomenda-se que 10% desta carga horária seja utilizada com atividades práticas em laboratório de Terapia Ocupacional.
- **Área de Formação em Serviço:** compreendendo o ensino em serviços de Terapia Ocupacional que deverão corresponder a 1.000 horas no mínimo, para atender as normas mínimas da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais.

### **DURAÇÃO DO CURSO**

**Os Cursos de Graduação de Terapia Ocupacional devem necessariamente ser distribuídos ao longo de pelos menos quatro anos, com carga horária mínima de 3.600 horas. A Duração máxima fica a critério da IES que levará em conta, na integralização, as diferentes possibilidades de formação específica.**

## **ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ARTICULAÇÃO TEORIA-PRÁTICA)**

### **Atividades de Estágio:**

A formação em serviço é fundamental para a preparação do aluno para o exercício profissional. Atendendo às recomendações da Federação Mundial dos Terapeutas Ocupacionais (WFOT), a Prática em Serviços de Terapia Ocupacional deve ser de no mínimo 1.000 horas, desenvolvidas gradualmente desde as séries iniciais do Curso em atividades de complexidade crescente que envolvam a observação, a prática assistida e a prática autônoma supervisionada nas diferentes áreas, equipamentos e níveis de atuação. Recomenda-se que a prática autônoma supervisionada seja contemplada com a carga horária mínima de 700 horas.

Só serão reconhecidos como estágios curriculares aqueles supervisionados por terapeutas ocupacionais, com experiência na área há pelo menos dois anos, e que estejam inseridos no Projeto Pedagógico do curso.

### **Atividades Complementares:**

#### **Trabalho de Conclusão de Curso:**

Os Cursos de Terapia Ocupacional devem solicitar Trabalho de Conclusão de Curso onde o aluno possa desenvolver pesquisa e/ou reflexão sistemática sobre tema relevante da área, recebendo orientação metodológica e temática adequada.

#### **Iniciação à Pesquisa:**

Os Cursos de Terapia Ocupacional devem incentivar e criar condições para a realização de projetos de Iniciação Científica, possibilitando assim o desenvolvimento de habilidades de pesquisa ao longo do curso.

#### **Monitoria:**

Os Cursos de Terapia Ocupacional devem proporcionar ao aluno a participação em monitorias, possibilitando o desenvolvimento de habilidades acadêmicas ao longo do Curso.

#### **Educação para a Cidadania:**

Os Cursos de Terapia Ocupacional devem garantir ao aluno a vivência crítica da realidade do país, possibilitando o conhecimento dos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, fundamentais à cidadania e à prática profissional. Devem incentivar a participação do aluno em atividades de extensão que venham a favorecer à população envolvida, assim como possibilitar ao aluno o acesso ao conhecimento da realidade e ao engajamento no seu processo de mudança.

## **RECONHECIMENTO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS EXTRA-ESCOLARES**

A IES deve valorizar e incentivar a aquisição de conhecimentos extra-curriculares em áreas específicas ou afins, desde que o cumprimento das exigências curriculares não venham a ser prejudicadas.

Os Cursos de Terapia Ocupacional devem oferecer disciplinas optativas e/ou a possibilidade do aluno cursar algumas de seu interesse oferecidas por outros cursos ou por cursos sequenciais, permitindo assim uma flexibilidade com relação à composição da grade curricular.

## **ESTRUTURA GERAL DO CURSO**

A oferta dos cursos pode ser seriada anual ou semestral, ou modular possibilitando a flexibilização de sua ordenação, desde que atendam os requisitos acima colocados.

Os cursos podem ser diurnos ou noturnos, no entanto, os estágios nas suas diferentes modalidades devem necessariamente serem oferecidos no período diurno, sendo que esta informação deve constar do edital de abertura de vestibular ou processo seletivo equivalente.

## **ASPECTOS RELEVANTES PARA A GARANTIA DA QUALIDADE DOS CURSOS DE TERAPIA OCUPACIONAL**

Visando o padrão de qualidade dos Cursos de Terapia Ocupacional, estes deverão estar atentos para:

- a articulação de seus projetos pedagógicos com o projeto global das Instituições de Ensino Superior a que estão inseridos;
- a qualificação permanente de seu corpo docente;
- a manutenção da excelência acadêmica e a criação de estrutura de acompanhamento do egresso, no sentido de verificar a inserção profissional;
- a constante melhoria das condições estruturais do Curso seja das bibliotecas, laboratórios de ensino e pesquisa, serviços para treinamento profissional;
- incentivo à produção docente e discente;
- estabelecer formas de intercâmbio entre os diferentes programas de formação no Brasil e no exterior, bem como estabelecer parcerias com outras instituições;
- promover programas de educação continuada em seus diferentes níveis (extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação lato e stricto sensu).

As Diretrizes Curriculares e os Parâmetros e Indicadores de Qualidade fixados para a área devem ser considerados nos processos de autorização e reconhecimento de Cursos de Terapia Ocupacional, bem como nas suas renovações periódicas

Para fins de revalidação dos diplomas de Terapeutas Ocupacionais obtidos em outros cursos de Terapia Ocupacional fora do país, é recomendado que se aceite automaticamente aqueles provenientes dos Cursos/Escolas credenciados junto à Federação Mundial dos Terapeutas Ocupacionais (WFOT), não se excluindo e resguardando os demais trâmites legais de registro profissional

Profa. Dra. Selma Lancman

Profa. Amélia Veiga Pessoa

Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo

## **ANEXO B**

### **ROTEIRO DE ENCONTRO E ENTREVISTA**

#### **COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**

#### **APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA**

#### **IDENTIFICAÇÃO – DADOS PESSOAIS**

Nome completo:      Sexo:

Endereço e Contato:

#### **FORMAÇÃO**

- **Graduação – IES: Ano:**
- **Pós-Graduação – Nível: Área: IES: Ano:**
  - Nível: Área: IES: Ano:
  - Nível: Área: IES: Ano:

#### **O CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL NA IFES**

- Histórico
- Repercussões do REUNI
- Momento Atual:
  - Condições de Desenvolvimento
    - Estrutura Organizacional na IFES;
    - Recursos Materiais (Físicos, Equipamentos, Financeiros)
    - Recursos Humanos
    - Forma de Egresso
  - Perspectivas
  - Projetos

#### **O ATUAL PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

- Histórico
- Questões relativas ao Pró-Saúde e rebatimentos para o atual PPP
- Objetivos
- Perfil do Profissional a ser formado
- Matriz Curricular Geral (Carga horária, Duração, Tempo Máximo de Integralização, Ciclos, Disciplinas/Unidades Educacionais, etc)
  - Formação Teórica;
  - Formação Prática;
  - Formação para a Pesquisa;
  
- A Formação em Terapia Ocupacional Social:
- Avaliação acerca do processo e dos resultados da formação do terapeuta ocupacional em geral;
- Avaliação acerca do processo e dos resultados da formação do terapeuta ocupacional na área social.

#### **OUTROS COMENTÁRIOS, QUESTÕES, OBSERVAÇÕES**

#### **DOCUMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

## ANEXO C

### RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS COORDENADORES E REPRESENTANTES DOS CURSOS

#### **1. Universidade Federal de Pernambuco**

Representante do curso. Entrevista realizada em 31/10/2012 durante o XIII Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional

#### **2. Universidade Federal de São Carlos**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 22/01/2013, por meio de encontro pessoal no Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos

#### **3. Universidade Federal de Minas Gerais**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 08/01/2013, através da utilização de software de comunicação on-line.

#### **4. Universidade Federal do Paraná**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 25/04/2013, através da utilização de software de comunicação on-line.

#### **5. Universidade Federal de São Paulo**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 28/01/2013, por meio de encontro pessoal no Edifício Central do Campus Baixada Santista

#### **6. Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 22/05/2013, através da utilização de software de comunicação on-line.

#### **7. Universidade de Brasília**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 23/11/2012, através da utilização de software de comunicação on-line.

#### **8. Universidade Federal do Pará**

Coordenador do curso. Entrevista realizada em 31/10/2012, durante o XIII Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional

#### **9. Universidade Federal do Espírito Santo**

Representante do curso. Entrevista realizada em 01/11/2012 durante o XIII Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional

#### **10. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 05/08/2013, através da utilização de software de comunicação on-line.

#### **11. Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 31/10/2012 durante o XIII Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional

#### **12. Universidade Federal de Santa Maria**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 09/01/2013, através da utilização de software de comunicação on-line.

### **13. Universidade Federal da Paraíba**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 01/11/2012 durante o XIII Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional

### **14. Universidade Federal de Pelotas**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 31/10/2012 durante o XIII Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e II Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional

### **15. Universidade Federal de Sergipe**

Coordenadora do curso. Entrevista realizada em 17/04/2013, através da utilização de software de comunicação on-line.

## ANEXO D

### RELAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

UFPE, Universidade Federal de Pernambuco. **Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional**. Recife, 2013. 214p.

UFSCar, Universidade Federal de São Carlos. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**. São Carlos, 2011. 99p.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2009. 82p.

UFPR, Universidade Federal do Paraná. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**. Curitiba, 2005. 50p.

UFTM, Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Projeto Pedagógico: Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**. Uberaba, 2009. 130p.

UnB, Universidade de Brasília. **Projeto Político Pedagógico Terapia Ocupacional**. Brasília, 2009. 28p.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Projeto Político-Pedagógico para a Criação do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**. Belém do Pará, 2008. 62p.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**. Vitória, 2007. 127p.

IFRJ, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. **Bacharelado em Terapia Ocupacional – Projeto Pedagógico**. Rio de Janeiro, 2012. 184p.

UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**. Rio de Janeiro, 2008. 68p.

UFSM, Universidade Federal de Santa Maria. **Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional**. Santa Maria, sem data. 33p.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional**. João Pessoa, 2008. 48p.

UFS, Universidade Federal de Sergipe. Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. **Resolução Nº 13/2011/CONEPE**. Lagarto, 2011. 2p.

UFS, Universidade Federal de Sergipe. Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensao. **Resolução Nº 16/2012/CONEPE**. Lagarto, 2012. 11p.